

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO – TEORIAS E CULTURAS EM EDUCAÇÃO

ELIDA REGINA NOBRE RODRIGUES

PROFESSORAS NEGRAS E SUAS AUTORIAS: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO
ACADÊMICA DE DOUTORAS NEGRAS ATUANTES EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO
SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

ELIDA REGINA NOBRE RODRIGUES

PROFESSORAS NEGRAS E SUAS AUTORIAS:
UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE DOUTORAS NEGRAS
ATUANTES EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Teorias e Culturas em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Edla Eggert

Porto Alegre
2022

Ficha Catalográfica

R696p Rodrigues, Elida Regina Nobre

Professoras negras e suas autorias : Um estudo sobre a produção acadêmica de doutoras negras atuantes em universidades públicas do sul do Rio Grande do Sul / Elida Regina Nobre Rodrigues. – 2022.

170 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Edla Eggert.

1. Professoras negras. 2. Autobiografia. 3. Escrivência. 4. Ensino superior. 5. Combate ao racismo. I. Eggert, Edla. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária responsável: Loiva Duarte Novak CRB-10/2079

ELIDA REGINA NOBRE RODRIGUES

PROFESSORAS NEGRAS E SUAS AUTORIAS:
UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE DOUTORAS NEGRAS
ATUANTES EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Teorias e Culturas em Educação.

Aprovada em: _____ de _____ 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Deborah Silva Santos (UNB)

Prof. Dr. José Luís Ferraro (PUCRS)

Profa. Dra. Diana Marcela Rodríguez Clavijo (PUCRS)

Profa. Dra. Lucimar Rosa Dias (UFPR)

Porto Alegre
2022

*Por elas, que me antecederam
Para elas, que me sucederão*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo, mas principalmente por minha saúde, quando tantas pessoas sucumbiram nesse tempo pandêmico.

Às professoras e professores da PUCRS, especialmente à minha orientadora Edla Eggert, pelos ensinamentos compartilhados, pelo apoio, pela confiança e por me desafiar a descobrir minha própria capacidade.

À banca de qualificação e de defesa final, pela leitura carinhosa e pelas colocações valorosas.

Às companheiras/os de estudos da PUCRS, funcionárias/os e coordenadoras/es, que mesmo sem saber me fizeram continuar.

À minha grande família, que sempre me lembrou/lembra de onde saí, me cercando de todo amor e estrutura possível para que eu chegasse/chegue aonde eu quiser, minha gratidão e amor a todos vocês.

Às mulheres da minha família, especialmente minha bisavó Lucinda, que soube transformar sua dor em lição. À minha avó Dorothea, que com a doçura das avós me ensinou a tecer meus caminhos. À minha mãe Adiles, que me mostrou a beleza do saber e a perseguir meus sonhos, que ela preferia chamar de objetivos, por mais difíceis que pudessem parecer. Às minhas tias, tanto por parte de pai quanto de mãe, que me mostraram que o amor e a força podem estar tanto em um abraço apertado quanto em uma xícara de café com um pedacinho de bolo.

À minha irmã Doroteia, pelo apoio, pelo companheirismo, pela preocupação e por ser a melhor tia que minhas filhas poderiam ter. Às minhas primas irmãs, que estiveram/estão sempre por perto, me ajudando em tudo, sempre.

Às minhas filhas, a Janis, por entender a falta de visitas, as mensagens respondidas com “figurinhas”, o chimarrão recheado de conversas acadêmicas; à Olívia, por ainda não compreender, mas aceitar a falta de um “colinho”, a história de ninar contada às pressas, por aparecer o papai toda vez que a mamãe era chamada. A vocês todo meu amor, pois esta tese também é para vocês.

Este é um estudo sobre mulheres, no entanto graças a ele que consegui me reconciliar com meu pai antes que ele partisse. Conhecimento liberta, gratidão por todo amor que hoje sei que dedicaste a mim e as minhas filhas.

Ao meu amado Silvio, pois alguém tinha que lavar a louça, a roupa, cuidar da

bebê e ainda ser minha âncora quando minha mente divagava, ou ser o sopro de vento quando o medo me paralisava.

Na figura do meu tio Elomar — que não entendeu por que eu tinha que fazer um cursinho tão longe, mas que já que eu disse que era importante, ficou muito feliz por mim — agradeço a todos os meus tios, que a cada carona, a cada incentivo ou a cada abraço caloroso me animaram na busca pelo melhor caminho.

Aos meus irmãos, por sempre me lembrarem que nunca estarei sozinha, não importa o que aconteça.

Às minhas colegas de trabalho na rede estadual de ensino, especialmente as equipes diretivas, sem o apoio de vocês eu não teria conseguido concluir o doutorado.

Às Professoras Doutoras Giane Vargas Escobar, Sátira Pereira Machado e Simone Silva Alves, sem vocês esta tese não seria possível.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio durante o período de março de 2018 a julho de 2022. A bolsa CAPES/PROEX II foi fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa, uma vez que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001” (“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001).

RESUMO

Esta tese está inserida na linha de pesquisa Teorias e Culturas em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e teve como objetivo geral analisar como a produção científica das professoras doutoras negras, atuantes em cursos das áreas humanas, apresenta indícios da consciência da negritude por meio de elementos autobiográficos nos seus escritos. A metodologia adotada foi a autobiográfica que, aliada a escrevivência, permitiu que minha narrativa de vida também estivesse presente na pesquisa. Como uma mulher negra e professora, essas escolhas metodológicas também atuam como uma tentativa de rompimento com paradigmas universalizantes, androcêntricos, racistas e sexistas. Assim como a decisão de priorizar autoras mulheres, especialmente as negras, para a construção do referencial teórico utilizado neste trabalho — uma vez que esse estudo surgiu a partir da constatação da invisibilidade das mulheres negras no meio acadêmico. Foram consideradas para a investigação as categorias: gênero, raça, fator geográfico, habilitação e docência em instituições públicas, na área das ciências humanas. Para a análise da produção científica pude contar com a colaboração de três professoras doutoras, sendo elas: Giane Vargas Escobar, Sátira Pereira Machado e Simone Silva Alves. E a partir da investigação da produção acadêmica das três participantes (disponível de forma pública no Currículo Lattes) foi possível a construção das categorias: consciência da negritude, feminismo negro, dororidade, invisibilidade, fala/voz, resistência e combate ao racismo, que foram analisadas de acordo com o pensamento de intelectuais negras/os. Como resultado, os achados incluíram a indissociabilidade da negritude na produção acadêmica, a resistência e o combate ao racismo e a misoginia, assim como qualquer outra forma de preconceito ou discriminação.

PALAVRAS-CHAVE: Professoras negras. Autobiografia. Escrevivência. Ensino Superior. Combate ao racismo.

ABSTRACT

This thesis has the general objective of analyzing how the scientific production of black doctoral professors working in courses in the humanities áreas, presentes evidence of the consciousness of blackness through autobiographical elements in his writings. The methodology adopted was autobiographical allied to writing and a black woman teacher my life narrative is also related to this research it was a choice that signals the break with universalizing paradigms androcentric, racists and sexists, and for that, women authors, especially black women, were prioritized in the theoretical framework, since this study emerged from the observation of the invisibility of black women in the academic environment. Taking into account the categories of gender, race, geographic factor, qualification and teaching in public institutions in the area of human sciences, we had the collaboration of the doctors professors: Giane Vargas Escobar, Sátira Pereira Machado e Simone Silva Alves. The analysis of their academic productions publicity available in the Lattes Curriculum gave rise to the categories consciousness of blackness black feminism dorority, invisibility speaks resistance and combating racism that were analyzed according to the thinking of black intellectuals. The findings included the inseparability of blackness in academic production, resistance and the fight against racism and misogyny as well as any other form of prejudice or discrimination.

KEYWORDS: Black professors. Autobiography. Writing. University education. Combating racism.

RESUMEM

Esta tesis tiene como objetivo general analizar cómo la producción científica de las profesoras doctoras negras actuantes en cursos de las áreas humanas, presenta indicativos de conciencia de negritud por medio de elementos autobiográficos en sus escritos. La metodología adoptada fue la autobiográfica, sumada a la escrevivencia y, como mujer negra y profesora, mi narrativa de vida también está relacionada a esta investigación, fué una elección que muestra la ruptura con parámetros universalizantes, androcéntricos, racistas y sexistas. Y para tanto, fueron priorizados en un referencial teórico de autoras mujeres, especialmente negras, una vez que ese estudio surgió a partir de la constatación de invisibilidad de mujeres negras en medio académico. Llevando en consideración las categorías género, raza, factor geográfico, habilitación y docencia en instituciones públicas, en el área de las ciencias humanas, contamos con la colaboración de tres profesoras doctoras: Giane Vargas Escobar, Sátira Pereira Machado y Simone Silva Alves. El análisis de producción académica de las mismas, presentadas en forma pública em Currículo Lattes dio origen a las categorías conciencia de negritud, feminismo negro, dororidad, invisibilidad, habla/voz, resistencia y combate al racismo, que fueron analizadas de acuerdo con el pensamiento de intelectuales negras/os. Los estudios incluyeron la indisociabilidad de negritud en la producción académica, la resistência y el combate al racismo y la misoginia, así como a cualquier otra forma de discriminación.

PALABRAS CLAVES: Profesoras negras. Autobiografía. Escrevivencia. Educación superior. Combate al racismo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Encontro de triângulos.....	37
Figura 2 — O avesso	48
Figura 3 — O quadro vai tomando forma	55
Figura 4 — Professora Dra. Giane da Silva Vargas	89
Figura 5 — Professora Dra. Sátira Pereira Machado	119
Figura 6 — Professora Dra. Simone Silva Alves.....	136
Figura 7 — Projeto da colcha concluído (Projeto Olívia está em andamento)	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior
CCNRS — Centro de Cultura Negra do RS
CL — Currículo Lattes
CNPQ — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAMECOS – Escola de Comunicação, Artes e Design
FMP — Fundação Escola Superior do Ministério Público
FURG — Fundação Universidade do Rio Grande
IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
IHGJ — Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão
INSS — Instituto Nacional do Seguro Social
LDB — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARGS — Museu de Artes do Estado do Rio Grande do Sul
MEC — Ministério da Educação e Cultura
NEAB – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
PIBID — Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNE— Plano Nacional de Educação
PPT — Preparação Para o Trabalho
PT — Partido dos Trabalhadores
PUCRS — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
REUNI — Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das
Universidades Federal
SCALIFRA — Sociedade Caritativa e Literária Franciscana
SMM — Sistema Municipal de Museus de Santa Maria
SNPG — Sistema Nacional de Pós-Graduação
TSG — Taxa de Sucesso na Graduação
UFMG — Universidade Federal de Minas Gerais
UFPEL — Universidade Federal de Pelotas
UFRGS — Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ULBRA — Universidade Luterana do Brasil
UNIFRA — Centro Universitário Franciscano
UNIPAMPA — Universidade Federal do Pampa

UNISC — Universidade de Santa Cruz do Sul

UNISSINOS — Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

	PREÂMBULO: A VIDA “INTRODUZIDA” NA TESE	16
1	A INTRODUÇÃO DA TESE NA VIDA	27
1.1	“ESTAMOS AQUI, E AGORA VAMOS FALAR”: DETALHAMENTO DA PESQUISA E OPÇÕES DE VISIBILIDADE	27
1.2	“ACEITA ‘APARECER’ NA MINHA TESE?”: APROXIMAÇÃO COM AS COLABORADORAS DA PESQUISA	31
2	EU SOU UMA PROFESSORA NEGRA!: A OPÇÃO AUTOBIOGRÁFICA COMO PANO DE FUNDO DA TESE	36
2.1	O CAMINHAR PARA SI: A PESQUISA AUTOBIOGRÁFICA.....	38
2.2	“É PRECISO UMA ALDEIA INTEIRA PARA EDUCAR UMA CRIANÇA”: O LUGAR DE ONDE FALO.....	39
2.3	“ENTÃO EU TAMBÉM TEREI UMA FRANJINHA!”: UM PEQUENO RETALHO QUE COMPÔS O PERCURSO DA ALUNA	43
2.4	“UM QUADRADO SOZINHO É UMA ALMOFADA, VÁRIOS QUADRADOS SÃO UM COLETIVO DE HISTÓRIAS”: A PROFESSORA EM FORMAÇÃO CONTINUADA.....	55
2.5	EXISTEM MULHERES NEGRAS ESCRITORAS?!: A DOUTORANDA PROFESSORA UNIVERSITÁRIA	62
3	“PONHA-SE NO SEU LUGAR!”: DE ESCRAVIZADAS A ACADÊMICAS	69
3.1	O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL TAMBÉM NO RIO GRANDE DO SUL.....	68
3.2	DO MITO AO FATO: O LUGAR DA MULHER NEGRA É ONDE ELA QUISE.....	77
4	ANÁLISE DAS PRODUÇÕES	80
4.1	DETALHAMENTO DO LATTES: AS PUBLICAÇÕES DAS PROFESSORAS	81
4.2	DA CONSCIÊNCIA DA NEGRITUDE AO COMBATE AO RACISMO: AS CATEGORIAS DE ANÁLISE	83
4.3	“NÓS, MULHERES NEGRAS, SOMOS MULHERES APODERADAS”: PROFESSORA DOUTORA GIANE DA SILVA VARGAS.....	89
4.4	“DE UMA CIDADANIA NEGADA A UMA CIDADANIA CONQUISTADA”: PROFESSORA DOUTORA SÁTIRA PEREIRA MACHADO	119

4.5	“O QUE SERIA DE NÓS SEM NOSSAS ANCESTRAIS?”: PROFESSORA DOUTORA SIMONE SILVA ALVES	136
5	“ARREMATANDO OS PONTOS”: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
	REFERÊNCIAS	153
	ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	167

PREÂMBULO: A VIDA “INTRODUZIDA” NA TESE

Mãe Preta se encaminhava para os aposentos das crianças para contar histórias, cantar, ninar os futuros senhores e senhoras, que nunca abririam mão de suas heranças e de seus poderes de mando, sobre ela e sua descendência. Foi nesse gesto perene de resgate dessa imagem, que subjaz no fundo de minha memória e história, que encontrei a força motriz para conceber, pensar, falar e desejar e ampliar a semântica do termo. Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos. (EVARISTO, 2020, p. 11)

Alguns acontecimentos marcaram sensivelmente o percurso desta tese, tanto que decidi nomeá-los para melhor localizar o leitor e a leitora sobre o período da escrita e o que acontecia ao meu redor. Dessa forma, apresento a seguir fatos familiares e fatos de repercussão nacional/internacional que me auxiliaram a organizar, ou não, os meus pensamentos, uma vez que, como nos apresenta a francesa Marie Christine Josso, “a compreensão daquilo que foi formador num percurso de vida exige atenção tanto para as competências adquiridas quanto para as tomadas de consciência efetuadas e os conhecimentos integrados” (JOSSO, 2010, p. 200).

Quando percebi que alguns acontecimentos me tocavam e que poderiam vir a compor esta tese, fiz questão de escrever em meu diário e salvar o “link” da notícia. Todavia, ao retomar a escrita desta cronologia, fui surpreendida com as mensagens “página não encontrada” ou “link pode ter sido removido”, quando tentei acessar alguns links salvos desde 2018. Esse fato exigiu um novo trabalho de busca. A maioria das notícias salvas eram de casos de violência contra pessoas negras, o que me levou a pensar que, até mesmo as máquinas, são programadas para banalizar e “esquecer” a violência contra corpos negros.

O ato de escrever as vivências cotidianas, tomou corpo, a partir do meu encontro com a teoria autobiográfica, descobri que aquilo que estava fazendo se aproximava da escrevivência, que

em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. (SILVA, 2020, p. 11)

A seguir, listo os acontecimentos, em ordem cronológica, seguido da descrição e da citação das fontes utilizadas e recuperadas durante o processo de escrita do presente texto.

- **Novembro de 2017:** próximo ao término da entrevista de seleção para realizar o doutorado numa universidade pública, a entrevistadora perguntou se inscrevi o mesmo projeto em outra instituição, respondi que sim, na PUCRS. A minha resposta despertou sua atenção, que examinou novamente meu currículo e indagou qual instituição eu escolheria no caso de ser aprovada nas duas, sem dar tempo de eu responder rompeu em uma gargalhada e atirou meus papéis em cima da mesa: “tu és professora estadual! Nem preciso perguntar!”.
- **Dezembro de 2017:** a PUCRS me escolheu na seleção do doutorado. Neste momento, também fui aprovada como professora substituta na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), e para poder assumir, pedi o afastamento de dois anos em um de meus dois vínculos como professora do estado do RS — que está previsto no serviço público, sendo denominado como Licença para tratar de assuntos particulares. Fui chamada pessoalmente na Coordenadoria de Educação para explicar meus “motivos particulares”, que já havia enviado por escrito em ofício. O coordenador de então, prestes a assinar minha liberação, indagou: “Mas por quê queres tanto ser professora substituta?”. Respondo, entre outras coisas, que o salário irá me auxiliar muito naquele momento da minha vida, além de ser bom para o currículo, ao que ele respondeu: “Ah bom, menos mal então, pensei que ias fazer

doutorado, porque tu sabes que professor da rede não faz doutorado em serviço”.

- **Março de 2018:** iniciei o curso de doutorado em Educação na PUCRS. No Rio de Janeiro a vereadora Marielle Franco (THE INTERCEPT BRASIL, 2018), mulher negra, lésbica, antirracista e a favor dos menos favorecidos, é executada com pelo menos quatro tiros na cabeça e seu motorista, Anderson Gomes, levou ao menos três tiros pelas costas. Os mandantes do crime permanecem ocultos e sem punição.
- **Abril de 2018:** descobri que estava grávida.
- **Mai de 2018:** iniciou-se uma greve dos caminhoneiros (UOL, 2018) que durou em torno de vinte dias, causando bloqueios e desabastecimento em todo o país. Ao tentar adquirir minha passagem para Porto Alegre o atendente me avisou: “Melhor não ir, corres o risco de não conseguir voltar”. Decidi por ficar em Jaguarão e assim tive meu primeiro encontro do doutorado de forma remota, mal sabia o que estava por vir.
- **Julho de 2018:** tive um aborto espontâneo. Tristeza, frustração, infecção, hospitalização e diagnóstico de infertilidade. Minhas chances de engravidar naturalmente caíram de 30 para 3%. Vida que segue.
- **Outubro de 2018:** o capitão reformado do exército, Jair Bolsonaro — fazendo uso de um discurso marcado pela propagação de notícias falsas, ódio, racismo, preconceito, misoginia e homofobia — vence o Professor Fernando Haddad no segundo turno de eleições presidenciais (G1, 2018) e irá governar o Brasil pelos próximos quatro anos.
- **Novembro de 2018:** minha filha e a noiva decidiram se casar em menos de quinze dias. E somavam-se a elas mais de três mil casais homoafetivos que temiam a perda de direitos, uma vez que uma das promessas de campanha do presidente eleito era a de “acabar com isso daí” (AVENDÃNO, 2018).
- **Dezembro de 2018:** aconteceu o Colóquio Álvaro Vieira Pinto na PUCRS, que foi meu primeiro evento como doutoranda, fazendo parte da comissão organizadora. Consegui organizar todo o casamento da minha filha usando o celular, a cerimônia foi linda! Meu celular foi

roubado e com ele se foram as fotos da cerimônia e um ano de áudios, textos e anotações para a tese. Tudo é aprendido.

- **Janeiro de 2019:** Jair Bolsonaro assumiu a presidência da república. As expectativas já eram baixas, mas os próximos anos vieram para nos mostrar que o que já era ruim sempre pode piorar. Seu primeiro ano de governo ficou marcado, entre outras atrocidades (MAZUI, 2019): pela flexibilização do porte de armas; pelo descaso com quase trezentas vítimas do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho; pela mineração e desmatamento recordes na Amazônia — com incentivo do presidente houve até um “dia do fogo” dedicado às queimadas em áreas de preservação ambiental.
- **Fevereiro de 2019:** um incêndio atingiu o alojamento dos atletas de base do time do Flamengo, no Rio de Janeiro, vitimando de forma fatal dez jovens entre 14 e 16 anos, sete deles são meninos negros (G1 RIO; TV GLOBO, 2019). Nesse período, minha mãe foi internada novamente devido ao avanço da Doença de Parkinson, que a acompanha há mais de vinte anos. As internações, que já aconteciam no ano anterior, se tornam praticamente mensais. Eu, minha irmã e meu irmão nos revezamos nos cuidados hospitalares. Minha rotina semanal pelos próximos seis meses passou a se dar da seguinte forma: trabalhava na segunda-feira o dia todo na escola e à noite na universidade, saía de lá e embarcava no ônibus da meia noite. Amanhecia em Porto Alegre, me dedicava o dia inteiro às aulas e estudos na PUCRS, permanecia na biblioteca quase até seu fechamento. A meia noite embarcava novamente no ônibus de volta para Jaguarão, por volta de seis horas da manhã de quarta-feira chegava em casa, tomava um banho e me deitava apenas para esticar as costas, oito horas da manhã precisava estar na escola. Durante a manhã e à tarde trabalhava na escola, e a noite na universidade, a vida de professora substituta não era, e ainda não é, fácil. O mesmo ocorria na quinta-feira e na sexta-feira. As noites de sexta-feira, sábado e domingo passava no hospital com minha mãe. Destaco também que atuar como substituta na universidade significava também dar aulas aos sábados, manhã e tarde. Agora escrevendo e recordando esses

momentos, penso como meu corpo e minha mente aguentaram por tanto tempo a privação de sono e de descanso.

- **Março de 2019:** com o tema “História para ninar gente grande” ou “A história que a história não conta”, a Estação Primeira de Mangueira é consagrada a campeã do carnaval carioca (EL PAÍS, 2019). No samba enredo e no desfile destacaram-se personalidades negras e indígenas da nossa história, esses que a historiografia oficial teima em omitir. No entanto, segundo o carnavalesco e responsável pelo tema, conforme o uso dessas referências de dissertações e teses de pessoas negras que chegaram à universidade, é possível trazer à tona essas histórias.
- **Abril de 2019:** o músico negro Evaldo dos Santos Rosa é fuzilado em seu carro, na frente da família, em uma operação irregular do exército, no Rio de Janeiro (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019a). Ao menos oitenta tiros de fuzil foram disparados contra o automóvel que foi “confundido” com veículo de criminosos. Nesse mesmo período, o governo federal anuncia um contingenciamento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019b) nos gastos da Educação Superior, que interferiu desde a manutenção de serviços básicos, como água e luz, até a manutenção de bolsas e pesquisas.
- **Julho de 2019:** do meio da cerração e do frio jaguareense surgem autoras e autores negras/os de variados lugares do Brasil, de países vizinhos e até mesmo de Moçambique, na pessoa da escritora Paulina Chiziane, participantes do IV COPENE SUL. Mais de um ano de planejamento e organização resultaram em um evento grandioso, em que referências, antes só nomes em livros, conversaram, sorriram, sentaram ao nosso lado nas conferências e compartilharam da mesma refeição conosco. Pesquisadoras/es negras/os existem, e são muitas/os! Gratidão pela experiência, “tietagem” e conhecimento adquirido. Ao término de cada noite do evento passava no hospital para ver minha mãe.
- **Setembro de 2019:** a menina negra Ágatha Félix, de 8 anos, é morta pelas costas, dentro de uma lotação, com um tiro de fuzil desferido por um policial no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro (G1 RIO, 2019). A política do então governador do Estado era “mirar na cabecinha e

atirar” (PENNAFORT, 2019, n.p.). Me questiono: qual será a raça das “cabecinhas” que estão na mira?

- **Outubro de 2019:** percebi que não menstruava há um tempo. Me questionei: “será menopausa precoce?”, por via das dúvidas fiz um teste de farmácia: positivo. Deveria me preocupar com repouso e toda a “novela” novamente? Dessa vez decidi que não. Embarquei num voo para o Rio de Janeiro rumo a minha primeira ANPED (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2019). Participei do evento em Niterói e apresentei meu então projeto de tese. Aproveitei para tomar um banho de mar em uma praia carioca. O que tiver de ser, será.
- **Novembro de 2019:** enquanto uma vida crescia dentro de mim, a da minha mãe, neste plano, chegou ao fim.
- **Dezembro de 2019:** para “dispersar” um baile funk que acontecia na rua, na favela de Paraisópolis, em São Paulo, a Polícia Militar cerca e encurrala jovens, que fugiram como podiam para se proteger da violência (LEIA JÁ, 2019). Imagens de celular mostraram moças e rapazes sendo espancadas/os e humilhadas/os. Da operação resultaram nove mortas/os por pisoteamento e várias/os feridas/os. Qual seria a cor dessas/es jovens?
- **Janeiro de 2020:** enquanto estava em Porto Alegre fazendo um curso de aperfeiçoamento em alfabetização, nos noticiários se espalhava a notícia de uma doença desconhecida, que matava rapidamente e que parecia já estar circulando pelo estado (BBCNEWS, 2020a).
- **Fevereiro de 2020:** “escondi” a gestação durante o tempo que deu, afinal, não sabia se chegaria ao fim, mas Olívia (que dependendo da fase gestacional foi chamada por mim e pelo pai de feijão, amendoim e, por último, Esperança) resolveu crescer e aparecer para o mundo. A gestação era de risco, o pré-natal foi feito com dois médicos em Jaguarão e mais dois médicos em Pelotas, pois o bebê poderia nascer antes do tempo e Jaguarão não possui UTI pediátrica.
- **Março de 2020:** minha pressão arterial começou a subir e não regularizava com remédios, dessa forma a obstetra recomendou

repouso absoluto até o parto. Após esse episódio, breves hospitalizações devido a subida da pressão arterial acabam virando rotina. Consegui qualificar meu projeto de tese de forma virtual. A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que estávamos vivendo uma pandemia (UNASUS, 2020), causada pelo Corona vírus, que recebeu o 19 na sigla por ter seu primeiro caso registrado em dezembro de 2019, tornando-se o temido COVID-19. Estados e municípios declararam *lockdown* (confinamento), somente farmácias e locais de venda de comida poderiam abrir as portas, de maneira restrita. A empregada doméstica negra, Cleonice Gonçalves, de 63 anos, é a primeira vítima fatal da doença no Estado do Rio de Janeiro, ela contraiu a doença da patroa, que voltou contaminada de uma viagem recreativa à Itália (COSTA, 2020). Essa morte deu a “cara” da doença no Brasil, em que pessoas negras, especialmente mulheres, foram as mais afetadas. A propósito, nesse primeiro caso a patroa sobreviveu. O Presidente do Brasil declara à imprensa que o vírus “é uma gripezinha, um resfriadinho” (BBCNEWS, 2020b). Nesse meio tempo ocorreria o chá de fraldas da Olívia, que seria no dia do meu aniversário, 20 de março, seria. A criança poderia nascer antes do tempo e ainda não tinha nenhuma peça de roupa. Mas quem tem família tem tudo! E benditos sejam os supermercados que vendem roupas.

- **Abril de 2020:** mais uma hospitalização devido a desregulação da pressão arterial.
- **Mai de 2020:** George Floyd, um homem negro de 40 anos, foi morto asfixiado por um policial branco durante uma intervenção policial em Minnesota, nos Estados Unidos (BBCNEWS, 2020c). As imagens de George detido ao chão, com o policial branco o imobilizando, com o joelho em seu pescoço, correram o mundo e geraram inúmeros protestos. As últimas palavras de George antes de desfalecer foram: “Eu não consigo respirar”. As notícias na TV mostraram as mobilizações contra esse crime pelo mundo. Nesse mesmo período, corpos de vítimas da covid-19 são armazenados em caminhões frigoríficos, uma vez que não tinham mais vagas nos necrotérios, para posteriormente serem sepultados em valas comuns, com o auxílio de uma patrula, visto que os

coveiros não davam mais conta (REDAÇÃO VEJA, 2020). No meio desse caos mundial nasce Olívia, de cesárea, pois pedi tanto para ela se segurar no meu útero que ela se deitou e não quis sair por nada, só “tirando na marra” mesmo.

- **Junho de 2020:** Miguel Otávio Santana da Silva, um menino negro de cinco anos, morre ao cair do 9º andar de um prédio de luxo em Recife (G1, 2020a). A mãe do menino, a empregada doméstica negra Mirtes Renata Santana de Souza, estava cumprindo a ordem da patroa de passear com o cão da família ao redor do prédio, enquanto seu filho ficaria aos cuidados da patroa — a branca, loira e esposa de político Sarí Côrte Real — que abandonou a criança sozinha dentro do elevador.
- **Agosto de 2020:** Olívia seguiu crescendo linda! O que não impediu que amamentação, fraldas, frio, noites em claro e dor nas costas me atingissem. Nesse tempo, não conseguia definir o que é dia ou noite, tudo parecia ser uma sucessão da mesma coisa, minha vontade era de dormir e não acordar mais. Em meio a esses sentimentos, logo veio o diagnóstico: depressão.
- **Novembro de 2020:** na véspera do Dia da Consciência Negra, João Alberto Silveira Freitas, um homem negro de 40 anos, foi espancado até a morte por seguranças do mercado Carrefour, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a motivação seria um desentendimento na fila dos caixas (G1, 2020b).
- **Dezembro de 2020:** três meninos negros: Lucas da Silva (8 anos), Alexandre da Silva (10 anos) e Fernando Henrique Ribeiro (12 anos), desaparecem em Belford Roxo, no Rio de Janeiro (CNNBRASIL, 2021). Investigações apontam que teriam sido torturados e mortos por um traficante local, a motivação para o crime teria sido uma gaiola com um passarinho. Os corpos não foram encontrados. Países europeus (CNNBRASIL, 2020) são os primeiros no mundo a iniciarem a vacinação contra a covid-19, surge uma janela de esperança. Enquanto isso, no Brasil, o Presidente continuava defendendo remédios sem eficácia comprovada, condenando o uso de máscaras de proteção e atacando a ciência, as pesquisas e as universidades (G1, 2021).

- **Janeiro de 2021:** a depressão me esmagava, não conseguia pegar um livro para ler sem que me causasse uma crise de choro. Pensava: “para que fui inventar de entrar em um curso de Doutorado se eu sou tão burra e incapaz?!” Eu não saía de casa sozinha, tinha crises de pânico toda vez que precisava ir além da calçada de casa. O simples ato de me sentar no carro, no lugar do motorista, me causava falta de ar. Nesse mês, meu tio Elomar, meu segundo pai, faleceu de câncer. Ele foi vítima indireta do covid-19, sentiu os primeiros sintomas no início da pandemia, mas não procurou por recursos mais avançados, só disponíveis no município vizinho de Pelotas, porque estava esperando “a pandemia acalmar”. Quando procurou, já era tarde demais.
- **Fevereiro de 2021:** me sentia como se estivesse lutando contra ondas num mar revolto, pois quando tentava vir à tona, as ondas me envolviam novamente e me jogavam para o fundo frio, escuro e sem ar. Minha segunda mãe, a tia Sinda, falece de câncer. Assim como o irmão, no mês anterior, foi mais uma vítima indireta do covid-19, e os resultados dos exames que detectaram a doença só chegaram depois da sua morte.
- **Março de 2021:** a terapeuta *online* da PUCRS me deu alta. Segundo ela, minhas “tendências suicidas” passaram e tinha muita gente pior do que eu precisando de ajuda (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2018). Meu médico também me liberou para voltar ao trabalho de forma presencial, o atendimento do setor de escolas públicas estaduais aconteceu presencialmente durante a pandemia, era necessário manter “o atendimento ao público”, mas manteve a medicação. Meu cunhado, admirador do “Presidente do Brasil”, confiou que, por ter um “histórico de atleta” de jogador profissional de futsal, não necessitava usar máscara, álcool ou manter distanciamento, afinal, essa doença era só “uma gripezinha”. Para ele as mortes divulgadas na tevê eram notícias falsas, “as pessoas que morreram iam morrer mesmo, já eram velhas e doentes”. Só que o tempo provou que, nada do que o presidente Jair Bolsonaro falou, era verdade. Meu cunhado, um homem saudável de 52 anos, faleceu em menos de uma semana após contrair a doença,

enquanto esperava transferência para uma vaga de UTI, inexistente devido a superlotação. Quando soubemos de sua morte, já havia sido sepultado. A minha família estava em choque, pois a doença nos encontrou. A suspeita de que eu tivesse contraído covid-19 fez com que eu suspendesse a amamentação e me isolasse da minha bebê e do meu marido. Depois de quase uma semana de espera, muito choro — da mãe e da bebê — culpa e frustração, saiu o resultado: negativo. Passou um ano da qualificação e nenhuma linha foi acrescentada na tese, mais culpa e frustração, de novo.

- **Maio de 2021:** enquanto eu pensava que o mar iria acalmar, as ondas teimavam em me derrubar novamente. Na primeira grande onda de frio do ano de 2021, meu pai se levantou cedo, tomou seu café, mas o dia nublado fez com que se deitasse novamente, “me leva um mate mais tarde, vou dormir mais um pouco”, diz ele para minha irmã. Estou entrando em uma reunião do trabalho quando minha irmã me liga, em pânico: “Não consigo acordar o pai!”. E assim, quentinho em sua cama, dormindo, com expressão calma e serena, meu pai partiu desta vida, no mesmo mês em que sua amada neta mais nova completou um ano de idade.
- **Julho de 2021:** minha filha mais velha veio passar uns dias em minha casa. Quando alguma coisa não está bem, independentemente da idade, o melhor lugar para se ir é a casa dos pais. Nesse momento “caiu a ficha”, sou órfã. Se algo der errado, não tenho mais para onde ir. De cima das pedras via o mar revoltado e a maré subindo, as ondas molhavam meus pés, o vento me empurrava para a água, tentava me afirmar, mas ao meu redor só existia o vazio.
- **Janeiro de 2022:** o refugiado congolês Moïse Kabagambe, de 24 anos, foi morto pauladas por quatro homens, em um quiosque na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2022). A motivação para o crime teria sido a cobrança de duas diárias de trabalho que ele não teria recebido. Imagens de câmeras de segurança mostram o corpo de Moïse amarrado e jogado em uma escada próxima ao quiosque, que continuava atendendo normalmente, apesar das poças de sangue no seu entorno.

- **Abril de 2022:** uma das irmãs do meu pai descobriu que estava com câncer no cérebro e pulmão, começou em tratamento, mas sabíamos que era difícil. E o que minha tia fez? Um churrasco para comemorar o aniversário do meu tio e chamou todos os irmãos, irmãs, sobrinhas e sobrinhos. Somos pessoas peculiares, “essa gente” é assim mesmo. O que mais me dói, além de saber da possibilidade da perda, é o fato da minha família, tanto por parte de pai, quanto por parte de mãe, ter o rótulo da “tendência genética”, no entanto me parece muito estranho que, desde a minha infância, vizinhos da mesma comunidade rural padeçam da mesma “tendência”. O fato de sermos cercadas/os por plantações de soja e sermos banhadas/os por aviões pulverizadores de veneno parece não ter relação. Em um país sério, toda a comunidade seria monitorada e os responsáveis apontados, no Brasil, a quem interessará a doença em pessoas de uma comunidade rural predominantemente negra?
- **Mai de 2022:** minha tia falece em decorrência do câncer, um dia antes do aniversário de dois anos da Olívia, e no mesmo mês do seu adorado irmão, que partiu um ano antes.

Só medicada para suportar essa carga que teima em não aliviar [...].

1 A INTRODUÇÃO DA TESE NA VIDA

Afirmo que boa parte dos negros e negras do Brasil já ouviu diálogo semelhante ao que descreverei:

Domingo de manhã, chego à farmácia para comprar um analgésico, a dor de cabeça estava forte, na fila a minha frente duas senhoras, estimaria na faixa dos 60 anos, conversam, começo a prestar atenção ao assunto: “[...] te lembras da *fulana*? Não, responde a outra. Uma bem moreninha, que sentava na nossa frente. Ah! Acho que sei, ela era morena, mas ia sempre bem limpinha, com a roupa bem arrumadinha, era bem estudiosa ela [...]”.¹

A presença de uma mulher negra, bem próxima na fila, não inibiu as mulheres em questão a exporem seus pensamentos. Para elas, “apesar de ser negra”, a colega de escola era “limpa, arrumada e estudiosa”, deixando subentendido que de maneira geral as pessoas negras são “sujas, desleixadas e desinteressadas”.

1.1 “ESTAMOS AQUI, E AGORA VAMOS FALAR”: DETALHAMENTO DA PESQUISA E OPÇÕES DE VISIBILIDADE

Na tentativa de colaborar para a desmistificação do tipo de pensamento narrado na abertura deste capítulo, desenvolvi esta tese de doutorado, cujo tema central são as professoras negras doutoras, docentes em universidades públicas do extremo sul do Rio Grande do Sul, que são perpassadas pelo aspecto que chamo de “invisibilidade” da população negra. Para tanto, analiso os currículos e a produção científica de três doutoras, docentes de uma universidade pública, no extremo sul do Brasil, que atuam na área das ciências humanas.

Considerando essas delimitações, o problema de pesquisa que guia minha tese é: como a produção acadêmica de professoras doutoras negras é afetada pela consciência de sua negritude? Nesta tese consciência da negritude é entendida como a afirmação de ser uma mulher negra, assumindo todos os marcadores físicos que essa afirmação implica. E para responder essa questão, o objetivo geral é analisar como a produção científica das professoras doutoras negras, atuantes em cursos das áreas humanas, apresenta indícios da consciência da negritude por meio de elementos autobiográficos nos seus escritos.

¹ Trecho retirado do diário da tese, escrito em Jaguarão, em 17 de fevereiro de 2019.

Como objetivos específicos destaco:

- a) tecer um panorama do acesso ao trabalho e estudo pelas mulheres negras no Rio Grande do Sul;
- b) localizar as professoras doutoras autodeclaradas negras, atuantes em universidades públicas federais do extremo sul do Rio Grande do Sul;
- c) selecionar o material acadêmico documental produzido por elas, indicado no currículo do Sistema Lattes e disponibilizado nas plataformas virtuais e/ou materiais;
- d) identificar a presença da consciência da negritude nos indícios autobiográficos presentes na produção acadêmica das professoras;
- e) analisar se a presença de possíveis elementos autobiográficos presentes na produção acadêmica dessas professoras contribui para a eliminação do racismo.

Para desenvolver a tese adotei a metodologia autobiográfica. O tema, bem como a metodologia, não chegou por acaso, foi sendo construído, em parte inconsciente e em parte conscientemente, no decorrer da minha trajetória de vida e de minha trajetória profissional. E, por essa razão, é quase impossível desenvolver a temática sem descrever e analisar o meu percurso individual. E esse movimento de análise e descrição não é uma tarefa fácil, pois como coloca Maria Helena Menna Barreto Abrahão (2004, p. 202): “a pesquisa (auto)biográfica é uma forma de história autorreferente, portanto plena de significado, em que o sujeito se desvela, para si, e se revela para os demais”. Esse ato de “se desvelar para si”, tem sido a parte mais difícil, e simultaneamente prazerosa. É um exercício de lembrar fatos, minimizar alguns, dar o devido valor a outros. Perceber que todos eles fizeram a mulher em construção que sou hoje, em construção porque minha incompletude é que me move.

Como mulher negra e professora, minha narrativa de vida está presente na pesquisa, pois muitos aspectos históricos referentes à população negra fazem parte da minha memória de vida. Esse ponto vai ao encontro das conclusões de Abrahão (2004), que considera que a memória é um componente essencial para a/o narradora/or poder construir/reconstruir os elementos de análise que poderão auxiliá-la/o na compreensão do seu objeto de estudo.

As memórias, aliadas ao conhecimento obtido ao longo do doutorado, permitiram que eu reconhecesse o preconceito explícito no discurso que abre este capítulo. Aquele é um discurso que, se fosse presenciado por mim alguns anos atrás,

teria passado despercebido, pois de tanto ouvirmos esse tipo de comentário, acabamos naturalizando o que não é natural. O enfrentamento e tomada de consciência são fundamentais para que as mudanças de pensamento e atitudes em relação ao povo negro ocorram. A tomada de consciência da minha negritude não chegou por acaso, ela surgiu depois da análise de uma série de situações vividas em minha infância, adolescência e início da vida profissional que, somadas às leituras, me auxiliaram a repensar as experiências e produzir uma textualidade com os atravessamentos do campo dos estudos étnico-raciais e de gênero, e que também me possibilitam a formulação e reformulação de alguns pensamentos e objetivos no decorrer do processo.

Uma reflexão que permeou minha escrita foi o uso do termo “negra” ou “preta”. Para Conceição Evaristo (2020 *apud* MARTINS; CRUZ, 2020, n.p.), o uso de uma palavra ou de outra, possui um viés geracional, pois ela alega que é

de uma geração que assistiu esse esvaziamento negativo da palavra negro. A palavra negro era usada sempre no sentido pejorativo. Quando queria atingir uma pessoa negra, o termo era usado. Houve um trabalho, uma auto nomeação da palavra negro para esvaziar o sentido negativo dessa palavra. Foi criada uma semântica de positividade. Isso muito por meio da literatura [...] A própria nomeação de Cadernos Negros indica. Em várias criações poéticas, o eu lírico se pronunciava como negro ou a musa inspiradora do poema era sempre uma mulher, e essa mulher nomeada de negra.

Evaristo (2020 *apud* MARTINS; CRUZ, 2020) expõe que sua preferência recai no termo negra/o pelo objetivo de rebater o sentido negativo da palavra, no entanto, por influência das novas gerações também utiliza o termo preta/o. O mesmo pensamento da intelectual negra Aparecida de Jesus Ferreira (2020), em minicurso oferecido no XI Congresso Brasileiro de Pesquisadoras/es Negras/os (COPENE), situou o uso dos dois termos como uma forma de positivar ambos, mas também por uma questão geracional, uma vez que vivenciou a positivação da palavra negra/o pelos movimentos negros organizados e no seu ambiente familiar, já que desde sua infância esse termo sempre foi utilizado de forma positiva, por isso opta por se definir como uma mulher negra. Em outra via, a intelectual negra Lucimar da Rosa Dias (2020) ressalta que tanto o termo negra/o quanto o termo preta/o pode ser usado para qualificar ou desqualificar um grupo social, todavia o mais importante é o que está sendo feito para combater o racismo.

A partir dos apontamentos das autoras supracitadas, acrescento também a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), que agrupa na categoria das pessoas negras aqueles e aquelas que se autodeclaram como preta ou parda. Diante do exposto, faço a opção pelo termo “negra”, por este fazer parte da minha infância e vida adulta, bem como ser usado por minha família numa conotação positiva. No entanto, ressalto que nesta presente tese aparecerão os dois termos, de acordo com o uso do referencial teórico utilizado.

Outra opção metodológica foi priorizar, tanto na leitura quanto na escrita, autoras mulheres, especialmente as negras, uma vez que este estudo surgiu a partir da constatação da invisibilidade das mulheres negras, portanto, para ser coerente com a visibilidade pretendida, sempre que se tratar de autora/r negra/o especificarei que se trata de tal, — nesse contexto, utilizo como base as orientações da Revista Estudos Feministas e faço a utilização do nome completo das autoras, quando citada pela primeira vez (REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, 2021). Entendo que essa visibilidade é política, uma vez que se coloca frente a suposta hegemonia do mundo acadêmico, que considera todas as pessoas intelectuais como homens, e homens brancos. Dessa forma, salientar a autoria e destacar que quem “está falando” é uma mulher, e sobretudo, que se trata de uma intelectual negra, é afirmar o espaço dessas mulheres na academia, pois — assim como coloca a intelectual negra Lélia Gonzalez — “estamos aqui, e agora vamos falar”.

O estado da arte foi realizado com base em sites de pesquisas acadêmicas, revistas e sites específicos de educação e/ou de pesquisadoras/es negras/os e repositórios de universidades públicas do extremo sul do País, com o recorte temporal dos anos de 2014 a 2018. Para realizar o mapeamento, as expressões de busca utilizadas variaram de “professoras negras”, “mulheres negras no ensino superior”, “doutoras negras” e “autobiografia”. Um aspecto interessante nessa busca, foi o de constatar na Plataforma Sucupira² o aumento gradativo de trabalhos com o buscador “professoras negras”, que passou de 177 trabalhos em 2014, para 381 trabalhos em 2018, ou seja, mais que o dobro em um curto período. Uma hipótese para esse aumento gradativo de interesse no tema seria a de que as mulheres negras estão

² A Plataforma Sucupira é uma ferramenta que coleta informações, realiza análises e avaliações, sendo a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), com o compromisso de disponibilizar em tempo real e com mais transparência as informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica. Ver mais em: Capes (2021).

chegando ao mestrado e ao doutorado e que estão buscando explorar as temáticas que lhe são caras. Ao final da busca selecionei vinte trabalhos, entre teses, dissertações e artigos, nos quais as temáticas versaram sobre histórias de vida, gênero, invisibilidade, prática docente e racismo. O estudo dessas pesquisas foi de grande valia para a elaboração desta presente tese, visto que retratou a carência de trabalhos sobre o tema: a produção acadêmica de docentes negras doutoras no ensino superior.

A seguir, apresento o processo de delimitação da pesquisa, as opções metodológicas, os critérios de escolha das instituições e a aproximação com as professoras colaboradoras. No capítulo 2 apresento a opção pela metodologia autobiográfica e o lugar de onde falo, ao mesmo tempo em que relato meu processo de redescoberta da minha negritude, vinculada à docência e a pesquisa. Em seguida, no capítulo 3, traço um breve panorama da situação da mulher escravizada no Rio Grande do Sul, suas principais ocupações, acesso ao estudo, algumas mulheres negras precursoras no meio acadêmico/educação, e por fim, as políticas públicas que favoreceram a qualificação e ingresso das professoras negras no ensino superior.

1.2 “ACEITA ‘APARECER’ NA MINHA TESE?”: APROXIMAÇÃO COM AS COLABORADORAS DA PESQUISA

Desde o início da minha tese já considerava trabalhar com a produção intelectual das professoras, uma vez que, conforme a comprovação verificada por meio do estado da arte, os trabalhos relacionados às mulheres negras costumam dar ênfase em suas histórias de vida, que são riquíssimas, mas que acabam relegando a segundo plano a mulher intelectual, a formadora de opinião que pesquisa e desenvolve novos conceitos, passível de ser citada por outras/os pesquisadoras/es. Com esse pensamento decidi focar nos escritos feitos por elas, de forma mais específica, utilizei como base a pesquisa documental, ou seja, explorar as informações contidas no Currículo Lattes (CL), bem como no conteúdo das produções publicadas³.

³ O Currículo Lattes é um padrão nacional de registro da vida pregressa e atual de estudantes e pesquisadores do Brasil, sendo adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa nacionais, se tornando elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência de pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia.

Para Antônio Carlos Gil (2002) há muitas vantagens na utilização da pesquisa documental, dado que ela possibilita a investigação dos processos de mudança social e cultural. Não basta somente observar ou interrogar as pessoas para captar os processos de mudança, mas também ter fontes comprobatórias dessas mudanças de forma comprovada documentalmente, aliada ao menor custo e sem o constrangimento na obtenção de possíveis dados relacionados à vida pessoal de quem é pesquisada.

Para a delimitação da pesquisa foram elencadas categorias que surgiram ao longo do processo, sendo elas:

- gênero e raça, uma vez que a opção foi por dar visibilidade às mulheres negras, que ainda são minoria na docência do ensino superior;
- fator geográfico, pois uma coisa é ser docente negra num estado de maioria negra, como a Bahia, outra coisa é ser docente negra em um estado como o Rio Grande do Sul, de sabida imigração europeia e detentor do mito de não possuir habitantes negras/os⁴;
- habilitação e instituições públicas, a escolha por doutoras se deu por ser o nível acadêmico exigido, pela maioria das instituições de ensino públicas, para ingresso no quadro de carreira da docência no ensino superior;
- cursos das áreas de humanas, tais docentes deveriam estar atuando nesse setor, que apareceu no estado da arte como aquele com maior concentração de docentes negras.

O próximo passo foi localizar as universidades públicas federais que se enquadravam no recorte geográfico — no extremo sul do RS. Nessa pesquisa, encontrei três instituições atendiam esse quesito, no entanto uma delas era mais afastada geograficamente, com relevo e diferentes aspectos, que somados, a colocavam em um patamar diverso das outras. Dessa forma, tendo em vista essas particularidades, optei por selecionar somente duas dessas instituições.

Na sequência, busquei “descobrir” as professoras doutoras, autodeclaradas negras, docentes nessas instituições e para isso fiz uso dos dados abertos⁵ fornecidos

⁴ A população autodeclarada negra (pretos e pardos) do Rio Grande do Sul totaliza 1.725.166 pessoas, segundo o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, o que representa 16,13% dos habitantes do estado (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

⁵ Cada instituição possui sua forma de apresentar seus docentes, que diferem de acordo com a área e o campus, mas via de regra todas direcionam a busca para o Portal da Transparência, do Governo Federal. Nesse site são apresentadas informações como órgão de lotação, função e salário, no entanto não apresenta opção de refinamento da pesquisa por gênero e raça.

pelas duas universidades. Todavia, esse recurso se mostrou falho e insuficiente, pois uma das instituições apresentava em seus dados o recorte por gênero, raça e qualificação, mas a outra, além do Portal da Transparência, só apresentava o nome e a foto do seu corpo docente, o que, em um primeiro momento, parecia suficiente, mas não foi. Como saber quais delas se autodeclaravam negras? Para responder a esse questionamento precisei fazer uso de notícias de jornais, cruzamento de informações em sites específicos da instituição, bem como de relatos de alunas, alunos e/ou colegas docentes nesses locais. Ao final da busca consegui localizar onze professoras negras, no entanto uma delas era professora substituta e não fazia mais parte do corpo docente. Duas delas eram de outras áreas e duas outras ainda não haviam concluído o doutorado, ficando, então, seis professoras que se enquadravam nos quesitos da pesquisa.

A ideia inicial era a de pesquisar essas professoras doutoras de forma anônima, sem nomeá-las, mas conforme os estudos se aprofundavam essa opção pareceu um tanto incoerente para uma tese que buscava a “visibilidade” dessas mulheres, por isso se tornou necessária a aprovação pelo comitê de ética da Universidade, com registro na Plataforma Brasil⁶. O projeto de tese foi submetido, pela primeira vez, em nove de fevereiro de 2021, e passou por muitas idas e vindas, questionamentos e adaptações, especialmente quanto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ao fim, depois de um longo processo e quatro versões do documento, foi obtida a aprovação para o desenvolvimento da pesquisa, com a visibilidade das professoras, no dia sete de junho de 2021⁷.

Com a aprovação do projeto, passei a estabelecer contato, apresentar a pesquisa e buscar o aceite das professoras selecionadas para colaborar com o estudo. Vale destacar que nesse momento já nos encontrávamos em meio a uma pandemia mundial, decorrente da contaminação pela Covid 19. As instituições foram fechadas e todo contato foi feito de forma virtual, por meio de redes sociais e/ou contatos em comum.

⁶ Base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep. Ela permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios - desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP e pela Conep (PLAFATORMA BRASIL, 2022).

⁷ Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS n° 466 de 2012, Resolução n° 510 de 2016 e da Norma Operacional n° 001 de 2013 do CNS, manifestou-se pela aprovação do projeto de pesquisa “Professoras Negras e Suas Autorias: Um Estudo Sobre a Produção Acadêmica de Doutoradas Negras Atuantes em Universidades Públicas do Sul do Rio Grande do Sul”, proposto pela pesquisadora Edla Eggert, com número de CAAE 43137421.8.0000.5336.

Das seis professoras, quatro retornaram meu contato, três delas, após conhecerem o teor da pesquisa, leitura do resumo e conversas virtuais (escritas e por vídeo), aceitaram participar e “aparecer” na pesquisa. A outra, apresentou sua recusa por escrito, e de forma muito delicada mencionou seu desânimo em relação a vida política, social e racial do país, que o tratamento dado às Universidades Federais, pelo atual governo, lhe tirava a esperança de dias melhores, e que, em vista disso, se sentia ineditamente “desmobilizada para a luta” e impossibilitada de colaborar.

A recusa dessa professora me levou a refletir sobre a falta de resposta das outras duas, uma vez que enviei vários convites, por diferentes meios — inclusive um deles foi feito “pessoalmente”, através de vídeo chamada em um evento em comum, ocasião em que tive a oportunidade de me comunicar de forma privada com uma delas e apresentar a pesquisa, ao que a mesma confirmou o recebimento de minhas mensagens e ficou de enviar o retorno “em breve”, retorno esse que nunca chegou. O silêncio também é capaz de nos dizer muitas coisas. Baseada na recusa da primeira, percebi que as outras duas encontravam-se no mesmo patamar, ou até pior que ela, pois não encontraram forças para sequer enviar uma recusa formal. Em tempos de ataque a ciência e a pesquisadoras e pesquisadores, ser uma doutora negra e ter suas pesquisas e seu pensar divulgados poderia não ser uma boa ideia. Ao final do processo pude contar efetivamente com a colaboração de três professoras doutoras negras, que serão devidamente apresentadas no desenvolvimento desta tese.

Como já mencionado, a principal fonte de pesquisa utilizada foi o Currículo Lattes⁸ das professoras, no entanto, no contato feito com elas, elas tiveram liberdade para compartilharem comigo outros escritos que não estivessem registrados no CL, mas que fossem de autoria própria e pudessem ser publicizados. No currículo, as professoras registram boa parte de sua vida acadêmica, onde apontam as informações profissionais relevantes, suas principais produções, e, atualmente, algumas dessas produções já vêm com o “link” de acesso à revista ou periódico em que foram publicadas. Antecipo que o CL mostrou ser um instrumento insuficiente como principal fonte de informações, visto que seu preenchimento é complexo, com

⁸ Mas por que o Lattes e não outra base de dados? O Currículo Lattes tem sofrido uma grande perda de prestígio, especialmente nos últimos anos, e em boa parte devido a atitudes do atual governo federal, com sucessivas trocas de comando no Ministério da Educação e Cultura (MEC), “panes”, perda de dados e dificuldade de acesso, no entanto seu preenchimento ainda é, praticamente, um pré-requisito em todos os editais para professora/r efetiva/o em universidades públicas espalhadas pelo País.

informações que se repetem ou desnecessárias, que “poluem” o instrumento sem necessidade, por outro lado, informações que poderiam ter relevância para pesquisa não “encaixam” em nenhum lugar, deixando lacunas difíceis de serem preenchidas. Como dito por uma das colaboradoras por rede social: “Nossa vida não cabe no Lattes”, o que me leva a crer que, a continuidade dos estudos com essas professoras, por meio de rodas de conversas ou encontros presenciais, poderá se tornar um rico instrumento histórico sobre o ingresso e permanência das professoras negras no ensino superior.

Retornando ao CL, busquei e analisei as dissertações, teses, artigos, livros, capítulos de livros e demais documentos disponíveis ou relacionados. A procura pelas dissertações e teses foi uma tarefa relativamente fácil, pois com as informações sobre a instituição, autoria e título do trabalho, foi necessário apenas localizar o mesmo no repositório da instituição de origem. Essa facilidade de localizar as produções também se deu com a maioria dos artigos em periódicos e alguns livros ou capítulos de livros, que já são publicados, em parte ou totalmente, de forma virtual. Quando o livro não era encontrado de forma virtual eu efetuava a busca para adquirir o exemplar de forma física, em sites de vendas de livros novos ou “sebos virtuais”, que comercializam exemplares usados, no entanto, mesmo fazendo uso desse expediente, alguns títulos não foram encontrados, o que não chegou a comprometer o todo.

2 EU SOU UMA PROFESSORA NEGRA!: A OPÇÃO AUTOBIOGRÁFICA COMO PANO DE FUNDO DA TESE

A escolha pela utilização e aplicação da metodologia autobiográfica se deu pela sua possibilidade de rompimento com paradigmas universalizantes, androcêntricos, racistas e sexistas. No entanto, no momento de dar início a “escrita de si”, surgiram algumas dúvidas: o que é importante relatar? A quem pode interessar o que eu tenho a dizer? Assim como Josso (2010), precisei passar pela minha história em revista e localizar os momentos cruciais da minha trajetória. O que eu sabia era que, como bell hooks (2020), queria escrever um texto que fosse descomplicado e conciso, que pudesse ser lido por leitoras/es que jamais frequentaram a universidade, ou talvez, que nem tenham terminado o ensino médio, pensando em minha mãe como público ideal.

A página em branco me observava e as dúvidas persistiam, penso que quando isso acontece é hora de buscar outras estratégias. Decidi fazer algo que não estivesse relacionado com trabalho acadêmico, como arrumar um guarda-roupa. Mas percebi que, quando se trabalha com autobiografia, nada é por acaso. Acabei encontrando roupas antigas, fantasias de carnaval, restos de lãs, linhas, retalhos etc. uma infinidade de guardados de uma vida. Como em uma análise de pesquisa, separei em categorias: coisas que mereciam ser guardadas; coisas a serem doadas e coisas a serem descartadas. Nesse processo de organização encontrei uma antiga colcha de retalhos, ou os pedaços dela, iniciada há muito tempo. Nem pestanejei, coloquei direto na sacola das coisas a serem descartadas, afinal, nos dias de hoje, quem terminaria uma colcha de retalhos? Não era um item a ser doado.

No entanto, conforme seguia a arrumação, mais pedaços iam sendo encontrados, mais por instinto, do que por vontade, fui montando os pequenos triângulos, que juntos formavam corações. A intelectual negra estadunidense Patrícia Hill Collins (2019) alega que pensamento e ação podem trabalhar juntos em benefício da produção da teoria, pensamento contrário ao que ela aprendeu durante boa parte de sua formação acadêmica formal, que foi concebida para mostrar que, a fim de construir um trabalho intelectual válido, ela deveria se afastar da sua comunidade, da sua família e até dela mesma, no entanto, ao invés de pensar o cotidiano como uma influência negativa, ela tentou ver como as iniciativas e ideias cotidianas das mulheres negras, que faziam parte de sua vida, refletiam as questões teóricas que ela afirmava

serem tão importantes para elas (COLLINS, 2019). Desse modo, cada retalho ia me lembrando um momento da minha vida ou uma peça de roupa, de uma mulher negra fundamental para mim, como a blusa vermelha que minha mãe usou numa apresentação do coral, o vestido que usei na missa da formatura da graduação, uma blusa da minha avó, o avental da educação infantil da minha filha mais velha.

Naquele instante tudo começou a fazer sentido: eu sou a colcha de retalhos! Tudo que estava ali me constituiu. Naqueles retalhos encontrei elementos que possibilitaram (re)construir elementos de análise que me auxiliaram na compreensão do meu objeto de estudo (ABRAHÃO, 2004). Sou eu, mulher negra e professora, em conjunto com tantas mulheres e histórias vividas, que fizeram com que hoje eu estivesse passando em revista a minha e as suas vidas.

Para Collins “ao confeccionar suas colchas, as mulheres negras justapõem cores e padrões fortes e veem as diferenças individuais não como algo que valoriza um retalho em detrimento do outro, mas como um aspecto que enriquece toda a colcha” (COLLINS, 2019, p. 420). Aqueles pequenos triângulos de tecido me fizeram lembrar da minha avó, que superou o luto da perda do meu avô fazendo colchas de retalhos. Cada neto, filho ou nora ajudava, sempre que tinham um tempinho, recortando cartõezinhos de caixas de remédios, embalagens e o que estivesse por perto. Ela recobria esses cartões com tecido, para depois costurá-los um a um. Conforme ela costurava, o luto ia sendo trabalhado. De colchas ela passou para pequenas mantas, depois para almofadas, até que o luto passou e ela aprendeu a viver sem meu avô.

Figura 1 — Encontro de triângulos



Fonte: Acervo da autora.

Ao ativar essas memórias não consegui descartar nenhum retalho. Naqueles triângulos recortados estava minha energia criativa, que de acordo com Edla Eggert, se trata da energia vital, “que nos coloca de pé todos os dias para que a vida siga” (EGGERT, 2021, p. 56). Descartar esses retalhos significava me desfazer da seleção do modelo, dos tecidos, das cores, das noites de inverno à beira do fogão a lenha, em que só esses triângulos me acompanhavam. Descartá-los seria como se estivesse descartando minha história e todas as mulheres que auxiliaram na construção de mim mesma. Dessa forma, os retalhos permearam metaforicamente esta tese, que foi sendo “costurada”, pedaço por pedaço a cada semestre.

2.1 O CAMINHAR PARA SI: A PESQUISA AUTOBIOGRÁFICA

A temática autobiográfica⁹, desconhecida por mim e apresentada por minha orientadora no curso de doutorado, foi escolhida por melhor se adequar ao tipo de estudo a ser realizado, pois de acordo com Josso (2012, p. 22):

uma das dimensões da construção da história de vida na nossa abordagem reside na elaboração de um autorretrato dinâmico por meio das diferentes identidades que orientaram e orientam as atividades do sujeito, as suas opções passivas ou deliberadas, as suas representações e as suas projeções, tanto nos seus aspectos tangíveis como invisíveis para outrem, e talvez ainda não explicitados ou surgidos na consciência do próprio sujeito. Por meio deste autorretrato mais ou menos explícito, evidenciar as posições existenciais, adotadas ao longo da vida, permite ao autor da narrativa tomar consciência da sua postura de sujeito e das ideias que, consciente ou não conscientemente, estruturam essa postura.

A elaboração desse autorretrato, com todas as atividades que orientaram ou orientam meu pensar e viver, mesmo que não explicitamente ao longo da vida, fizeram com que eu percebesse que faço parte do grupo a ser estudado, e que, ao mesmo tempo em que sou pesquisadora, sou pesquisada. Assim, meu ambiente familiar, somado às minhas escolhas pessoais e profissionais, me aproximam da metodologia, na medida que reflito sobre meu ser e meu saber

⁹ Para me aprofundar no que seria tal metodologia, cursei no primeiro semestre de 2019 na UFPel, uma cadeira com Maria Helena Menna Barreto Abrahão e Lourdes Maria Bragagnolo Frisson, intitulada “Biografização: dimensões epistemológicas e teórico-metodológicas”. Também participei do II Colóquio internacional sobre o imaginário educação e (auto)biografias, IV Colóquio sobre o imaginário e educação e I Encontro regional da *Biograph* Sul, tais vivências foram fundamentais para delinear o caminho metodológico da pesquisa.

a reflexão biográfica permite, pois, um colocar-se na escuta, e uma exploração das emergências interiores (sob forma de desejos, expectativas, projetos) que desvelam uma busca ativa de realização do ser humano em potencialidades insuspeitáveis, inesperadas. Tais descobertas pressupõem uma visão do homem (uma das facetas de nossa cosmogonia) que nos autoriza a imaginar e a crer na possibilidade de poder, querer e ter que desenvolver ou adquirir saber-fazer, saber-sentir, saber-pensar, saber-escutar, saber-denominar, saber-imaginar, saber-avaliar, saber-perseverar, saber-amar, saber-projetar, saber-desejar, saber-ser em relação com um si encarnado etc., necessários às mudanças, à acolhida do desconhecido que vem a nosso encontro desde o momento em que deixamos o caminho da vida programado por nossa história familiar, social e cultural. (JOSSO, 2012, p. 21)

Não me constituo sozinha como sujeito, todo um conjunto de pessoas, lugares, situações e vivências me constituem. De acordo com Josso (2010), a reflexão sobre as vivências é uma disciplina que devemos nos impor e praticar com mais ou menos regularidade, para alimentar um ou outro tema de pesquisa, ou seja, utilizar as situações mais diversas da vida, nos perguntando o que elas trazem, o que pode ser extraído delas ou ainda, o que aprendemos por nós mesmos. Desse modo, me constituo de todas as reflexões que cercam meu viver, de todos os “retalhos” que recortaram antes de mim e os que eu mesma recortei para compor minha vida, uma dessas reflexões me fez perceber que meu lugar de origem é parte fundamental da minha formação, pois quando me perguntam, em Porto Alegre, se sou do “interior”, a resposta sai automática, “não, sou da fronteira”.

2.2 “É PRECISO UMA ALDEIA INTEIRA PARA EDUCAR UMA CRIANÇA”: O LUGAR DE ONDE FALO

O provérbio africano que abre esta seção traduz bem o ambiente da minha infância. Fui criada em uma pequena comunidade rural, na cidade de Jaguarão-RS, que faz fronteira com o Uruguai, no extremo sul do Brasil. A cidade “tem sua economia baseada na agricultura, pecuária, comércio e turismo. E sua origem remonta um acampamento militar, por volta de 1801, só passando a denominação de cidade em 1855” (PREFEITURA DE JAGUARÃO, 2022, n.p.). Como jaguarense, essas informações não fazem jus ao município, suas lendas, costumes e histórias não são encontradas reunidas em um só sítio, são ouvidas nas esquinas, nas casas, à beira do fogo, em noites frias de inverno, contadas pelos mais velhos. Nessa minha “aldeia”

as mulheres eram as protagonistas e sabiam contar as melhores histórias, por isso acredito que nada mais justo contar um pouco da história delas.

Lembro que quando estava na terceira série do fundamental a professora da turma promoveu um concurso sobre a história de Jaguarão, penso que esse foi meu primeiro contato efetivo com a pesquisa, na ocasião andava com um caderninho, abordando todo adulto que eu encontrasse sem fazer nada, pelo mais breve instante que fosse, para me falar o que soubesse sobre nosso município. Foram várias páginas de um manuscrito, que me renderam o título de campeã, mas não lembro qual foi o prêmio, no entanto o processo de juntar a história de uma, com a lembrança de outra foi muito instigante e divertido.

Outro contato com a história do município que ficou marcado em minha memória, se deu durante o curso de magistério, realizado nos anos de 1990, no componente de história. O professor sabia muito da história oral do município e uma indagação que surgiu durante uma das aulas foi sobre a origem das mulheres que constituíram o município. O professor sorriu e nos contou que, se essa pergunta fosse feita às famílias mais antigas do município, diriam que as antepassadas teriam origem portuguesa ou espanhola. No entanto, ele chamou nossa atenção para um aspecto da moral da época da fundação: qual família permitiria que uma “mulher de respeito” viesse para um acampamento militar, no meio do nada? Ou melhor, qual militar casado traria sua esposa para um local em que aconteciam constantes conflitos, onde ele seria obrigado a se ausentar por períodos consideráveis, deixando a esposa sozinha e vulnerável em casa?

Segundo seu relato, conforme as histórias passadas de geração em geração, a população feminina dos primórdios foi composta por mulheres indígenas, mulheres negras escravizadas e mulheres brancas que, por terem dado um “mal passo¹⁰” ou necessidade, praticavam a prostituição. Tais mulheres, de forma consensual ou por estupro, geraram crianças que se parecessem com seus “pais” seriam criadas como filhas/os, mas se parecessem com sua mãe, escravizada ou indígena, seriam relegadas a escravidão ou, até mesmo, a morte. Ele enfatizava que não adiantava procurarmos esses dados em algum livro de história que tratasse da cidade, pois nenhum dos “grandes antepassados”, homens brancos, de nome e “de bem”, admitiriam ter sua origem ligada a essas mulheres. Por isso, ao escrever uma tese

¹⁰ Assim falavam das jovens que não eram mais virgens, mães solas, mulheres adúlteras ou qualquer outra que desafiasse os costumes da época.

com viés feminista, me vi instigada a resgatar essa história oral e buscar indícios que referendassem ou contradissem a mesma. Encontrei nos contos do escritor jaguareense Aldyr Garcia Schlee, mais conhecido por ter sido o criador da “camisa canarinho” da seleção brasileira do que por sua obra literária, alguns indícios da origem indígena. O autor relatava em suas rodas de conversa, ocorridas em diferentes eventos e momentos, que muitos dos seus personagens tinham nome e sobrenome reais, no entanto, com tom bem-humorado, dizia que “compraria briga” com muita gente importante se fizesse isso, por isso preferia usar nomes fictícios e seguir recontando a história a sua maneira.

José Paulo Miranda que prefacia a obra “Conte-me um conto, mas que seja lindo e feio como a vida” relata o pensamento máximo do autor: “só irá permanecer aquilo que ficar escrito”. Para Miranda, Schlee corrigia a história, revivia as fontes que se perderam ou que se fizeram perder, as que foram apagadas da história, coincidente ou propositalmente¹¹,

quantos buracos no tecido da ciência da História não existem, talvez até ao ponto de serem mais buracos que tecido?! Para não falar acerca daqueles que destroem documentos em prol do que querem que fique registrado pela ciência da história; ou, a mais das vezes, apenas em seu próprio benefício. (MIRANDA, 2019, *apud* SCHLEE, 2019, p.63)

No conto “Don Sejanos”, Schlee relata que em um tempo de fronteiras não definidas, uma indígena minuano conta o que ouvia de sua mãe e de sua avó: um comandante mandara matar todos os indígenas varões com menos de doze anos, os mais velhos foram morrendo com o tempo e todos os meninos que foram nascendo, das mulheres sobreviventes, “trouxeram na cara a marca dos que não tinham sido seus pais” (SCHLEE, 2013, p. 40), ou seja, vítimas do estupro, perpetuado pelos militares.

O artigo de Paulo Roberto Staudt Moreira (2009), ratifica a origem negra das mulheres, ao relatar a história do tipógrafo, burocrata e abolicionista negro Aurélio Viríssimo de Bittencourt, que nasceu em Jaguarão no ano de 1849 e faleceu em Porto Alegre em 1919. Aurélio era filho de um oficial da armada, Hipólito Simas de

¹¹ Como exemplos, o autor cita os episódios ocorridos quando da Revolução Farroupilha, em Jaguarão, que é um dos assuntos “proibidos” no município. Os antigos sofreram de “amnésia coletiva”, e os documentos da época, que guardariam tal memória, foram “coincidentalmente” perdidos em um incêndio, no prédio da Câmara de Vereadores.

Bittencourt e de uma mulher negra liberta, Maria Julia da Silva, mas ao nascer foi batizado como pardo e “exposto” — nome que era dado às crianças abandonadas, com pai e mãe desconhecidos —, no entanto tinha pai e mãe, tendo convivido com a mãe até 10 ou 12 anos de idade, depois sendo enviado para a capital para os cuidados de uma tia paterna, onde continuou seus estudos, sendo reconhecido em testamento como único filho de Hipólito, mas de mãe desconhecida, tendo que comprovar sua maternidade juridicamente, quando da morte de Maria Julia. Esse artigo condiz com o relato oral de que se os filhos das relações dos homens brancos com as mulheres negras “passassem por brancos”, ou seja, tivessem a pele clara, seriam reconhecidos como filhos, do contrário ficariam à mercê do que o destino lhes proporcionasse, fosse a liberdade ou o cativo.

A terceira origem das mulheres jaguarenses seriam as prostitutas, que poderiam ser mulheres brancas, negras ou indígenas, que aparecem à margem na literatura de guerra. Pouco se sabe sobre elas, apenas que acompanhavam alguns grupos de militares, por vezes até exercendo trabalhos práticos, como cozinheiras, lavadeiras ou costureiras.

É possível perceber o indício dessa origem no escrito do sacerdote Dom José Caetano, que chegou a Jaguarão no final de 1815. Ele relata que numa época em que os moradores dos povoados e freguesias levavam uma vida simples, chamou sua atenção que “o luxo das mulheres pareceu-me ser maior aqui do que nas freguesias antecedentes; vi muitas de sapatinhos, meias e vestidos de seda, e tão decotadas que as obriguei a cobrir as mamas” (SOARES; FRANCO, 2010, p.16). O que remonta a história oral de que cobertas com roupas finas, mesmo as mulheres de “origem duvidosa” para a época, poderiam virar as “madames” da alta sociedade jaguarense. Para a intelectual negra nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie

histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e ressaltar o mal. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida. (ADICHIE, 2019, p. 16)

Acredito que a retomada da história dessas mulheres que construíram o município, mas que não fazem parte da historiografia oficial, é importante para compreender a suposta “rudeza” de nossa gente, derivada de estupros, infanticídios e histórias suprimidas. Neste torrão de fronteira, as mulheres que resistiram,

precisaram ser resilientes e construir sua própria possibilidade de história de vida. Se as histórias dos antigos foram verdade, ou apenas invenções, ainda não temos como saber, o certo é que as histórias das mulheres negras e/ou indígenas do Rio Grande do Sul ainda esperam ser contadas, por outra voz, que não a do explorador.

Em síntese, das/os indígenas que viveram em Jaguarão só restou o nome da cidade¹², contos, lendas, alguns nomes de ruas e uns poucos vestígios arqueológicos, encontrados quando algum campo é lavrado de forma mais profunda.

2.3 “ENTÃO EU TAMBÉM TEREI UMA FRANJINHA!”: UM PEQUENO RETALHO QUE COMPÔS O PERCURSO DA ALUNA

Meus tios e primos moravam em casas próximas e, os que moravam mais distantes, sempre vinham para as comemorações em família, como Natal, aniversários e casamentos. Minha família é miscigenada, meu pai era de descendência indígena e minha mãe era uma mulher negra de pele clara. Tanto tenho primas/os brancas/os, loiras/os e de olhos azuis, quanto negras/os de pele e olhos escuros. Por isso cresci pensando que o mundo era assim, cheio de pessoas diferentes, mas todas da mesma “família”.

No entanto, quando tinha por volta de uns quatro ou cinco anos, lembro que ainda não frequentava a escola, quando fui com minha mãe ao trabalho dela, para conhecer as netas do seu patrão que haviam chegado de São Paulo, e que, a mais velha, regulava em idade comigo. Pela primeira vez desde que me lembro tive contato com crianças “totalmente” brancas e ricas, nesse caso, saímos brincando, sem diferenciação nenhuma. O que me marcou foi ouvir mais tarde, em casa, um comentário da minha mãe: “Elas são tão bonitinhas! Têm o cabelo bem lisinho e de franjinha!”. Como assim?! Já achei errado a minha mãe achar bonita outra criança que não fosse eu ou meus irmãos, e o pior, achá-las bonitas por terem “uma franjinha”. Pois bem, então eu também teria uma franjinha.

¹² De acordo com o escritor e músico jaguareense Helio Ramirez (2011), o nome Jaguarão teve origem em uma lenda indígena, de um animal mítico chamado Yaguaru, que vivera às margens do rio e apavorava as pessoas que dali se aproximavam, seria um animal horripilante, do porte de um cavalo pequeno, meio jaguar e meio peixe, que com suas garras enormes escavava as barrancas do rio e abocanhava suas presas, de algumas delas devorando apenas os pulmões. Tal animal mítico faz parte do brasão e da bandeira do município.

No dia seguinte, na primeira oportunidade em que fiquei sozinha, me olhei no espelho. Vi uma menina de cabelos crespos, mas que quando molhados ficavam bem lisinhos. Não tive dúvida: peguei meu frasco de óleo *Johnson's*, que era usado com parcimônia nos meus cachos, e despejei totalmente na cabeça, com os cabelos lisos, cortei uma franjinha. Agora eu queria ver se minha mãe não me acharia bonita também! O resultado dessa proeza não lembro claramente, só recordo de levar um grande abraço da minha mãe e uma reprimenda pelo uso do óleo, mas o que ficou na mente era que nada que eu fizesse faria meus cachos ficarem lisos. As raras fotos da infância mostram uma menina com cabelos encaracolados e uma franjinha horrível, ao estilo Gaston, da Disney.

Esse episódio retrata uma luta constante da mulher negra contra a discriminação, presente em seu corpo, sua pele e principalmente em seus cabelos. Os escritores jaguarenses Sérgio da Costa Franco e Eduardo Alvares de Souza Soares (2010) relatam que uma prática comum na cidade de Jaguarão, por volta de mil e oitocentos, era castigar as mulheres negras infratoras com o corte dos seus cabelos, para que, ao serem soltas, servissem de exemplo às outras mulheres negras da cidade. Para essas mulheres muitas vezes os cabelos eram a única expressão de sua identidade, e

é nesse processo que o corpo se destaca como veículo de expressão e de resistência sociocultural, mas também de opressão e negação. O cabelo como ícone identitário se destaca nesse processo de tensão, desde a recriação de penteados africanos, passando por uma estilização própria do negro do Novo Mundo, até os impactos do branqueamento. O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo. (GOMES, 2019, p. 25)

Penso que essa foi a primeira vez que tomei consciência do meu corpo, ou ao menos, dos meus cabelos crespos, embora visse a todo tempo minha mãe e tias lutando com alisantes, cremes e bobs, meu cabelo era considerado “bom”, por ser apenas cacheado e não crespo como o delas. Ouvia histórias de uma tia que quando solteira tinha longos cabelos, que cobria de grampos antes de dormir e, se ao acordar, ainda não estivessem suficientemente lisos, os passava com ferro de passar roupa.

Os cabelos fazem parte da construção de identidade da mulher e do homem negro, sua importância aparece quantitativamente ao pesquisar mulher negra e

cabelos, em um grande site de busca de trabalhos acadêmicos, aparecem mais de 15.000 ocorrências, só nos últimos quatro anos (GOOGLE ACADÊMICO, 2019).

Minha mãe contava que, quando ela era jovem, usava um pente de ferro que era esquentado nas brasas do fogão a lenha com o objetivo de, como diziam, “domar o cabelo ruim” e deixá-lo liso. Por curiosidade, fiz uma busca de imagens por pente de ferro. Por mais estranho que isso possa parecer, descobro que ainda na atualidade esse artefato é comercializado por uma empresa baiana, com a promessa de “espichar” os crespos (MERCADO LIVRE, 2019). Nem todas as mulheres crespas têm acesso a pranchas térmicas, pois os anos foram passando, mas a vontade de “domar os cachos” ainda permanece. Para as pessoas negras “a intervenção no cabelo e no corpo é mais do que uma questão de vaidade ou de tratamento estético. É identitária” (GOMES, 2019, p. 25), mais que afirmação ou negação da negritude, é usar o cabelo com um propósito definido.

Fora as “colinhas, chuquinhas e tranças” passei a infância com meus cachos incólumes, exceto por, agora engraçado, episódio da primeira vez que fui cortar o cabelo em um salão de beleza, não sei se antes nunca havia cortado, ou se era cortado em casa pela minha mãe. Lembro que a cabeleireira tentou desembaraçar meu cabelo a seco e usando um pente de dentes finos. Sem sucesso, decidiu entrar direto de tesoura, cortando os cabelos e, junto com eles, o brinco que eu usava, uma pequena estrelinha pendurada por uma corrente. Saí de lá com meus cachos ressecados, guardados em um saquinho, numa mão e a estrela do meu brinco na outra. Minha irmã até tentou me animar “agora se usa assim sua boba, um brinco pequeno e um grande”, mas não funcionou muito.

Além dos cabelos a cor dos olhos também é tida em nossa cultura como um indicativo de beleza, versos e poemas são feitos em homenagem a olhos verdes e azuis. No livro da escritora negra Toni Morrison (2019) a personagem Pecola, uma menina negra que sofria preconceito dentro da própria família negra por ser “feia”, sonha em ter olhos azuis para ser aceita até pela própria mãe, que a preteria em favor da filha dos patrões, uma criança branca e loira.

As mulheres da minha família sempre foram muito marcantes, especialmente minha mãe e minha avó. Hoje vejo que minha mãe foi uma feminista, mas presumo que nem ela sabia disso. Sou a mais nova de cinco, antes de mim tem minha irmã e mais três irmãos. Minha mãe passou nossa infância ministrando os mais variados cursos, bordado, tricô, costura, pintura, crochê, culinária, alfabetização. Meu pai não

deixava que ela trabalhasse fora, penso que essas atividades ele nem considerava trabalho.

Sem ter com quem deixar os filhos, nos levava junto e como resultado meus irmãos aprenderam “na marra” boa parte das atividades, então, consideradas femininas. Acredito que minha vontade de estudar se deve a ela. Cresci ouvindo que na sua época de adolescência havia estudado muito para aprovar no temido exame de admissão¹³, estudou tanto que aprovou, no entanto, uma tia, a matriarca da família, aconselhou que meu avô não a deixasse continuar os estudos, pois segundo a tia “mulher estudada demais não arranjaria marido”. De acordo com Heleieth Saffioti (2013) a instrução seria uma das formas das mulheres lutarem contra a opressão masculina, no caso da minha mãe, a opressão vinha até mesmo das mulheres da família.

E assim minha mãe foi impedida de continuar estudando. Anos mais tarde, já casada e com filhos, foi professora do antigo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Ser professora leiga era uma profissão considerada feminina e respeitável, que não oferecia maiores riscos à instituição familiar e à ordem estabelecida. Pelo seu desempenho, foi convidada a continuar seus estudos. Seria a chance de ter seu tão sonhado diploma, exceto por um detalhe: precisava da autorização do marido e meu pai não concedeu. Os “amigos” aconselharam que se a mulher tivesse muito estudo iria receber um salário melhor que o dele, fazendo com que acabasse perdendo o respeito em casa.

Anos mais tarde, quando eu tinha entre cinco ou seis anos, meu pai teve um Acidente Vascular Cerebral (AVC). A demora e imperícia no atendimento fizeram com que as sequelas o acompanhassem até o fim da vida. Minha mãe se viu sozinha e com cinco filhos que dependiam dela. Sem formação, sobrou o trabalho doméstico em casas de família. Se com o trabalho do meu pai a situação econômica já era difícil, sem ele a situação piorou, nós e minha mãe vivemos situações muito semelhantes às descritas pela escritora negra Carolina Maria de Jesus (2014), ficávamos sozinhos enquanto ela tinha de trabalhar, e dias de chuva torrencial eram tremendamente angustiantes: se um dia tivesse que faltar ao trabalho, havia desconto salarial na certa, as privações alimentícias e de vestuário eram constantes, com a diferença de que minha mãe era orgulhosa demais para aceitar ajuda de instituições. E não havia

¹³ Exame que delimitava o que seria hoje em dia os anos iniciais dos anos finais do ensino fundamental.

políticas públicas que reconhecessem esses benefícios como direitos. Eram tratados como caridade

Os anos oitenta não foram tempos fáceis para a classe trabalhadora em nosso país, a hiperinflação fazia com que os preços fossem reajustados constantemente nos supermercados, um produto custava um preço pela manhã e outro ao final da tarde. O reajuste nos combustíveis era anunciado na televisão por um plantão de notícias, geralmente a noite, com uma musiquinha que já causava arrepios: toda vez que ela tocava significava que meus irmãos teriam que pegar a bicicleta, amarrar o botijão vazio no bagageiro e passarem a madrugada em uma fila para conseguir comprar o gás antes do aumento dos preços.

Mas se por um lado faltava o “pão”, por outro sobrava a instrução. Em casa abundava material do seu tempo de professora, bem como livros didáticos e historinhas dos irmãos mais velhos. Dessa forma, já estava praticamente alfabetizada quando cheguei à escola.

Nessa época lembro de ouvir os adultos comentando que agora todas as crianças eram obrigadas a frequentar a escola¹⁴. No meu primeiro dia de aula, na pequena escola rural multisseriada da comunidade, havia colegas da minha idade, como também outras/os, que pareciam adolescentes, todas/os na turma da primeira série. A merendeira, que era minha madrinha, nos orientou que ficássemos em pé e fizéssemos tudo que a professora mandasse. Quando a professora entrou, se apresentou e disse que poderíamos nos sentar na mesa, eu me sentei na cadeira, mas algumas/ns colegas se sentaram literalmente nas mesas, para o riso das/os estudantes mais antigas/os e a perplexidade da professora.

Com o passar do tempo muitas/os delas/es desistiram, não só quem não conseguia aprender, mas quem precisava trabalhar fora para ajudar a família, pois eram carentes de tudo, casa, comida, roupas, atenção, entre quem “desistiu” estavam meninas e meninos negros, que “não foram feitos pros estudos”, como se dizia. A

¹⁴ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1971, previa o ensino obrigatório dos 7 aos 14 anos de idade, cabendo ao município fazer esse controle (BRASIL, 1970), mesmo eu tendo entrado na escola mais de dez anos depois dessa lei, ela ainda era considerada como “nova” e em implantação no município.

escola não estava, e parece que continua sem estar preparada para as crianças e adolescentes negras/os¹⁵.

Dessa época, o mais marcante foi “aprender” a tabuada na segunda série, algo que nunca consegui decorar. Quem não soubesse de cor ficaria sem recreio, por isso meus irmãos me ensinaram a contar nos dedos. Fiquei toda convencida, considerando que teria meu recreio garantido. Chegado o grande dia, sentei confiante esperando minha vez, era só ficar com as mãos no colo e tudo estaria resolvido, só que ao começar a “tomar a tabuada” a professora percebeu a estratégia e decretou: as mãos deveriam ficar sobre a mesa e os dedos imóveis.

Sem uma alternativa, nem esperei minha vez, levantei-me do meu lugar próximo ao quadro e me sentei perto da janela. A professora estranhou meu comportamento e indagou por que eu havia mudado de lugar, respondi que não sabia a tabuada e, se era para ficar sem recreio, que ao menos eu ficasse perto da janela para ver as/os colegas brincando lá fora.

Figura 2 - O avesso



Fonte: Acervo da autora.

Tal como apresenta a Figura 2, conforme eu unia os retalhos, o avesso de cada quadro ficava cheio de linhas, pontas e imperfeições, que eram imperceptíveis pelo

¹⁵ Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) apontam que o abandono escolar é oito vezes maior entre os jovens de famílias mais pobres, a universalização do ensino fundamental ocorrida nos anos 90 não resolveu o problema, pois a evasão continua grande, agora ocorrendo em maior número no Ensino Médio, sobretudo entre pretos e pardos (8,4%), do que brancos (6,1%) (SARAIVA, 2019).

lado direito do trabalho. Só quem faz ou já viveu sabe o que “está por trás”, conhece o nosso “avesso”, nosso lado obscuro e escondido, pois só mostramos aos outros nosso melhor lado.

A consciência da cor da minha pele surgiu quase que por acaso, não sentia problema algum em ser negra, mas também não éramos estimuladas a nos orgulhar disso na escola. Em casa a orientação era de que deveríamos ser sempre “negras de respeito”, o que incluía buscar ser sempre a melhor, para que as pessoas brancas não tivessem motivo para falar mal de nós. Assim, salvo todas as adversidades, via as mulheres, e também os homens da minha família, se esmerando nos cuidados com a aparência e o vestuário para brilharem nos bailes do Clube 24 ou do Suburbanos¹⁶, locais em que estávamos entre os pares e poderíamos exercer livremente nossa negritude.

Esse sentimento de que estamos sempre monitoradas e que precisamos estar em vigília constante também é exposto pela intelectual negra Djamila Ribeiro (2018), ao relatar que seu tempo de escola foi marcado pelo incômodo, que sentia-se estranha e inadequada, que ouvia piadas racistas das/os colegas e narrativas sobre as pessoas negras que reduziam-nas à escravidão, como se não tivessem passado na África, e que, mesmo sendo premiada diversas vezes como melhor aluna da escola, seu sentimento de inadequação persistia, até perceber em um processo longo e doloroso, que existia uma máscara, calando não só a sua voz, mas a sua existência.

Para mim, essa constatação se deu quando a professora da quarta série pediu como tarefa que levássemos recortes de reportagens, frases, gravuras; tudo que nos chamasse atenção, para fazer um mural que retratasse a turma. Em uma das revistas que minha mãe trouxe para efetuar a tarefa havia uma que tinha a sessão “Frase da Semana”, nela a atriz Zezé Mota dizia algo como “ser mulher e pobre não é fácil, mas ser mulher, pobre e negra no Brasil é mais difícil ainda”. Incentivada pela minha irmã acabei recortando essa frase, que vinha junto com a foto da atriz. Levei muitos outros recortes, mas só lembro desse, penso que por ser ele o responsável da minha tomada de consciência da negritude, mesmo que de forma muito sutil. O escritor negro, Silvio Almeida (2019) relata que mesmo se reconhecendo como um homem negro, só foi “despertar” para a desigualdade racial ao seu redor através da atividade política e pelos estudos.

¹⁶ Dois clubes negros da cidade de Jaguarão. Até meados dos anos de 1980 as pessoas negras eram impedidas de frequentar os clubes de pessoas brancas.

Esse despertar para a desigualdade racial veio acontecer para mim no ano seguinte, quando tive aula com minha primeira professora negra, a professora Dilma da Silva Caldeira, já falecida. Seu currículo foi devassado pela comunidade, todo um contexto “depunha contra ela”: era negra, separada do marido, com dois filhos pequenos e ainda não havia concluído o curso de magistério.

Ainda de acordo com Almeida (2019, p. 41) “O racismo constitui um complexo imaginário social que a todo o momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional”. Para o autor, após anos vendo telenovelas brasileiras, as pessoas acabariam convencidas de que mulheres negras teriam uma vocação natural para o trabalho doméstico (ou atividade sexual, com seus corpos coisificados e expostos, como mercadoria a venda, sobretudo no carnaval) e que a personalidade dos homens negros oscilaria entre a criminalidade ou ingenuidade excessiva (tendo seu momento de destaque apenas em atividades como no futebol e, mais recentemente, na música) e que os homens brancos teriam personalidades complexas, seriam líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações.

Para o autor a escola reforça essas percepções ao apresentar um mundo em que dificilmente aparecem as contribuições dos negros e negras para a cultura e as ciências “resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes” (ALMEIDA, 2019, p. 65). Um exemplo disso seria colorir, ano após ano no dia 13 de maio, nas séries iniciais do ensino fundamental, uma gravura retratando um negro ou negra estereotipado, com pés chatos, lábios grossos, vestidos com andrajos e rompendo as correntes que os prendiam, em que se lia em destaque “Viva a Princesa Isabel!!!”.

A comunidade, majoritariamente negra, duvidava da capacidade de uma mulher negra, professora, pois assim fora instruída pela educação branca eurocêntrica, a desfazer dos feitos e vitórias dos negros, em um contexto como nos apresenta a autora Nilma Lino Gomes,

[...] no caso específico dos negros, as crianças convivem na escola com uma visão distorcida da história dessa raça, seja através da omissão dos fatos ou de uma visão desistoricizada. De um modo geral, a história, ao trabalhar com a questão racial, apresenta o negro somente como escravo, dando-nos a impressão de que os africanos trazidos para o Brasil já viviam nessa condição indigna desde que foram capturados pelos mercadores de escravos [...]. (GOMES, 1995, p. 59)

Para Gomes, ser negro, seria assumir desde a infância “a imagem de alguém que está fora da ordem civilizada, indisciplinado, fora da lei e da norma. Anormal” (GOMES, 1995, p. 77). Nos anos oitenta, assim como na atualidade, não é fácil ter a pele preta e ser mulher, percebi que o depoimento Zezé Mota para a revista estava coberto de razão.

Almeida (2019) apresenta uma experiência pessoal do ativista negro naturalizado estadunidense Stokely Carmichael e a imagem que negros e negras têm de si, ao lembrar que ele costumava assistir os filmes de Tarzan e torcer para que ele matasse os nativos, as “bestas”, os “selvagens”, seria como se um menino judeu se alegrasse ao ver nazistas levando os judeus para campos de concentração, que hoje em dia ele torceria para que os nativos vencessem e enviassem o Tarzan de volta à Europa, mas que levou um tempo para rejeitar a mentira de que as pessoas pretas não poderiam fazer as mesmas coisas que as pessoas brancas, a menos que as pessoas brancas as ajudassem.

Acredito que ser professora é ocupar um lugar de poder. Naquela época ver uma mulher negra ocupando um lugar de poder, sem ser uma profissão considerada de subalternidade, foi revolucionário! Em um contexto em que não havia bonecas negras, os únicos arremedos que tive acesso eram bonecos rígidos, pintados de preto, que não retratavam a cor da nossa pele. Os catálogos de venda, abundantes em escolas para serem usados como recorte, mostravam sempre mulheres ou famílias brancas, não nos víamos representadas/os em lugar nenhum. Em relação à essa questão, Gonzalez (2020) discorre sobre o racismo presente nas emissoras Globo e Tupi, exposto por Abelardo Barbosa, o Chacrinha, que relatou em entrevista que em programas de auditório como era o seu, as emissoras proibiam que as câmeras focalizassem as pessoas negras, não deveriam mostrar diretamente o auditório, e tampouco dar closes nessas pessoas, que só poderiam ser filmadas de passagem ou de costas. A falta de visibilidade na mídia era cuidadosamente calculada e proposital.

Contudo, a professora provou sua competência, seu valor, com atividades que aproximaram as famílias da escola, até mesmo as que não tinham mais crianças estudando lá. Ela conseguiu ensinar não só os conteúdos previstos, mas muito mais que isso, apenas com sua presença. Há pouco tempo aprendi que isso se chama representatividade, e que importa muito. Ela ocupou um lugar que até então nunca havia sido ocupado por uma mulher negra naquela comunidade, ela não era a

servente, a merendeira... era a PROFESSORA. Ela rompeu com a hegemonia do pensamento de que para ser professora e competente ela precisava ser branca.

Ribeiro nos traz a importância de nomear a realidade “se não se nomeia uma realidade, nem sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível” (RIBEIRO, 2019, p. 41). Nossa realidade naquele momento era a de inexistência de professoras negras, pois assim como era e, infelizmente, continua sendo em alguns espaços: somos poucas e continuamos tendo nossa capacidade testada a cada instante.

A escola rural tinha só até a 5ª série, por isso precisei mudar de escola para continuar os estudos, estudar “na cidade”, era assim que falávamos, embora a comunidade fique bem próxima da área central. Da 6ª a 8ª série lembro que só tivemos uma professora negra também e foi contratada pelo Círculo de Pais e Mestres (CPM), para que pudéssemos concluir o fundamental, uma vez que não tínhamos professor e o estado não mandava.

Quando concluíamos o primeiro grau¹⁷ tínhamos que escolher o que faríamos no segundo grau. Em Jaguarão as opções eram o curso Técnico em Contabilidade, para quem queria ser contador; o curso Normal, para exercer o magistério; e Preparação Para o Trabalho (PPT), que era destinado a quem fazia vestibular. Só a “elite” fazia PPT, pois pouquíssimos tinham condições de mudar de município para continuar os estudos. Por influência da minha mãe acabei optando pelo Curso Normal.

Nesse meio tempo tive a oportunidade de ter meu primeiro emprego, fui ajudante de doceira durante as festas de fim de ano, meu pagamento foi mínimo, mas pude comprar alguns presentes, dar algum dinheiro para minha mãe e ainda levar uma caixa de doces para casa. No meu último dia de trabalho minha mãe foi me buscar, até hoje lembro da sua cara quando a senhora falou “Vai ser uma excelente doméstica, que nem a mãe”. Novamente minha mãe não compartilhou seus pensamentos comigo, mas pelas suas feições pude perceber o que ela sentiu: o receio de que o emprego doméstico também fosse meu destino. De acordo com a intelectual negra Sueli Carneiro “a cor funciona, em relação às mulheres negras, como fator não somente de expulsão da população feminina negra para as piores atividades do mercado de trabalho, como também determina os mais baixos rendimentos” (CARNEIRO, 2019, p. 36), ou seja, mesmo em funções subalternas, os vencimentos

¹⁷ Assim era chamado o atual Ensino Fundamental, antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996.

das mulheres negras ainda são menores que os das mulheres brancas na mesma função.

Ao assistir depois de adulta o curta de Márcio Ramos “Vida Maria” (2006), consegui entender o que teria passado pela cabeça de minha mãe na época, no filme a menina abandona os estudos para trabalhar, enquanto trabalha ela cresce, casa, tem filhos, envelhece e torna a repetir o ciclo com sua filha. Minha mãe já tinha visto muitas vezes esse “filme”, com mulheres negras da família ou da vizinhança, e não era esse o destino que ela esperava para mim.

A escola de Ensino Médio foi bem difícil, saí de um lugar em que as classes eram equilibradas, todos éramos pobres, nos ajudávamos, compartilhávamos o pouco que tínhamos, para uma escola em que ricos e pobres estudavam. Com essa troca muitas colegas ficaram para trás, nem tentaram continuar os estudos, entre elas, as poucas colegas negras. Conforme o funil apertava, a cor negra ia ficando retida, como acontece até os dias de hoje, engrossando o número das estatísticas que perseguem o povo negro.

No início dos anos noventa a crise archoava as famílias trabalhadoras, o governo de Fernando Collor causava uma grande instabilidade, com sucessivos planos econômicos, confisco das cadernetas de poupança e o surgimento de casos de corrupção, naquele governo de um político “novo”, que se propunha ser o “caçador de marajás” e acabar com os privilégios dos funcionários públicos com altos salários. “Deu no que deu” e a história política atual nos mostra que não aprendemos nada com o acontecido. E nesse contexto iniciei o ensino médio, o primeiro ano era básico tanto para o Normal quanto para o PPT, as duas modalidades só se separavam a partir do segundo ano. Os livros do médio eram muitos e caros, minha mãe comprou um, meus irmãos outro, meu namorado na época conseguiu fazer a cópia de outro, no trabalho do pai dele, e eu copiava as atividades, dos livros que eu não tinha, durante o recreio, pedindo emprestado os livros das colegas.

Não sobrava dinheiro para roupas ou calçados. Meu par de tênis comprado para ir à escola nova não durou um semestre, em seguida abriu dos lados e ficou preso apenas pelo bico e pelo calcanhar, eu brincava e dizia que parecia uma “aranha”, mais para não magoar minha mãe, que se ressentia por não poder me proporcionar o que as outras meninas tinham. Pela primeira vez fiquei em recuperação em quase todas as matérias, por pouco não escapei da reprovação.

No segundo ano a turma tornou-se majoritariamente feminina, só havia um menino. O uniforme passou a ser obrigatório e eu não tinha um, as colegas que tinham a camiseta e o casaco do uniforme costumavam me emprestar o agasalho na hora da inspeção, assim eu poderia continuar em aula, mas sem sair para o recreio, pois não poderia ser vista sem uniforme.

Ainda nesse período do curso de magistério eu engravidei, entrando para as estatísticas que até hoje assolam nosso país¹⁸. Até então eu era vista como “a certinha” que só fazia o que era esperado de mim. O medo e a angústia me dominaram, mas depois do susto, senti que não estava sozinha. O grupo da escola me acolheu, boa parte do enxoval da minha filha veio do chá organizado na turma. Todas ficaram surpresas quando, um mês após o parto, retornei aos estudos, isso graças às mulheres da família, especialmente uma tia, que se propôs a cuidar da bebê. Assim como outras tias, primas, vizinhas, meus irmãos.

Penso que isso possa ser chamado de sororidade, que de acordo com Marcela Lagarde y de los Rios (2019), equivaleria a uma relação paritária entre mulheres, uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo, em que as relações e alianças entre mulheres contribuem para eliminação social de todas as formas de opressão, buscando a solidariedade e o apoio entre mulheres como forma de empoderamento vital de cada mulher.

Essa união das mulheres sempre esteve presente em minhas vivências, e foi fundamental em diversos momentos, como quando, ao sair de um parto difícil, ainda meio “grogue” com a anestesia, ouço minha falecida sogra falar com emoção “é branquinha!”. Era o racismo entranhado em nossa sociedade dando as caras, como daria em muitas outras oportunidades, como das vezes em que fui confundida como babá da minha própria filha.

Durante o curso de magistério ela foi uma companhia constante, inclusive durante algumas aulas que as professoras permitiam. Ao concluir o curso, sem emprego e com uma filha pequena, trabalhei no que estava ao meu alcance, fiz artesanato, faxinas, fui agente de saúde. Até assumir como professora em uma escola rural e saber exatamente que era isso que eu queria. O retalho sozinho começou a se juntar a outros, o que era um triângulo, somou-se a outro, a outro e mais outro e foi virando um quadrado.

¹⁸ De acordo com um relatório das nações unidas o Brasil é um dos países com maior taxa de gravidez adolescente da América Latina (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019).

2.4 “UM QUADRADO SOZINHO É UMA ALMOFADA, VÁRIOS QUADRADOS SÃO UM COLETIVO DE HISTÓRIAS”: A PROFESSORA EM FORMAÇÃO CONTINUADA

Depois de quase cinco anos de concluído o curso normal prestei concurso para o magistério municipal, para a área rural. Nomeada, fui enviada para uma escola multisseriada, para uma turma de 4ª e 5ª série. Essa experiência me marcou profundamente, eu ainda tinha dúvidas da minha escolha, mas o contato com as crianças, as famílias e as colegas fizeram com que eu soubesse que havia feito a escolha certa.

Figura 3 — O quadro vai tomando forma



Fonte: Acervo da autora.

Naquele momento o processo de extinção das escolas rurais já estava em execução e nesse processo eu acabei sobrando. Fui enviada para a “sede”, como são chamadas as escolas da área urbana do município, para uma turma de pré-escolar que funcionaria dentro de uma escola estadual de grande porte.

O fato ocorrido no meu primeiro dia de trabalho nessa escola foi naturalizado há anos por mim, só pude perceber sua estranheza com o auxílio da minha orientadora, ao relatá-lo em uma de nossas reuniões de estudo, quando eu, mulher negra, fui recebida como funcionária da limpeza e encaminhada à cozinha, enquanto a mulher branca, ela sim funcionária da limpeza, foi recebida e encaminhada à sala de reuniões como professora, o que me leva a crer que “ninguém é racista por

natureza. Aprende-se a sê-lo” (CARNEIRO, 2019, p. 115). As relações trabalhistas presentes naquele espaço, até aquele momento, fizeram com que a funcionária acreditasse que o lugar de uma mulher negra só poderia ser a cozinha.

Hoje identifico um outro viés que antes não era percebido e que era naturalizado, pois isso ocorre por estarmos acostumadas com a exclusão das mulheres negras às melhores colocações e que indicam à mulher negra para o lugar do trabalho doméstico. Com o conhecimento que estou adquirindo durante a formação, afirmo: isso não é uma coisa natural.

Fomos ensinadas, pela elite branca dominante, a naturalizar o racismo. Almeida (2019) relata que só depois que começou a integrar as ações do movimento negro e a estudar a fundo as relações raciais, foi que passou a prestar atenção ao número de pessoas negras nos ambientes que frequenta, acadêmico e da advocacia, e o papel que desempenham. Ele percebeu que era na grande maioria das vezes, uma das poucas pessoas negras, ou até mesmo a única, na condição de advogado e professor, enquanto nesses mesmos ambientes os negros e negras trabalhavam uniformizados, na condição de trabalhadores e trabalhadoras da segurança e limpeza, provavelmente mal remunerados e “invisíveis”, quiçá alheios e ainda não “despertados” como ele havia sido para as questões raciais.

Como já colocado, não é natural que um grupo que abrange a metade da população de um país não tenha acesso ao estudo e melhores colocações de emprego. Trabalhei por muito tempo nessa escola e a funcionária causadora do equívoco, foi uma boa colega de trabalho, sempre lembrando do ocorrido com humor e um certo constrangimento. Um grato retorno foi ela ter contado, antes de sua aposentadoria, que havia entrado e concluído o curso de Pedagogia graças a mim, que ver uma professora negra, atuando em uma escola da área central fez com que ela, mulher e negra, se sentisse capaz de se qualificar e receber o título de Pedagoga, mesmo que não quisesse e nem pretendesse exercer, mas para provar aos colegas, à família e, principalmente a ela mesma, que era capaz.

Naquela época o curso de Pedagogia para professores em serviço, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), abriu inscrições. Só consegui prestar a seleção porque já estava trabalhando. Por essas “coincidências” da vida a prova aconteceu no dia 31 de agosto de 1999, o dia do aniversário de sete anos da minha filha mais velha e o dia que uma dessas seitas apocalípticas previu o fim do mundo.

Naquele dia, Jaguarão amanheceu debaixo d'água, com tormenta e chuva incessante, tanto que as provas atrasaram porque o carro que as trazia tinha tido muita dificuldade no trajeto. Quando finalmente chegaram, o vestibular começou. Fiquei tão absorvida na prova que quando comecei a ouvir interjeições como “Ah...Oh... Bah...” meu pensamento foi, “que gente exagerada, a prova nem está tão difícil”, mas ao olhar pela janela entendi, as luzes da pracinha ao lado da escola estavam acesas, mas não passavam de pontos foscos no meio do breu. Olhei o relógio e era quase meio-dia, mas parecia meia-noite.

“Puxa vida! Será que o mundo vai acabar tão logo na minha vez de cursar uma faculdade?!” O mundo não acabou e eu aprovei para o curso de Pedagogia. A menina que sonhava com a formatura e imaginava esse dia com a mãe, começa a ver esse objetivo se delinear.

A universidade foi para mim o que o próprio nome já diz, um universo de possibilidades, fez minha confiança própria aumentar. Graças aos conhecimentos obtidos prestei concurso para o magistério estadual, fui aprovada e nomeada, viajando para Porto Alegre pela primeira vez, para prestar os exames médicos de admissão e me sentindo terrivelmente assustada com todo aquele movimento. Aquela foi a primeira vez em que o meu trabalho me levou a ter experiências que, de outra forma, seriam praticamente impossíveis.

Na minha turma de Pedagogia, de mais de cem mulheres, nem dez por cento eram negras, é angustiante perceber isso num país em que, na época, quase metade da população era composta de pessoas pretas e pardas¹⁹, “somos mais de 44% da população do país, e apenas 2% de nós alcançam o ensino universitário. Esse é o patamar de ‘equidade’ atingido pelas políticas públicas universalistas no campo da educação” (CARNEIRO, 2019, p.132), o que ratifica a estatística já elencada de que a retenção e o abandono da educação básica é bem maior nesse grupo social do que entre a população branca, soma-se a isso a dificuldade de ingressar no ensino superior sem nenhuma política pública voltada para reparação das desigualdades.

Assim como no curso normal, na graduação minha filha foi companhia constante, um episódio marcante foi a preparação de um seminário em que eu e meu grupo trabalhamos até tarde fazendo cartazes com cartolina e pincel atômico (as

¹⁹ De acordo com dados do censo do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) do ano 2000, o percentual da população brasileira que se declarava preta ou parda somava pouco mais de 45% (AGÊNCIA ESTADO, 2001).

apresentações eram assim antes do projetor computadorizado), minha filha brincava por perto, já era tarde quando nos apercebemos que ela havia silenciado. Procuramos por todos os lugares da casa, pátio e nada. O medo já começava a apertar quando ouvimos um ressonar, ao olhar debaixo da mesa, onde ia colocando os cartazes feitos, vi minha filha dormindo encolhidinha, com seu urso preferido, o rosto todo manchado ao transpirar em cima dos cartazes escritos. A dúvida surgiu: será que estou fazendo certo, sacrificando sua infância ao carregá-la comigo para a academia?

A resposta veio na formatura, quando ela vibrou a cada instante e pediu: “mãe, tu deixas eu me formar também?”. E de fato ela se formou também, em Marketing Comercial. Porém, depois de trabalhar um tempo na área ela descobriu que não era o que queria, o que a faria ser feliz. Agora está prestes a concluir a segunda graduação em Pedagogia e, ao vê-la tão realizada com suas escolhas, penso que valeu cada instante desse investimento.

Ao concluir a graduação em 2002, eu soube que minha vida acadêmica estava apenas começando. Em seguida veio a especialização em Educação Brasileira na Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), outro concurso para a rede estadual e o pedido de exoneração da rede municipal de Jaguarão, para ser professora apenas da rede estadual de ensino. Depois disso, fiquei meio “estagnada”, em menos de seis anos como professora estadual já havia alcançado o “topo” do que o estatuto da carreira permitia. O diferencial se deu que, nessa época, dentro do processo federal de expansão do ensino público — então sob a tutela do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como presidente Luís Inácio Lula da Silva — foi instalado um campus da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) em Jaguarão. Com ele veio a oportunidade de ser professora substituta, prestei seleção e fui aprovada. Foi uma breve experiência, mas que me fez ir em busca de um mestrado, seduzida pela docência no ensino superior.

Os anos foram passando e as seleções também, cada reprovação ia me desanimando, até desistir de vez e acreditar que meu destino era investir na prática como alfabetizadora. Mas, como nada é por acaso, a escola em que trabalhava aderiu ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Pedagogia da Unipampa. Vi minha aula inundada de universitárias, que vinham munidas de novos autores, novas metodologias, senti que meus conhecimentos estavam ficando defasados, mudanças positivas estavam acontecendo na educação e eu estava de fora disso.

Após um processo de separação difícil me vi sozinha e com uma filha as vésperas de entrar para a universidade. O incentivo das colegas, e também do auxílio pela bolsa financeira, fez com que eu participasse e fosse aprovada na seleção para professora supervisora do PIBID na escola. As reuniões semanais com as graduandas e com a doutora responsável pelo programa na universidade, fizeram com que a vontade de qualificação também voltasse. E, depois de mais de uma década da graduação, consegui finalmente aprovar para o curso de Mestrado Profissional em Educação, na Unipampa.

O fato de o mestrado ser profissional foi muito importante, graças a ele pude experienciar vivências que o acadêmico não me proporcionaria, pois o mote principal era desenvolver um projeto que intervisse no processo educativo da escola, lidando com colegas desmotivadas, por processos seguidos de greves e mobilizações. Mesmo com esse quadro consegui concluir o trabalho com alegria, satisfeita com o resultado.

No ano de 2016 o ambiente político do país passava por um turbilhão, com protestos eclodindo por todos os lugares, inclusive em Jaguarão²⁰. Em meio a esse ambiente fui encarregada de uma conturbada eleição para diretora na escola, que fragilizou as relações que já estavam agravadas por um longo processo de greve do magistério estadual, no qual fui a única professora da escola que se manteve em greve após quase cinquenta dias de mobilização. No ano seguinte me vi excluída das turmas de sala de aula na escola em que trabalhava há mais de dez anos, naquele contexto, ficar sem turma, significava estar à disposição de qualquer outra escola que solicitasse professor e foi o que aconteceu.

Fui enviada para duas escolas diferentes. Não imaginei que essa troca fosse mexer tanto comigo, deixar o espaço que havia trabalhado por tanto tempo, lutando para ter mobiliário adequado, material didático, a formação de um nome como alfabetizadora, os projetos desenvolvidos, entre eles o da consciência negra. Na

²⁰ Os protestos nas ruas, iniciados em junho em 2013, tiveram como pauta inicial o aumento de passagens no transporte público, no entanto, ao longo de 2014 e 2015, acabaram sendo deturpados por uma elite política, econômica, midiática e misógina, que viu no movimento a oportunidade de escalada ao poder, atacando livremente o governo do PT com discursos de ódio direcionados à presidenta e as/aos mandatárias/os do mesmo partido nos municípios e estados. Tais atos culminaram no impeachment da legítima presidenta eleita Dilma Rousseff, a posse de seu vice Michel Temer, o desmonte de empresas nacionais e a perseguição ao ex-presidente Lula, pelo então juiz Sergio Moro, que comandava a operação conhecida como lava-jato. Para saber mais sobre esse período recomendo a leitura do livro “Mídia, misoginia e golpe” de Janara Kalline Leal Lopes de Sousa *et al.*, 2016. Bem como o documentário “Democracia em vertigem” de Petra Costa (2020).

despedida, entre muitas coisas, a secretária da escola ainda indagou quem ficaria a cargo de desenvolver atividades sobre a consciência negra após a minha saída. Essa atividade já fazia parte do Projeto Político Pedagógico da escola (PPP), mas entre o grupo de profissionais, que girava em torno de quinze mulheres, negras eram só eu e a funcionária da limpeza.

Sem perceber, o processo de depressão foi sendo instaurado, pouco dormia, chorava com frequência e por qualquer motivo, tinha medo de sair de casa, de dirigir, a desilusão com a profissão foi inevitável. Em uma crise de desânimo me desfiz de vários livros e materiais de estudo, pois acreditava que não adiantava de nada estudar, por pouco meu diploma do mestrado não foi parar no lixo. Comecei a buscar concursos até de ensino fundamental, pois não queria mais ser professora.

A reação demorou, mas veio, e foi em forma de busca por mais qualificação profissional: se a educação básica “não me queria”, iria em busca da educação superior. Para tal, me submeti a uma seleção para professora substituta na Unipampa e a dois processos de seleção para o doutorado em Educação, na UFPel e na PUCRS. Não havia tentado antes pelas circunstâncias já mencionadas e porque não tinha inspiração em um tema determinado. Para isso uma dica da orientadora do mestrado ajudou muito, ao sugerir que eu pesquisasse sobre algo que gostasse, enviando para leitura alguns projetos em que as pesquisadoras tinham profunda ligação com suas pesquisas.

Relembrei meu mestrado em busca de inspiração. Percebi que proporcionalmente a quantidade de estudantes negras havia aumentado levemente em relação a graduação. De um grupo de trinta, comigo eram cinco negras, três delas desenvolveram pesquisas sobre a negritude, em diferentes aspectos. Meu projeto de mestrado foi desenvolvido para resolver uma problemática da escola, que era o ensino da língua portuguesa. Em meio a essa busca fui convidada a participar de uma roda de conversa na Unipampa, como docente negra de escola pública, lá ouvi estudantes e professoras negras do ensino superior relatando suas experiências. Lembro que, em uma das falas, surgiu o fato de que as pessoas negras, de forma geral, não têm voz no meio acadêmico, e que na maioria das vezes os trabalhos que “davam voz” à população negra eram, em boa parte, escritos por pessoas brancas. Para a intelectual negra Grada Kilomba

não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós. (KILOMBA, 2020, p. 51)

Até aquele momento, eu me via apenas como professora, o fato de ser negra não era relevante para mim. Não era. A participação em um grande evento no qual em uma das conferências uma professora negra transgênero falava, em meio a lágrimas, da emoção de estar relatando suas práticas e seu trabalho para um público de centenas de pessoas. A colega ao lado, branca e loira, comentou algo como “Que exagero! Tudo é motivo de choro e emoção para essa gente”. Isso me incomodou. Esse meu incômodo vai bem ao encontro das colocações de Kilomba, ao relatar que

como acadêmica, por exemplo, é comum dizerem que meu trabalho acerca do racismo cotidiano é muito interessante, porém não muito científico. Tal observação ilustra a ordem colonial na qual intelectuais negras/os residem: “Você tem uma perspectiva demasiado subjetiva”, “muito pessoal”; “muito emocional”; “muito específica”; “Esses são fatos objetivos?” tais comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes assim que falamos. Eles permitem que o sujeito branco posicione nossos discursos de volta nas margens, como conhecimento desviante, enquanto seus discursos se conservam no centro, como a norma. Quando elas/es falam é científico, quando nós falamos é acientífico. (KILOMBA, 2020, p. 52)

Percebi que eu também fazia parte da categoria “essa gente”. Como mulher negra e professora eu já havia passado por algumas das situações relatadas por ela, já havia tido minha qualificação profissional questionada em cada início de ano letivo, tendo que provar às famílias, a cada nova turma, que tinha formação exigida e era capaz de desenvolver minhas funções, “apesar de ser negra”.

O incômodo inicial me levou a constatação de que eu não sou uma professora qualquer, eu sou uma professora negra! Foi difícil assumir minha negritude, mais fácil é ser “invisível”, fingir que não ouviu a “piada”, que não viu que há mais mulheres negras atuando na zeladoria das universidades do que sentadas nas salas de aula, ou atuando na docência, que é “coincidência” a maioria dos porteiros e seguranças serem negros, que não percebeu os olhares de estranhamento dos alunos ao verem a professora negra entrar em sala.

Fácil é a academia, de maneira geral, ignorar a contribuição literária, intelectual e política de autoras negras brasileiras como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Lélia Gonzalez, que só me foram apresentadas no curso de doutorado e

no grupo de estudos da universidade em que fui professora substituta, criado por uma professora negra. E como esses poderiam ser citados inúmeros exemplos.

Nilma Lino Gomes (1995) explicita os sentimentos que perambulavam em minha mente após a “constatação” que, de certa forma, impediam que me identificasse como negra, pois:

[...] no caso específico dos negros, as crianças convivem na escola com uma visão distorcida da história dessa raça, seja através da omissão dos fatos ou de uma visão desistoricizada. De um modo geral, a história, ao trabalhar com a questão racial, apresenta o negro somente como escravo, dando-nos a impressão de que os africanos trazidos para o Brasil já viviam nessa condição indigna desde que foram capturados pelos mercadores de escravos [...]. (GOMES, 1995, p.59)

Como uma pessoa negra pode se sentir à vontade para se assumir como tal se “ser negro é carregar desde criança a imagem de alguém que está fora da ordem civilizada, indisciplinado, fora da lei e da norma. Anormal”? (GOMES, 1995, p.77).

Tomar consciência de sua/minha negritude é um caminho sem volta²¹. Josso (2012), aponta que a articulação do passado com o futuro é o que faz com que o sujeito comece a elaborar um projeto de si, uma continuação de sua história baseada nessa confrontação, nesse contraste entre o vivido e o por vir. E assim “surgiu” minha temática inicial de pesquisa: as professoras negras e sua invisibilidade no meio acadêmico. Com essa temática, aprovei no doutorado da PUCRS e em seguida assumi como substituta no curso de Pedagogia da Unipampa, e assim como a colcha fui “tomando forma” como pesquisadora e professora universitária.

2.5 EXISTEM MULHERES NEGRAS ESCRITORAS?!: A DOUTORANDA PROFESSORA UNIVERSITÁRIA

Com os estudos realizados durante o curso de doutorado um novo universo de possibilidades se descortinou para mim, histórias de família, que antes eram somente histórias da minha avó, contadas às crianças ao redor do fogão a lenha, passaram a ter importância histórica para a construção desta tese. As leituras e os estudos mostraram que histórias e vivências, mesmo que aparentemente parecessem só

²¹ A literatura contemporânea apresenta vários autores que em relatos que permeiam o autobiográfico, compartilham com os leitores e leitoras o momento da tomada de consciência de sua negritude, como por exemplo, Bianca Santana (2014) e Lázaro Ramos (2017).

“retalhos”, quando unidos, tomaram sentido na vida e, especialmente, em meu viver acadêmico.

A mais marcante das histórias de minha avó era a de sua madrinha, mãe de seu marido e, por conseguinte, minha bisavó, conhecida como “mãe Lucinda”. Mãe Lucinda tinha uma feia cicatriz na mão, resultado do seu “trabalho” em uma estância isolada na área rural do RS. Ela contava que em uma madrugada fria de inverno foi acordada pela “sinhá”, que ordenou que ela deveria lavar e secar a ferro um vestido da sinhazinha, uma menina que regulava em idade com ela, entre 7 e 8 anos de idade, visto que esta queria usar justamente aquele vestido no dia que se aproximava, ao que ela cumpriu a ordem. No entanto, estando com frio e muito cansada, acabou adormecendo com o ferro de passar em cima do vestido, abrindo um buraco de queimadura que não tinha como disfarçar. Como castigo por sua “indolência” a sinhá pressionou o ferro quente em cima da sua mão, para que nunca mais se repetisse aquele “descaso” com o serviço.

Meu respeito por aquela senhora de olhar grave, que tinha seu retrato pendurado em local de reverência na sala, aumentou consideravelmente depois dessa história, pois tentei, eu também com 7 ou 8 anos na época, levantar um antigo pranchão de ferro, que era usado como decoração, e tive dificuldade em tirá-lo do lugar, fiquei imaginando a força que minha bisavó/criança, mal cuidada e alimentada, tivera de fazer para usar tal instrumento, ainda mais, cheio de brasas incandescentes.

Com o aprofundar dos estudos na escola fui entendendo a cronologia das leis e o ano que tais fatos teriam ocorrido. Durante uma ajuda com uma costura perguntei a minha avó como se dera o fato abusivo com minha bisavó, uma vez que, por força da lei, ela já seria livre. A história que se seguiu encontraria eco em vários outros relatos que fui estudando no doutorado. Ela contou que mesmo sendo libertos minha bisavó e seu irmão eram mantidos como escravizados na tal estância, seus supostos “donos” alegavam que o rumor de tais leis não valeria para aquelas paragens, acredito que os dois não tinham mãe, ou foram afastados dela, pois minha avó nunca a mencionou. O que ela contava era que os parentes que já moravam em Jaguarão conseguiram resgatá-los desse lugar com a ajuda de um mascate²², que ao deixar a propriedade levou as duas crianças escondidas na carroça, em meio as suas peças

²² “Vendedor ambulante. Mercador, geralmente chamado de “turco”, por ser de origem levantina (RG), que circulava por toda a campanha pampeana, vendendo mercadorias a domicílio” (SCHLEE, 2019, p. 621).

de tecidos e aviamentos, sem nunca terem sido reclamados por seus “donos”, suponho que por não terem amparo legal para isso.

Algumas informações sobre a legislação em vigor na época e do censo de 1872 corroboram para a veracidade da história de minha avó. Segundo os dados do censo de 1872, a população total do estado do RS era 434.813 habitantes, as negras e os negros escravizadas/os somariam um total de 15% (RIO GRANDE DO SUL, 2020), domiciliados em maior quantidade nos municípios onde existiam as charqueadas. Esse censo teve uma importância fundamental para o país, no entanto alguns números não coincidem — conforme apontam Daniel Miriani *et al.* (2017) —, visto que a população negra escravizada seria muito maior que a anunciada.

O censo contabilizava “homens livres” — sendo que “homens” era a palavra genérica que servia para designar tanto homens quanto mulheres — sem discriminar libertas/os, ou seja, a idade e a origem podem ter sido alteradas, uma vez que as informações eram prestadas pelo próprio dono das/os escravizadas/os, que na maioria das vezes colocava apenas “mais de 40 anos” (MIRIANI *et al.*, 2017) para não incidir contra a legislação “aboliconista” da época, como a Lei Feijó de 1831 (BRASIL, 1982), que proibia o tráfico de pessoas escravizadas e previa a liberdade para todas/os as/os africanas/os que adentrassem ao país depois dessa data, o que em termos numéricos corresponderia a exatos 41 anos.

Outra forma de “burlar” os dados poderia acontecer com a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871 (BRASIL, 1871), essa lei declarava livre todas/os as/os filhas/os de mulheres escravizadas que nascessem a partir dessa data, então os bebês poderiam ser declarados mais velhos do que eram, para terem nascido anteriormente à promulgação da lei.

Mas não era só dessa estratégia que os senhores poderiam fazer uso, também faziam o contrário e declaravam livre quem havia nascido depois da promulgação da lei, pois a mesma previa que as crianças permaneceriam com a mãe até os 8 anos de idade, após, os senhores poderiam entregar a criança ao governo, com direito a indenização, ou utilizar seus serviços até os 21 anos (BRASIL, 1871). O que demonstra que a liberdade até existia no papel, mas não existia de fato.

No conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis, a personagem que ajudava a mãe e seu filho, entrega ao feitor que os perseguia um volume de papéis, ao que o mesmo lê e rebate “o direito de propriedade, conferido outrora por lei a nossos avós, hoje nada mais é que uma burla” (REIS, 2021, n.p.). Estima-se que a primeira

publicação do conto se deu na Revista Maranhense, em 1887, ou seja, 16 anos depois da promulgação da Lei do ventre livre, por isso é possível que os tais papéis se tratassem de cópias da lei.

Como já colocado, para mim foi fundamental “descobrir” autoras como Maria Firmina dos Reis, uma mulher, negra, professora, que ousou escrever sobre as agruras da escravidão em plena vigência do regime escravocrata no Brasil, isso não é pouca coisa, mas precisei chegar a um dos mais altos níveis acadêmicos, o curso de doutorado, para tomar conhecimento de suas obras, em um país onde metade da população é negra, é algo a se mudar.

Na legislação, a pressão dos movimentos negros e a mobilização popular fizeram com que tenhamos alcançado algum progresso em busca de políticas públicas mais igualitárias, como a promulgação das Leis 10.639/03 (BRASIL, 2003) e 11.645/08 (BRASIL, 2008), que preveem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica, da Lei 12.711/12, que estabelece cotas em universidades públicas federais²³ e da Lei 12.990/14, que estabelece cotas para pessoas negras em concursos públicos.

Ainda avançamos a passos lentos para uma maior igualdade racial no país, com o fator do gênero tendo um peso a mais sobre as mulheres negras. Saffioti (1967) apontava, há mais de 50 anos, que a criação de mitos sobre as pessoas negras e sobre as mulheres teriam a função essencial de “eliminar possíveis competidores, sobretudo nas áreas de atividades mais valorizadas socialmente” (SAFFIOTI, 1967/2013, p. 415), as/os opositores das cotas ainda hoje fazem uso desses mitos (como o de que as pessoas negras teriam menor capacidade cognitiva, em comparação com as brancas, mulheres não teriam a mesma capacidade de liderança que os homens) para justificar a contrariedade com as leis, haja vista a quantidade de embargos e processos judiciais que, ainda hoje, ocorrem quando uma pessoa branca, de maior poder aquisitivo, “perde a sua vaga” em uma universidade ou concurso

²³ A Lei 12.711/12 prevê a reserva de vagas de, no mínimo 50%, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita, para autodeclaradas/os pretas/os, pardas/os e indígenas e para pessoas com deficiência (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016). O ano de 2022 prevê a revisão das cotas em universidades, senadoras/es de partidos de esquerda defendem, não só a manutenção, como a ampliação de direitos, enquanto outras/os, de alinhamento à direita, de partidos defensores da família e dos “bons costumes”, defendem a extinção total da Lei, sob a alegação de que “somos todos iguais” (BAPTISTA, 2022).

público para uma pessoa negra, que já teve, desde o nascimento, menores condições de acesso à educação, moradia ou serviços públicos.

Nesse contexto, graças a políticas públicas, consegui a habilitação necessária para ter minha primeira experiência como professora universitária, que aconteceu no ano de 2006, quando fui admitida como professora substituta na Unipampa, Campus Jaguarão, no curso de Pedagogia. Foi uma experiência breve, porque após dois meses um professor nomeado assumiu a vaga, mas serviu para me dar o vislumbre do que era a docência no ensino superior.

A outra experiência foi acontecer mais de dez anos depois, em 2018, na mesma instituição, novamente no curso de Pedagogia, dessa vez tive a oportunidade de lecionar componentes pedagógicos também para o curso de Letras e de Licenciatura em História, além do curso de Pedagogia. Fiquei dois anos na função, e foi muito significativo compartilhar com as/os estudantes as experiências vivenciadas no doutorado, tanto as leituras e “descobertas” nas aulas, quanto a experiência de estar em outra cidade e ter que “me virar” sozinha, algo que elas/es estavam acostumadas/os, visto que boa parte das/os graduandos eram de outras cidades, estados e até de outros países.

O fato de ser uma das poucas docentes negras fazia com que eu não passasse despercebida no campus, o que teve seu lado positivo, pois muitas estudantes negras buscavam essa identificação, mas teve por lado negativo uma constante “supervisão” por parte da direção do campus, “cuidado” que eu não percebia com outras colegas substitutas também. De acordo com Almeida

os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. O que se pode verificar é que a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o racismo é dominação (...) assim, detêm o poder os grupos que exercem domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. Entretanto, a manutenção desse poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio. (ALMEIDA, 2019, p. 39-40)

O racismo “velado”, ou as vezes nem tão velado assim, que cerca as instituições de ensino superior no país refletem o racismo presente na sociedade, haja

vista todos os tensionamentos quanto a lei de cotas, que fez com que uma significativa parcela de negras e negros tivessem acesso e implementos de permanência na universidade, como casa do estudante, restaurante universitário, bolsa permanência e outros incentivos que, no governo do presidente Jair Bolsonaro, estão sendo cortados. A docência no ensino superior ainda é predominantemente branca e masculina, conforme sugere Carolina Moreno (2018), e essa predominância busca sempre impor seu sistema próprio de organização, manter as regras e padrões de conduta ditados por ela, excluindo desses locais as pessoas que não se adequam ao sistema “naturalmente” imposto, entre elas estão as pessoas negras,

quando um sistema está habituado a definir tudo, bloquear os espaços e as narrativas, e nós, a partir de um processo de descolonização, começamos a adentrar esses espaços, começamos a narrar e trazer conhecimentos que nunca estiveram presentes nesses lugares, claro que isso é vivenciado como algo ameaçador. (RIBEIRO, 2018, p. 112)

Nesse contexto, a aproximação com a outra professora negra, que trabalhava no mesmo turno que eu, foi inevitável. “As mulheres criam esferas de influência feminina negra para desestabilizar as estruturas opressoras. A luta pela sobrevivência do grupo exige instituições que forneçam às mulheres negras as ferramentas necessárias para lutar” (COLLINS, 2019, p. 333). Dessa parceria foi significativo participar da comissão de organização do IV Copene Sul, a oportunidade de entrar em contato com intelectuais que faziam parte do referencial teórico da minha tese foi uma oportunidade única, assim como entender o funcionamento de editais, pareceres de comissões, efetivação de parcerias, e, fatalmente, resolver os conflitos que a elaboração de um evento desse porte exige. Por quase uma semana ver intelectuais negras e negros circulando pelo campus e pelo município, visto que os eventos não se concentraram só na universidade, para a comunidade negra foi uma experiência sem tamanho, já para as pessoas brancas racistas pode ter sido “algo ameaçador”. Para a intelectual negra Maria Aparecida Silva Bento, branquitude é definida como a

racialidade do branco, configurando uma visão de mundo, um posicionamento de vantagens calcado no silêncio e omissão (diante do racismo) por um lado, e por outro, na prática discriminatória sistemática com vistas a conseguir e manter situações de privilégio que impregna a ação e o discurso; e que justifica/ mantém/ reproduz as desigualdades raciais (BENTO, 2002, p. 7).

O ambiente universitário, muitas vezes, reproduz os privilégios que as pessoas brancas encontram fora dele, de acordo com Bento, mesmo sendo pobre, a/o branca/o tem o privilégio de ser branca/o, o que, para a intelectual negra Camila Moreira de Jesus

não é pouca coisa, a necessidade de adquirir características somáticas brancas entre os pobres é mais do que o desejo de se enquadrar em padrões de beleza, relacionar-se com o par branco mais cobiçado, está para além de significar apenas a fuga das situações de racismo, ser branco, ou mais claro, entre os pobres, representa também a possibilidade real de encontrar perspectivas de ascensão social mediante o poder de consumo e do trabalho que lhes é negado pelo simples fato de serem negros. Quando se é preto e pobre, negociar a cor pode se tornar estratégia de sobrevivência. (JESUS, 2017, p. 70)

Em nossa sociedade o diploma universitário é uma possibilidade de ascensão social, ao adentrar nesse espaço muitas/os graduandas/os, especialmente as/os negras/os, começam a questionar certezas e posturas que tinham até então, e nesse processo, ter identificação com uma professora ou professor negra/o pode auxiliar muito nessa “descoberta” da negritude, contudo

na sociedade americana, onde o intelectual – e especificamente o intelectual negro – muitas vezes assimilou e traiu conceitos revolucionários pelo interesse de manter o poder da classe social, é necessário e crucial que os intelectuais negros insurgentes tenham uma ética de luta que informe seu relacionamento com aqueles negros que não tiveram acesso aos modos de saber partilhados nas situações de privilégio. (hooks, 2013, p. 76)

Nesse sentido, acredito que intelectuais negras e negros, comprometidas/os com o combate ao racismo, precisam cada vez mais ocupar o espaço universitário, para que a universidade também reflita os dados do censo, seja no acesso de estudantes ou docentes.

3 “PONHA-SE NO SEU LUGAR!”: DE ESCRAVIZADAS A ACADÊMICAS

Nesse capítulo apresento algumas reflexões que acredito serem ainda temas desafiadores em todas as instâncias da sociedade brasileira e com mais força na sociedade gaúcha, que luta contra os mitos criados em relação a população negra, de forma geral, bem como contra os mitos internos, criados por uma sociedade “plebeia” que sonhou/sonha ser europeia.

3.1 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL TAMBÉM NO RIO GRANDE DO SUL

Como já colocado anteriormente nesta tese, um dos mitos que por muito tempo fez parte do censo comum no Rio Grande do Sul foi o de que existiram poucas pessoas negras escravizadas no estado e de que, dentre esse número reduzido, existiu um tratamento mais “brando” em relação as outras partes do Brasil. No entanto, historiadores como Mario Maestri (1990) comprovam que essas afirmações não passaram de mitos, uma vez que as pessoas negras escravizadas estiveram presentes desde a fundação da Colônia do Sacramento, ou seja antes da fundação da vila de Rio Grande, em 1737. De acordo com Maestri (1990), o censo de 1872 revelou que o Rio Grande era a sexta província em quantidade absoluta de pessoas negras escravizadas, sendo superado apenas por Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco.

Quanto ao tratamento mais “brando”, o biólogo francês Auguste de Saint-Hilaire (1974) relatou em sua passagem pelo estado que nas charqueadas gaúchas as pessoas negras escravizadas eram tratadas com rudeza, até pelo tido como “mais humano” dos charqueadores, que se dirigia a elas com exagerada severidade, no que era imitado por sua mulher, o que fazia com que essas pessoas tremessem diante de seus “donos”, nem as crianças eram poupadas, pois

há sempre na sala um pequeno negro de 10 a 12 anos, cuja função é ir chamar os outros escravos, servir água e prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz que essa criança. Nunca se assenta, jamais sorri, em tempo algum brinca! Passa a vida tristemente encostado a parede e é frequentemente maltratado pelos filhos do dono. À noite chega-lhe o sono, e, quando não há ninguém na sala, cai de joelhos para poder dormir. Não é esta casa a única que usa esse impiedoso sistema: ele é frequente em outras. (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 73)

As mulheres negras escravizadas recebiam um tratamento tão ou mais cruel do que os homens, “enquanto racismo claramente foi o mal que decretou que pessoas negras seriam escravizadas, sexismo foi o que determinou que o destino da mulher negra seria mais pesado, mais brutal do que o do homem negro escravizado” (HOOKS, 2020, p. 79). Além de sua força de trabalho seu corpo também ficava à mercê do escravizador, para utilizá-lo como bem entendesse.

Para a historiadora Margaret Bakos (1990), o maior problema da mulher negra era ser escravizada, pois a função feminina viria em segundo plano. Assim como os homens negros, a mulher escravizada sempre esteve presente na província, mesmo que em número um pouco menor, no entanto com o desenvolvimento dos centros urbanos na segunda metade do século XIX a mulher negra escravizada passou a ser objeto de consumo cobiçado e fundamental para a elite emergente da época, uma vez que a cozinheira, a copeira e a babá permitiriam que a senhora se alimentasse e que a sua família pudesse se dedicar a outras atividades como os namoros e a participação em saraus (BAKOS, 1990).

Bakos (1990) dividiu a atuação da mulher negra escravizada em três frentes distintas: trabalho, resistência e engajamento social. No tocante ao trabalho ela faz uso da análise dos anúncios no “Diário de Porto Alegre” de 1827, e aponta cerca de 21 atividades em que a mulher negra escravizada poderia atuar, como costureiras, doceiras, lavadeiras, engomadeiras, cozinheiras, amas de leite, arrumadeiras, fiadeiras e refinadoras de açúcar. Ela analisou anúncios em que se pode identificar as remotas origens de preconceitos racistas e machistas, como um dito popular que dizia que a mulher negra teria um lugar garantido no palco, na cama e na cozinha, sem fazer concurso público e com estabilidade assegurada. Ou o mito de que as mulheres negras são “naturalmente” boas cozinheiras, pois muitos anúncios relacionavam-se a atividade de fazer comida. Sob essa ótica a autora se transpõe para a pele dessas mulheres e do desespero que devem ter passado entre o fogão e a despensa ao se depararem com panelas e ingredientes que não conheciam e não gostavam, obrigadas a cheirar, cozinhar, servir e comer tais alimentos, tendo sempre o chicote e os castigos como professor. As mulheres negras, muitas vezes por serem as únicas cozinheiras disponíveis, viraram sinônimo de boas cozinheiras no imaginário nacional.

Em seu artigo Bakos (1990) também destaca uma das poucas estatísticas que apontam a diferença numérica entre escravizados homens e mulheres nas cidades do estado, datada de 1859, as que mais possuíam pessoas negras escravizadas eram,

em uma ordem decrescente: Porto Alegre (4.556 homens e 3.861 mulheres), Pelotas (3.095 homens e 1.693 mulheres), Jaguarão (2.929 homens e 2.127 mulheres), Rio Grande (2.503 homens e 1.866 mulheres) e Cruz Alta (2.135 homens e 1.704 mulheres). Boa parte desses dados vinham de inventários, registrados em cartórios locais.

Um contingente tão grande de mulheres em municípios tão pequenos comprova que as mulheres trabalhavam de igual para igual em relação aos homens, se não até mais, em todas as atividades que requeressem mão de obra, principalmente o trabalho doméstico, espaço esse que só foi questionado quando a mulher branca, imigrante e empobrecida, começou a disputar o trabalho nos espaços urbanos. No entanto, logo a imigrante, branca, europeia e mais instruída, partiu para outras frentes de trabalho e a mulher negra, pobre e sem instrução retomou “seu lugar” nos lares brasileiros, fazendo com que o Brasil seja, na atualidade, o “campeão” em número de trabalhadoras domésticas no mundo (BRASIL, 2016).

A jornalista Marina Wentzel (2018), no início de 2018, aponta que essas empregadas têm perfil definido: são mulheres negras com baixa escolaridade. Ela traz no seu texto a contribuição de outros estudiosos que fazem a relação direta do período escravista com os dados atuais, uma vez que o trabalho doméstico competia à mulher negra escravizada e que depois da abolição ela passou “naturalmente” a desempenhar o “papel que lhe cabia”, — como no dito popular “ponha-se no seu lugar!”, que é aventado toda vez que alguém, geralmente branco e de classe mais elevada, julga que outra pessoa, negra e empobrecida, almeja ascender a outros espaços que os primeiros julgam ser só seus.

No tocante a resistência, Bakos (1990) define como ato de resistência toda a reação de inconformidade com a escravidão, desde as tentativas de fugas, a formação de quilombos, as agressões contra senhores e feitores, o assassinato dos próprios filhos, os suicídios e até o “corpo mole” o “dengue”, ou o sorriso de submissão, que poderia ser tão falso como o riso do palhaço de circo. A autora ainda salienta que os trabalhos que tratavam da resistência feminina à escravidão no RS eram raros nos anos 90, não havendo um dado estatístico que permitisse uma comparação entre homens e mulheres, mesma dificuldade encontrada por Carneiro (2019), pouco mais de uma década depois, quando em 2002 relatava que,

para analisar a construção de gênero e raça na sociedade brasileira, deparamos com inúmeros entraves que dificultam qualquer tipo de levantamento histórico devido à escassez de documentos oficiais. O tema é pouco mencionado, e quando encontramos alguma referência na literatura, em especial sobre a mulher negra, a abordagem é tendenciosa, pois traz implícitas as impressões de quem as produz. Estes escritores são, em maioria, pertencentes à camada dominante e deixam entrever em seus escritos ideias geralmente evadidas de preconceitos e estereótipos em relação aos negros e as mulheres. (CARNEIRO, 2019, p. 151)

Diante do exposto, é possível perceber que a maioria dos trabalhos acadêmicos era escrito por homens brancos da elite, o tema da resistência feminina negra não seria de seu interesse, uma vez que um dos grandes mitos sobre a escravidão no país é o de que a população negra seria “dócil” e “passível” à escravidão, ao contrário dos indígenas, que não se deixaram escravizar. Pessoas dóceis não se rebelam, não reclamam, e, por via das dúvidas, nem devem ficar sabendo que não são tão dóceis assim, para não terem “ideias”.

A maior universalização ao ensino superior ocorrida a partir dos anos 2000 fez com que homens e mulheres negras, assim como eu, buscassem resgatar suas histórias de luta e resistência para as levar ao seu patamar de direito, tais como a revolta de escravizados ocorrida na Real Feitoria do Linho do Cânhamo-RS, em 2 de agosto de 1822, quando um grupo de soldados foi enviado para aprisionar um grupo de negros dessa fazenda, que eram acusados de roubo, no entanto os soldados nada puderam fazer, pois “instigados pelas suas mulheres, os homens resistiram e atacaram os soldados, que tiveram que voltar ao quartel sem cumprir o seu intento” (BAKOS, 1990, p. 51) ou as fugas para os quilombos e sua manutenção, bem como a resistência a exploração sexual e defesa da própria vida.

Por fim, no tocante ao engajamento social a mulher gaúcha escravizada também participou de confrarias e irmandades, como exemplo as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e dos Pretos, de Jaguarão, irmandades essas que muitas vezes serviam de pano de fundo para reuniões e tramas de rebeliões ou fugas. E assim, a mulher negra foi conquistando seu lugar, transpondo limites e lutando por inclusão e visibilidade em todos os espaços.

Como exemplo de um desses espaços está a universidade, que segundo Luiz Antônio Cunha (2000, p. 158), teve na sua origem a função de formar os intelectuais das classes dominantes e “ser fonte fornecedora de diplomas garantidores da posse dos conhecimentos ‘apropriados’ aos cargos conferidores de maior remuneração, prestígio e poder”. Os diplomas serviriam como forma de distinção dos que estavam

no “lugar” de mandar, para os que tinham o “lugar” de obedecer, os cursos eram escassos e direcionados a poucos privilegiados, subentende-se, homens brancos e ricos. De acordo com o autor, Portugal e Espanha trataram as universidades em suas colônias de forma bem diferente, enquanto a Espanha instalou universidades em suas colônias americanas ainda no século XVI Portugal proibiu que essas instituições fossem criadas no Brasil, em vez disso concediam bolsas de estudo a certo número de filhos de colonos para estudarem em Coimbra e, posteriormente, quando foram criadas, tanto os cargos de direção quanto de docência eram feitos por governantes, primeiro do império e depois da república. Somente depois de muitas reformas é que foram extintas as cátedras vitalícias e à docência passou a ser constituída por níveis de professor auxiliar, apenas com graduação; professor assistente, com mestrado; e professor titular, com doutorado, cabendo a cada instituição a forma de seleção, que deve se dar por concurso público.

De acordo com Delcele Mascarenhas Queiroz (2000), o acesso das mulheres ao ensino superior no Brasil foi autorizado por D. Pedro II desde 19 de abril de 1879, no entanto, a escassez de pesquisas sobre o tema e a imprecisão das fontes, não permitiram que eu conseguisse apontar com exatidão qual teria sido a primeira mulher negra brasileira a ter curso superior, bem como qual teria sido a primeira a ministrar aulas em uma universidade. Flávio dos Santos Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Moritz Schwarcz (2021) apontam que “em 15 de dezembro de 1909, Maria Odília Teixeira, baiana de São Félix do Paraguaçu, formou-se em medicina, tornando-se a primeira médica negra do Brasil. Foi também a primeira professora negra da Faculdade de Medicina da Bahia” (GOMES; LAURIANO; SCHWARCZ, 2021, p. 415). Os autores e a autora também destacam o protagonismo de outras mulheres negras que foram professoras primárias em escolas públicas ou em suas próprias escolas, boa parte delas foi escritora, destacando-se em temas que discutiam as questões de gênero, raça, classe e combate ao racismo, além de desenvolverem outras atividades, tais como: a maranhense Maria Firmina dos Reis (1822-1917), primeira mulher negra a escrever um romance e ser aprovada em concurso público para o magistério; a catarinense Antonieta de Barros (1901-1952), primeira mulher negra a ser eleita deputada, idealizadora da data comemorativa do dia das/os professoras/es; a paranaense Enedina Alves (1913-1981), primeira engenheira negra do Brasil e primeira mulher negra a concluir o ensino superior no Paraná.

Quanto às mulheres negras gaúchas há menção a jornalista e escritora Sofia Ferreira Chaves²⁴ (1883-1908), colaboradora do jornal negro “O Exemplo”, que circulou em Porto Alegre, entre os anos de 1892 e 1930, tendo como principal reivindicação a instrução do povo negro,

Sofia escreveu crônicas, artigos, contos e poesias, porém seu nome se tornou mais conhecido a partir de 1902. Com o pseudônimo “Uma democrata” e o codinome “Pepita”, aglutinou pautas operárias e as articulou com temas como raça e classe, incluindo as dimensões de gênero. Entusiasta de projetos para a criação de escolas noturnas, Sofia certa vez chamou a atenção da imprensa ao afirmar que andava preocupada não só com a “beleza das vestes”, mas sobretudo com a “beleza da alma” e com a “instrução das mulheres negras”. Em 1904, depois de prestar um concurso público, Sofia passou a atuar no magistério como professora (GOMES; LAURIANO; SCHWARCZ, 2021, p. 531).

Esse foi o registro mais antigo que consegui encontrar sobre uma professora negra gaúcha, no entanto não consegui confirmar se a mesma teve formação acadêmica ou se atuava de forma autodidata. Também não obtive a informação sobre a primeira professora negra gaúcha a exercer a docência no ensino superior, o que denota o vazio historiográfico sobre o tema. Vazio que também encontrei ao pesquisar sobre a primeira professora negra da minha cidade, só o que se sabia é que havia um retrato dela, literalmente atrás da porta Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ), e que seu apelido era “Neneca”.

Graças ao Trabalho de Conclusão de Curso de Fladiane Nunes Teixeira (2015), que versou sobre um bairro local, que descobri que Dona Neneca era uma senhora negra, rica, muito religiosa e caridosa, que ajudava a comunidade com dinheiro e dava aulas gratuitas de alfabetização para jovens e adultos, na capela da comunidade católica do Bairro Vencato. As antigas moradoras entrevistadas por Teixeira supunham que por gratidão, a antiga creche do bairro levava o nome de Centro de Recreação Vovó Neneca. No IHGJ a pesquisadora encontrou apenas o já mencionado retrato, que traz a seguinte legenda: Alice de Oliveira Mirapalheta, “Neneca” nascida em 1º de março de 1902, falecida em 17 de julho de 1985, sem qualquer menção a sua formação, não ficando claro se ela era professora com formação ou mais uma mulher negra que acreditava na importância da educação, procurando fazer o que era

²⁴ Encontrei menção em apenas dois artigos acadêmicos sobre a referida autora, um não foi possível de ser localizado, o outro de Melina Kleinert Perussatto (2019).

possível, enquanto os governos e instituições não faziam o que lhes competia. Quanto a origem do retrato, sabe-se que há alguns anos um senhor doou o quadro ao Instituto.

Na atualidade, a antiga creche virou Escola Municipal de Educação Infantil Pato Donald. Não cabe nesta tese um estudo aprofundado sobre como se deu a escolha do nome adotado para a EMEI, mas não deixa de ser emblemático que o personagem de um “pato estrangeiro” possa ser mais significativo que uma professora negra que, de acordo com as moradoras, foi uma benfeitora para a comunidade.

Para Queiroz (2000), a presença das mulheres nos cursos tidos como mais tradicionais só foi se consolidar a partir da década de 40. A lógica machista, historicamente, privilegiou os homens em detrimento das mulheres. Gonzalez (2020) aponta que no período de 1950 a 1973 houve uma elevação de escolaridade da população brasileira em geral, no entanto, a população negra continuou a não ter acesso aos níveis mais elevados do sistema educacional da época (ensino médio e universitário), permanecendo em diferentes fases do ensino fundamental. E nesse cenário, a situação da mulher negra no ensino superior era quase de invisibilidade.

A intelectual negra gaúcha Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva coloca que,

para ser uma pessoa educada, africanos e também afrodescendentes por este mundo afora concordam, é preciso frequentar escolas. Quanto mais avançados forem os níveis de estudos que se atingir, mais educado se é. Isto, evidentemente, se esta educação não nos afastar do nosso povo, das suas tradições, da nossa identidade africana. Se os estudos em escolas e faculdades nos levarem a esquecer nossos antepassados, nossa comunidade, negar nossa negritude, seremos, de acordo com a sabedoria de raiz africana, muito escolarizados, mas nada educados. (SILVA, 2005, p. 72)

Seguindo esse preceito a autora tornou-se muito educada e muito escolarizada. Educada, no sentido de que seu nome é uma referência nacional em estudos étnico raciais e na luta por uma educação antirracista no campo educacional, tendo sido a conselheira que produziu o relatório para instituição da Lei 10.639/2003 que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana, cujo texto obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio, públicas e/ou particulares, contribuindo nos referenciais metodológicos e discussões de implementação da referida lei, denotando seu comprometimento com a comunidade negra. E educada, no sentido de que a mesma alcançou os mais altos níveis da educação formal brasileira, com graduação,

especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado (realizado na África do Sul), exercendo a docência no ensino superior, tanto em universidades nacionais quanto em estrangeiras, recebendo diversas premiações e reconhecimento por seu trabalho e obra. Em dezembro de 2021 recebeu o título *Honoris Causa* concedido pela Universidade Federal do ABC, “por sua contribuição à cultura, educação brasileira e toda sua trajetória como pesquisadora, atuação no combate às desigualdades, ao racismo e sua luta em prol das mulheres negras”²⁵. Silva expõe que

somos ainda poucos os licenciados, os bacharéis, os mestres, os doutores negros. Muito poucos se consideramos o total da população negra, o total de mulheres e de homens negros em idade de serem portadores destes títulos. Mas mesmo assim, nem tão poucos: - Tu conheces o Fulano de Tal? perguntou-me Vera Triumpho – Não, respondi – Graças a Deus! Já tem negro que é doutor e a gente não conhece! Já não somos tão poucos! - regozijou-se ela. Embora nossos antepassados escravizados tenham chegado, ao Brasil, há quinhentos anos, os doutores e doutoras, notório-saber negros, vivos, seniores no campo da pesquisa, estão na faixa entre 50 e 60 anos de idade e começaram a obter titulação a partir da metade dos anos 1980. (SILVA, 2005, p. 73)

O movimento negro foi de suma importância para que boa parte da população negra conseguisse chegar ao ensino superior, as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos, aliadas ao fortalecimento dos grupos de pessoas negras no Brasil, fez com que obtivessem maior visibilidade e assumissem um papel de protagonismo na luta por melhores condições de vida das pessoas negras, bem como de valorização da raça. Para Gomes, entende-se como movimento negro

as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica à relação entre os negros brasileiros, à ancestralidade africana e ao continente africano da atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais dessa relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana. Portanto, não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado como Movimento Negro. É preciso que nas ações desse coletivo se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo. (GOMES, 2017, p. 23-24)

²⁵ “Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva recebe o título de Doutora *Honoris Causa*” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC, 2022).

Os grupos organizados, como clubes negros, por exemplo, serviram para suprir um espaço que o governo formal não supria, proporcionando aulas de alfabetização, cursos de costura, carpintaria, ou que auxiliasse a encontrarem uma profissão ao mesmo tempo que fortalecessem o grupo e combatessem o racismo.

3.2 DO MITO AO FATO: O LUGAR DA MULHER NEGRA É ONDE ELA QUISER

Depois de muita luta, as políticas públicas possibilitaram o ingresso das professoras negras à docência no ensino superior. Segundo Edilza Correia Sotero (2013), entre o final dos anos 90 e início da década seguinte, houve um aumento significativo na oferta de vagas para formação no ensino superior, o que elevou consideravelmente a taxa de mulheres em universidades. Elas são maioria em comparação com os homens de mesma idade, entretanto, a distância entre as mulheres brancas e as mulheres negras permanece, visto que as primeiras, além de terem mais acesso quantitativamente, ainda escolhem cursos de maior prestígio social, o que acarreta diretamente na carreira e remuneração. Nem a maior universalização e a implementação de políticas afirmativas conseguiram diminuir a disparidade entre as pessoas brancas e negras.

No Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 consta que nenhum país pode ambicionar ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior, uma vez que no mundo atual o conhecimento se sobrepõe aos recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, o que salienta a importância da educação superior e de suas instituições. Todavia, para que isso possa acontecer o apoio público é decisivo (BRASIL, 2001).

Com o intuito de diminuir as disparidades existentes no país em relação ao acesso e a permanência no ensino superior, o governo federal — então sob tutela do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003/2011) — criou uma série de programas e auxílios que favorecessem isso. Entre essas medidas estava o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tinha como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior no nível de graduação (BRASIL, 2007).

O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, sendo uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tendo

como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Para tal, estavam previstas medidas para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica, com aumento do número de vagas, ampliação da oferta nos cursos noturnos, promoção de inovações pedagógicas e de combate à evasão, bem como outras metas que objetivavam diminuir as desigualdades sociais no país (BRASIL, 2007).

O Reuni deu continuidade a expansão da rede federal de educação superior, que teve início no ano de 2003, com a interiorização dos campi das universidades federais, o que fez passar de 114 em 2003, para 237 até o final de 2011, tendo sido criadas quatorze universidades e mais de cem campi, possibilitando a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação (MEC, 2010).

De maneira geral, a análise sobre o programa é bem favorável, no artigo de Michelle M. Semiguen Lima Trombini, Mônica Aparecida da Rocha e Fernando Silva Lima (2020) os aspectos positivos se sobressaem. Um exemplo claro desse diagnóstico foi quando se implantou a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) — que relacionava o número de diplomadas/os e a taxa e ingressantes — de 90%, o que seria uma expectativa irreal, pois nem países de primeiro mundo alcançam essa taxa, como por exemplo a Finlândia, que seguidamente tem sua educação vinculada a um modelo a ser seguido e possui uma TSG de 71%.

De acordo com as conclusões de Trombini, Rocha e Lima (2020), Camila Henriques de Paula e Fernanda Maria de Almeida (2020) apresentam avaliações semelhantes, ao demonstrarem em seus estudos a eficiência administrativa das instituições, a qualificação do corpo docente e a melhora no desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão

As instituições, de maneira geral, salientam e comemoram a expansão e o acesso. Nos sites institucionais é possível encontrar notícias que exaltam o sucesso do programa, por outro lado, também são encontrados alguns artigos que criticam fortemente a proposta e a colocam como mais um programa de governo fracassado e de desperdício de dinheiro público.

No site da Universidade Federal de Ouro Preto, em notícia de 21 de novembro de 2018, com a seguinte manchete “Reuni completa 10 anos com visível ampliação do acesso à Universidade”, a reitora da instituição na época, Cláudia Marlière, aponta o Reuni como um marco importante, por ter gerado maior inclusão da população marginalizada nas universidades, com a aproximando da parcela da população que

antes a considerava inatingível. Segundo a reitora, as críticas quanto a força de trabalho (que instituía uma média de 18 alunas/os por professora/r) e a infraestrutura não se sobressaem aos pontos positivos, uma vez que a universidade gerou uma série de oportunidades nos âmbitos sociais, educacionais e econômicos, o que beneficiaria não só a comunidade acadêmica, mas a sociedade como um todo. Como exemplo de suas colocações a notícia segue indicando o aumento do número de vagas noturnas na instituição, que antes do Reuni era de 295 estudantes, passando para 812 em 2018.

Em contrapartida, o jornal Estado de Minas, em matéria de Junia Oliveira (2021), tem como manchete: “Reuni: o sonho de expansão que virou pesadelo de R\$4 bi em universidades”. A notícia dá ênfase a obras inacabadas e ao orçamento “enxuto”, mas não explica as razões para tal feito, e também lamenta a saída do centro de Belo Horizonte de faculdades tradicionais como Odontologia e Engenharia, uma vez que uma das metas do Reuni era a interiorização de campi, para dar oportunidades a regiões desfavorecidas.

A matéria assinada por Junia Oliveira (2021) ainda traz a fala de uma professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que lamenta o impacto gerado pelo aumento do número de alunos frente aos investimentos feitos. De acordo com a matéria veiculada, parecia que as instituições eram responsáveis pelos prédios que ficaram apenas “no esqueleto” ou pelos projetos que nem foram iniciados, e não o governo federal que cortou boa parte das verbas previstas para a educação superior²⁶.

Programas como o REUNI despertam a ira e a crítica de uma parcela da população, uma vez que a partir desse programa houve uma maior expansão e democratização do acesso à docência no ensino superior, por sujeitos e corpos que, de outra forma, nunca teriam acesso a esse meio, tanto estudantes quanto professoras/es, técnicas/os educacionais, agentes administrativos. Através desse programa, até mesmo os cargos tidos como subalternizados, das empresas terceirizadas, como limpeza e segurança, se viram atuando em instituições que antes

²⁶ No final de abril de 2019 o governo federal anunciou um “contingenciamento” de R\$1,7 bilhões nos gastos das universidades, esses cortes inviabilizaram vários projetos em andamento, como afetaram diretamente a contratação de empresas terceirizadas responsáveis por limpeza e manutenção das instituições. Essa diminuição nos recursos se manteve/mantém ano a ano, impactando também na concessão de bolsas e de incentivo a permanência das/os estudantes nas instituições.

pareciam “templos do saber”, distantes e inacessíveis, mas que agora estavam no dia a dia de pequenos municípios, alterando e reverberando mudanças em muitas vidas.

Em suma, durante a construção e o desenvolvimento do estado da arte pude perceber que o acesso de mulheres negras à docência da educação básica vem tendo um aumento gradativo. A pesquisa de possíveis colaboradoras para a presente tese comprova que, mesmo de forma lenta, elas estão conseguindo alcançar a docência no ensino superior, no entanto, a dificuldade de acesso as informações não me permitiram saber o quão longe está indo esse alcance, mas elas estão lá, e não estão passando despercebidas, o lugar da mulher negra é onde ela quiser.

4 ANÁLISE DAS PRODUÇÕES

Dou início a análise das produções das professoras pelas suas dissertações de mestrado e teses de doutorado. O motivo de tal escolha recaiu no fator autobiográfico dessas produções, uma vez que me identifico e encontro semelhanças entre o que é trabalhado e a minha própria prática, assim como também por serem requisitos para exercer a docência na universidade pública. Suponho que quando a professora faz o mestrado teoricamente se direciona para o ensino superior, pois é no doutorado que fará a escolha que balizará sua temática de trabalho. Essa suposição encontra ancoragem quando observado as dissertações, pois apenas uma das professoras direcionou seu trabalho diretamente para as questões da negritude, outra explorou uma temática específica da sua área, enquanto a terceira seguiu para uma temática que já havia sido explorada por ela.

As três professoras entraram como efetivas para a docência no serviço público em datas bem próximas, entre 2014 e 2017. Pelo histórico de racismo estrutural brasileiro, ter três mulheres negras como docentes no ensino superior seria algo impensável nos primórdios do sistema universitário.

4.1 DETALHAMENTO DO LATTES: AS PUBLICAÇÕES DAS PROFESSORAS

Como já colocado anteriormente, minha base de aproximação às professoras foi por meio do currículo lattes, no entanto dentro dessa plataforma há muitas categorias que podem ser elencadas e tomadas para um estudo aprofundado, dessa forma fiz algumas delimitações, escolhi alguns tópicos e renunciei a outros. Para tanto, segui a mesma ordem em que os tópicos do CL são apresentados, a seguir, irei elencando os que julguei mais importantes e que aparecem no documento das colaboradoras, bem como a utilização, ou não, de determinadas informações:

- a) Texto de abertura: ao concluir o preenchimento do CL o sistema gera um texto automático com as principais informações prestadas pela pesquisadora/r, no entanto, na maioria das vezes o texto deixa de apresentar informações importantes em detrimento de outras de menor relevância, o que leva a maioria das pessoas a redigirem seu texto de apresentação de forma manual, por isso, ao fim do mesmo, aparecem os

avisos: “texto gerado automaticamente pelo sistema” ou “texto informado pelo autor”. O texto de abertura não foi analisado de forma isolada, mas sim em conjunto com outros pontos, para complementar as informações encontradas.

- b) Formação acadêmica/titulação: nessa parte, como o próprio nome já diz, consta o percurso de formação que inicia com a graduação, seguida de cursos de especialização/aprimoramento, mestrado e doutorado. Essa foi uma das partes cruciais da análise, visto que considerei o Mestrado como ponto de partida para a carreira acadêmica de docência no Ensino Superior, no entanto a graduação e formações anteriores ao Mestrado também são de suma importância, pois nos ajudam a entender alguns dos percursos e escolhas feitas pelas colaboradoras.
- c) Formação Complementar: fazem parte desse tópico os cursos, seminários ou capacitações de curta, média ou até mesmo de longa duração, com sua respectiva carga horária, que pode variar de 10 a 900 horas, por exemplo. Nessa categoria, optei por não elencar a formação complementar, uma vez que nem sempre os cursos podem ser da escolha de quem os faz, pois é comum que instituições ofereçam alguns cursos de extensão e seu corpo efetivo é “convidado” a fazer, querendo ou não.
- d) Atuação Profissional: na atuação profissional constam as atividades exercidas, sejam elas de caráter efetivo, temporárias, voluntárias ou em caráter de bolsas. Esse item foi utilizado como forma de “cruzar” as informações, relacionando o momento acadêmico em que se encontrava a colaboradora e a sua produção apresentada.
- e) Projetos de Pesquisa/Ensino/Extensão: como o próprio nome já diz, encontramos nesse tópico os projetos desenvolvidos pelas colaboradoras. De acordo com o artigo 207, da constituição brasileira (BRASIL, 1988), as universidades gozarão de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, devendo obedecer ao princípio indissociável entre ensino, pesquisa e extensão²⁷. Optei por não analisar esses projetos, uma vez que eles não apresentam publicações.

²⁷ Ensino refere-se as atividades referentes a aprendizagem dos estudantes, como aulas e atividades de monitoria; A Pesquisa refere-se, por exemplo, a atividades de incentivo a iniciação científica e a Extensão seria a relação entre a Universidade e a comunidade, em que a primeira “devolve” os

f) Produções: as produções são o tópico mais importante para esta presente tese e constituem o cerne da análise. Entre outros itens, destaco neste tópico:

- artigos completos publicados em periódicos;
- livros publicados/organizados ou edições;
- capítulos de livros publicados;
- textos em jornais de notícias/revistas;
- trabalhos completos publicados em anais de congressos;
- apresentações de trabalhos.

Minha opção para a análise foi pelos quatro primeiros tópicos, deixando de lado os trabalhos completos em anais e congressos e a apresentação de trabalhos, uma vez que essas publicações costumam ser compartilhadas, tendo muitas/os autoras/es na redação do texto, o mesmo acontecendo com apresentação de trabalhos, que podem variar de acordo com orientações, bolsistas ou projetos em andamento.

g) Orientações: neste tópico entram as orientações de TCC, Monografias, Dissertações e Teses, bem como as Supervisões concluídas. Este é um elemento que gera publicações, no entanto, por fatores diversos, nem sempre a orientadora recebe/opta por trabalhos diretamente ligados à sua linha de pesquisa, pois a publicação gerada é de autoria da orientanda/o, e não da orientadora. Por esse motivo as orientações não serão analisadas.

A seguir apresento categorias para a análise da produção acadêmica, seguida da descrição das atividades e da categorização na análise.

4.2 DA CONSCIÊNCIA DA NEGRITUDE AO COMBATE AO RACISMO: AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Quando se trata de escrita feminina negra vários pensamentos se cruzam e são recorrentes, independente de se tratar da escrita de uma professora doutora negra, atuante em uma pequena universidade no extremo sul do Brasil, ou de uma

conhecimentos científicos em forma de benefícios à segunda, como hospitais, consultas odontológicas, cursos, entre outros.

reconhecida pensadora estadunidense, ou talvez até de uma escritora negra de além-mar, da terra dos colonizadores. Todas elas apresentam situações semelhantes, que se entrecruzam em seus contextos de vida e atuação. E são essas situações semelhantes que me auxiliam nesta análise, o que não significa que todas as categorias elencadas anteriormente estejam presentes na produção das três professoras, mas estando presente na escrita de duas delas julgo como pertinente e passível de análise. Algumas das situações recorrentes na obra das professoras foram a consciência da negritude, feminismo negro, dororidade, invisibilidade, a fala/voz, resistência e o combate ao racismo.

De acordo com o dicionário *online* Michaelis (2022) a consciência é uma qualidade da mente que, entre outras coisas, nos dá a capacidade de perceber a relação entre si e o ambiente. É ter ciência de nós mesmos em um determinado espaço, bem como as implicações da nossa presença nesse ambiente. É aquele momento em que Lélia Gonzalez, retoma o pensamento de Simone de Beauvoir e o aplica ao povo negro: “não nascemos negros, nos tornamos negros. É uma conquista o tornar-se negro” (GONZALEZ, 2000, p. 234). Nesta tese essa consciência refere-se a capacidade de se auto identificar como mulher negra, seja pela cor da pele ou crespo do cabelo, bem como direcionar suas pesquisas à temáticas que valorizam a cultura negra e que combatem ao racismo.

A autora nos relata sua própria experiência que conforme foi subindo na escala educacional foi “embranquecendo”, não gostava de samba, usava peruca, foi perdendo suas raízes. Somente depois que “levou porrada na cara” é que acordou diante do mito que a própria pessoa interioriza e pensa que corresponde à realidade do seu povo. “Passaram tanto tempo nos dizendo como deveríamos nos portar, o que era esperado de nós [...] que acabamos internalizando e dando razão ao sistema opressor” (GONZALEZ, 2000, p. 234). Esse pensamento de Lélia expõe peculiaridades que permeiam o pensar/fazer da mulher negra, como a sua relação com o próprio cabelo.

Ao final do século XVIII, a inglesa Mary Wollstonecraft (1792/2016) em sua obra “Reivindicação pelos direitos da mulher”, levanta o questionamento

Para que fomos criadas? Para permanecermos, pode-se dizer, inocentes; eles querem dizer, em um estado de infância. Poderíamos nunca ter nascido, a menos que fosse necessária nossa criação para que o homem adquirisse o nobre privilégio da razão, o poder de discernir o bem do mal, enquanto

jazemos no pó de onde fomos tiradas, para nunca nos levantarmos. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 86)

Muitas autoras apontam essa obra como o documento fundador do feminismo. Como mulher branca e intelectual, ela teve acesso à educação e ao pensamento iluminista de sua época, uma de suas premissas era de que a mulher deveria receber a mesma educação destinada aos homens, visto que no seu tempo havia a máxima de que “o homem foi feito para raciocinar, a mulher, para sentir” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 88). Mary era abolicionista, no entanto essa não era uma prerrogativa do pensamento feminista branco, que tinha como pautas principais o acesso ao voto e ao trabalho fora do lar.

O feminismo entra nesta tese como algo basilar, pois não é possível falar de mulheres negras e suas peculiaridades sem falar de feminismo negro. Quando a ativista negra estadunidense Sojourner Truth, em 1851, no meio de uma convenção feminista escancarou as diferenças de pauta entre mulheres brancas e negras, questionando

E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, apud RIBEIRO, 2019, p. 19).

Na ocasião, um grande espaço foi aberto, pois o trabalho feminino e o direito ao voto — grandes pautas do feminismo branco — não tinham o mesmo peso para o movimento feminista negro. As mulheres negras sempre tiveram de trabalhar: primeiro obrigadas, sob o regime escravagista, e depois para garantir seu próprio sustento e daquelas/es que dependiam delas. Quando se tem a barriga vazia, questões como o direito de voto tornam-se secundárias, pois as prioridades tornam-se necessárias e se manter viva vem em primeiro lugar.

Quando Sojourner teve essa atitude, pela cabeça de muitas mulheres brancas presentes na reunião, deve ter passado a velha expressão “quem essa negra pensa que é?!”. Já ouvi essa expressão muitas vezes, desde a infância eu escuto, e infelizmente continuo escutando até hoje, por vezes não verbalizada, mas estampada no rosto de quem gostaria, mas não tem coragem de expor seus pensamentos. Como diria Djamilia Ribeiro “Uma mulher negra empoderada incomoda muita gente” (2018, p.58). Assim como as professoras que fazem parte desta pesquisa, que sabem muito

bem quem são e se colocam em seus escritos como mulheres negras dotadas de especificidades que não são contempladas no feminismo de uma forma geral. Outro ponto que também reverbera nas professoras que fazem parte desta análise, é o que Gonzalez (2020) aponta como as consequências do regime de escravidão, como o trabalho doméstico e a sexualização, que são pautas eminentes do feminismo negro e que aparecem em muitos escritos das colaboradoras.

Nos escritos também é possível observar a dororidade, que se trata de um conceito criado pela intelectual negra Vilma Piedade. Piedade se define como uma mulher preta, feminista, de axé, da área de letras e filósofa, e criou esse conceito tendo em vista que grande parte dos conceitos filosóficos foram/são criados em sua maioria por filósofos, teóricos, homens, uma vez que são poucas as mulheres que criaram/criam conceitos nesse campo (PIEADADE, 2017).

Piedade retoma a categoria anterior ao apontar que “um dos problemas do pensamento feminista foi perceber o movimento como um projeto único, moldado para a mulher branca, ocidental, de classe média, instruída” (PIEADADE, 2017, p. 12). A autora coloca que o feminismo propõe que as mulheres ocupem os espaços de poder instituídos, e se pararmos para pensar, se nem as mulheres brancas conseguiram ocupar esses espaços até hoje, que dirá as mulheres negras?! A autora ainda retoma o ensaio de Sueli Carneiro sobre as mulheres negras e o poder, como um tema inexistente, justamente por mulheres negras, comumente, não ocuparem cargos de poder.

Para justificar a criação desse novo conceito, Vilma Piedade (2017) relaciona a interseccionalidade que cerca as mulheres negras, mais vulneráveis a violência sexual, feminicídio, opressões de raça, gênero e classe, enfim, a dor. A dor da escravidão, a dor de quem carrega o fardo de sofrer mais violência médica e obstétrica devido ao pensamento racista de serem mais “resistentes a dor”. A dor que cerca quem sente todas essas opressões junto, a dor que sentem as mães, filhas, companheiras pretas que perdem seus companheiros pretos pela violência policial, pela política do matar primeiro e ocultar provas depois, para o encarceramento em massa, para a condenação midiática: se um jovem branco furta um chocolate é “apenas um menino”, se um jovem negro faz a mesma coisa é um “bandido perigoso, comandante de quadrilha com vários antecedentes criminais” e sentenciado a oito anos de prisão em regime fechado, isso se ele tiver a “sorte” de ir a julgamento e não for espancado até a morte por “seguranças” do local. Pois quando se trata de corpos

negros, crimes filmados e documentados por câmeras também continuam “não dando em nada”. A dor da violência religiosa, visto que a agressão a mães e pais de santo, bem como o vandalismo com suas casas de religião cresce ano a ano, pois bem, dororidade é a cumplicidade na dor que só as mulheres negras reconhecem.

Depois desse “soco no estômago” que caracteriza esse conceito, parece que qualquer outra categoria seria sem importância, mas em se tratando de mulheres negras nenhuma categoria é sem importância, principalmente a próxima, a da invisibilidade negra, que foi uma das propulsoras desta tese. Essa categoria se destacou devido a minha experiência, pois ao circular pelos corredores de diferentes universidades ao longo de minha trajetória, não pude encontrar professoras negras nesses ambientes, às mulheres negras, cabia/cabe o uniforme de funcionárias da limpeza ou manutenção. E essa questão da invisibilidade física de mulheres negras nas universidades, também se soma a outra igualmente importante, a da voz. Pois, com o perdão do trocadilho, “quem não é visto, não é ouvido”, o que é corroborado por muitas intelectuais negras em seus escritos, ao elencarem os fatores da invisibilidade e da voz das mulheres negras, que comumente viram “objeto” de quem se fala e não agentes de mudança que falam. Entre os exemplos de mulheres negras que são ouvidas e fazem ecoar a própria voz podem-se citar Lélia Gonzalez (2020), Djamila Ribeiro (2018 e 2019), Patricia Hill Collins (2019), Sueli Carneiro (2019), Grada Kilomba (2019), bell hooks (2020) e tantas outras que com seus escritos assinalaram não só nosso existir, mas o resistir, numa sociedade que teima em negar nossa existência.

De acordo com Gonzalez (2020), as mulheres negras resistem desde que chegaram ao país pelas mãos do colonizador, direcionadas para as plantações, onde estimulavam os companheiros para a revolta, a fuga e a formação de quilombos, ou a trabalhos domésticos, em que o trabalho direto com seus senhores implicava a sujeição a violência sexual, a dispor de seu leite para sinhozinhos e sinhozinhos, “mas foi justamente a partir daí que ela fez a cabeça do dominador, sobretudo ao exercer a função materna enquanto ‘mãe preta’”(GONZALEZ, 2020, p. 198) ensinando seu “pretuguês” enquanto embalava os sonhos das pequeninas/os. Resistiam cometendo suicídio “para que o filho que trazia no ventre não tivesse o mesmo destino que ela” (GONZALEZ, 2020, p. 53). Enfim, resistimos. Resistimos escrevendo sobre as opressões que nos atingem, e agora para que o racismo, que as pessoas brancas racistas teimam em dizer que é inexistente, tome forma e possa ser combatido.

Como exposto no início desta tese, um dos primeiros passos para se lutar contra algo é reconhecer a sua existência, e no caso do racismo estamos travando uma verdadeira batalha no Brasil. Em artigo recente, Gomes (2021) relata que por muito tempo evitou usar a expressão combate ao racismo, adotada pelo Movimento Negro, devido ao seu caráter bélico, preferindo a expressão superação ao racismo, no entanto preferiu adotar as duas formas da expressão ao perceber que

os acontecimentos de recrudescimento do racismo dos últimos tempos, principalmente após as eleições de 2018, com a ascensão da extrema direita ao poder, a configuração conservadora do Congresso Nacional, o retrocesso das políticas sociais e o empoderamento simbólico e real da parcela da população brasileira adepta às ideias fascistas, bem como o aumento da intolerância religiosa, do feminicídio negro, da violência policial e do genocídio da juventude negra me fizeram rever a minha posição. Todos os dados estatísticos que mostram a alarmante desigualdade racial e a violência que incide sobre a população negra brasileira me levam a crer que vivemos um estado de guerra, no qual tombam cotidianamente corpos negros atingidos por balas perdidas, pelas batidas policiais, cenas de linchamento de pessoas negras consideradas como bandidos, mesmo sem provas, e pelo encarceramento da população negra. E se estamos em guerra simbólica e literal, temos que combater o racismo para superá-lo. (GOMES, 2021, p. 452)

Como veremos em seguida, cada professora a seu modo e em sua linha de pesquisa usa de sua escrita para referenciar cada categoria elencada e, dessa forma, expor o racismo estrutural em sua forma de atuação, para assim combatê-lo.

4.3 “NÓS, MULHERES NEGRAS, SOMOS MULHERES APODERADAS”: PROFESSORA DOUTORA GIANE DA SILVA VARGAS

Figura 4 – Professora Dra. Giane da Silva Vargas



Fonte: Fotografia cedida do acervo pessoal de Giane da Silva Vargas.

Antes de iniciar a análise julgo ser pertinente uma observação quanto ao nome usado nas citações, pois utilizo o nome Giane da Silva Vargas como subtítulo, no entanto, toda sua produção apresenta o nome Giane Vargas Escobar, tendo como citação o sobrenome Escobar, seu nome de casada (ESCOBAR, 2021). Entretanto, em postagem de uma rede social, datada de 9 de janeiro de 2020, a autora torna pública sua separação e anuncia que, em vez de Giane Vargas Escobar, leia-se Giane da Silva Vargas, no entanto toda a sua produção analisada é com seu nome de casada, por esse motivo, utilizarei nas citações apenas o Escobar.

Escobar concluiu sua graduação em Letras Português/Inglês na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC), de Santa Maria RS, em 1988. Realizou uma Especialização em Museologia, pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) em Santa Maria, em 2002. Coursou, em 2010, o Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mesma instituição em que concluiu seu Doutorado em Comunicação, em 2016, com período sanduíche na Universidade de Aveiro, Portugal. Como formação complementar, apresenta em seu currículo uma variada gama de cursos, que se entrelaçam entre si,

como formações em museologia, conjugadas com estudos sobre mulheres e africanidades.

Seu primeiro vínculo institucional após a graduação (1988) ocorreu de 1996 a 1999, como celetista²⁸ na Fundação Escolar Superior do Ministério Público, exercendo a função de Coordenadora de Curso Regular e de extensão. No ano seguinte (2000) no mesmo sistema empregatício, a professora trabalhou no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na função de atendimento especializado a clientes.

Em seus vínculos institucionais é possível perceber a cronologia da sua caminhada. No ano de 2001 ela inicia sua Especialização em Museologia, tendo como título de sua monografia “Projeto de organização e documentação para o Museu da Brigada Militar de Santa Maria”, mesmo ano em que passa a atuar como colaboradora voluntária no Museu Treze de Maio, exercendo as funções de Produtora Cultural e Diretora Técnica da instituição, responsável pela elaboração de projetos, captação de recursos e demais demandas pertinentes a recuperação e preservação do que outrora fora o clube social negro da “Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio” de Santa Maria. Seu curso de especialização gerou um vínculo de mais de dez anos com essa instituição e abriu portas para outras atividades, sempre na área da museologia.

De 1996 a 2001 exerceu cargos de assessoramento, coordenação e atendimento técnico em várias instituições distintas, como na Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP) em que atuou como Coordenadora de Curso Regular e de Extensão, e no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em que prestou atendimento técnico especializado aos clientes.

No ano de 1997 assumiu suas funções como agente administrativo no Arquivo Histórico e Memorial do Rio Grande do Sul, trabalhando nessa instituição em sua fase de restauração. No final de 1999 é convidada, pelo então Diretor da instituição, a exercer o cargo de Coordenadora do Núcleo Administrativo do Museu de Artes do Estado do Rio Grande do Sul (MARGS), função que exerce até o ano de 2001. Dentro desse período foi responsável por várias exposições importantes, entre elas a “Exposição Florença: Tesouros do Renascimento”.

No ano de 2002 assumiu a função efetiva de coordenadora técnica especialista em Museologia, em regime de 40 horas, na Brigada Militar de Santa Maria. Nessa

²⁸ Vínculo empregatício baseado na CLT: Consolidação das Leis do Trabalho, que diverge do vínculo estatutário, comum ao serviço público, seja ele federal, estadual ou municipal, principalmente no tocante a estabilidade no emprego.

instituição ficou responsável por reestruturar o espaço museológico dessa corporação, o Museu do Centro Histórico Coronel Pillar. Exerceu essa função até o ano de 2012, quando ingressou no doutorado e licenciou-se por dois anos da função que exercia até então, pedindo seu exoneramento definitivo no ano de 2014.

Concomitante ao seu trabalho na Brigada Militar (2007-2009) exerceu, em regime de contrato temporário de 20 horas, na Sociedade Caritativa e Literária Franciscana (SCALIFRA), a função de Coordenação da equipe que implantou o Museu Histórico-Cultural das Irmãs Franciscanas de Santa Maria, ficando responsável também pela elaboração e monitoramento de mostras e exposições, bem como da implantação do sistema de informatização do museu.

No período de 2008-2010 cursou seu mestrado profissional em Patrimônio Cultural, tendo como título de sua dissertação “Clubes Sociais Negros: Lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial”, em seguida iniciou seu curso de doutorado em Comunicação, no ano de 2012. Em 2014 realizou estágio sanduíche de nove meses no Programa Doutoral em Estudos Culturais das Universidades de Aveiro e do Minho, no departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, em Portugal, cumprindo todas as metas estabelecidas em seu plano de trabalho, colaborando no planejamento, organização e criação do “Núcleo de Estudos Género²⁹ em Discussão”, bem como participando de forma voluntária da IRENNE — uma associação de investigação, prevenção e combate à violência e exclusão, na equipe de Comunicação e Educação para a Cidadania e Igualdade de Género. No decorrer do seu curso de doutorado teve experiência com a docência de 2015 a 2016, quando atuou como professora substituta na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Curso de Bacharelado em Museologia. Obtém o título de doutora no ano de 2017, com a defesa da tese “Para encher os olhos: Identidades e representações culturais das rainhas e princesas do Clube Treze de Maio de Santa Maria no jornal A Razão”.

Também no ano de 2017 assume como efetiva, por concurso público, na Unipampa, exercendo a função de Professora do Magistério Superior em regime de Dedicção Exclusiva, ministrando disciplinas do Curso de Graduação em História, na área da Educação para as relações étnico-raciais, Clubes Sociais Negros, Patrimônio, Arqueologia, Museus, Cultura, Cultura da África, Cultura Afro-brasileira, Educação e transformação social, entre outras.

²⁹ Grafia da palavra em português de Portugal, conforme consta no Currículo da professora.

Como prêmios e títulos a intelectual destaca:

- 2005: destaque Funcional/2005, Brigada Militar de Santa Maria/1º Regimento de Polícia Montada "Rgt Cel. Pillar";
- 2006: certificado de Mérito e Louvor - Organização do Seminário Olhares Sobre o Rio Grande do Sul: Sujeitos Formadores da História e seus Contextos, MEC/Universidade Federal de Santa Maria/CCSH/Curso de História;
- 2007: destaque Funcional/2007, Brigada Militar de Santa Maria/1º Regimento de Polícia Montada "Rgt Cel. Pillar";
- 2009: recebe destaque Negro do RS/2009, Associação Cultural Beneficente Floresta Montenegrina - Montenegro/RS – 93º Aniversario;
- 2010: Louvor de ME e FC (individual), Brigada Militar de Santa Maria - 1º Regimento de Polícia Montada Rgt. Cel. Pillar;
- 2011: recebe uma medalha da Ordem do Mérito Cel. Pillar, Associação Cívico cultural "Cel. Pillar" - Brigada Militar de Santa Maria – RS;
- 2011: comenda "Zumbi dos Palmares", Câmara de Vereadores de Santa Maria – RS;
- 2012: recebe uma medalha de Serviços Distintos, da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul;
- 2011: aprovada em 2º lugar no Concurso Público para Professor Assistente - Área Museologia, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA);
- 2014: Conselheira da Fundação Cultural Palmares - FCP/MinC, Fundação Cultural Palmares - Ministério da Cultura - Governo Federal;
- 2014: a Universidade Federal de Santa Maria reconhece o mérito e enaltece seu esforço e dedicação, que resultaram na conquista de significativa distinção, no ano de 2014, UFSM;
- 2014: "*The 2014 Hans Manneby Prize*" - *International Museum Prize winner 2014, Hans Manneby Memorial Fund for Museum Development*³⁰;

³⁰ Descrição do diploma concedido à Giane Vargas Escobar, em 25 de setembro de 2014, durante a Feira do Livro de Gotemburgo na Suécia. Tradução livre do inglês feita pela própria autora: "The Foundation Hans Manneby Memorial Fund para o Desenvolvimento de Museus decidiu em 09 de junho de 2014 a atribuir o Prêmio do ano de 2014 à *Giane Vargas Escobar* pelo seu compromisso e

- 2015: foi aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo de Professor Substituto do Edital nº 11/2015, Área Ciências Sociais Aplicadas/Museologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS;
- 2017: coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Unipampa - Campus Jaguarão; Sócia Honorária do Clube 24 de Agosto, Jaguarão – RS;
- 2017: coordenadora IV COPENE Sul - Portaria Nº 011/2017, Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as;
- 2017-2020: coordenadora da Área Científica Memória e Patrimônio – quadriênio 2017-2020, Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as;
- 2018: recebeu elogio protocolado via e-Ouv sob nº 23546.036426/2018-77, Universidade Federal do Pampa – Ouvidoria;
- 2018: recebeu reconhecimento do Poder Legislativo de Jaguarão, pelo recebimento do Prêmio Donna, Mulheres que inspiram;
- 2018: prêmio Donna Mulheres que inspiram, Revista Donna (Jornal Zero Hora);
- 2018: foi paraninfa da Turma do Curso de História-Licenciatura Unipampa Campus Jaguarão.

Quanto aos Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, embora não sejam analisados, optei por relacionar os que estão em andamento e sob sua coordenação, pois penso que influenciam e subsidiam sua produção acadêmica.

Projetos de ensino:

- 2011 – Atual: Educação para as Relações Étnico-Raciais: noções básicas, estratégias e desafios;
- 2018 – Atual: AFROnteiras Negras.

Projetos de pesquisa:

pela sua contribuição para o fortalecimento da identidade e cultura afro-brasileira na sociedade brasileira, destacando a sua rica diversidade cultural, a memória das lutas sociais antes e depois da abolição da escravatura, o papel das mulheres na transmissão da memória coletiva, a criatividade e as habilidades de gestão no desenvolvimento dos "Clubes negros", na promoção dessas redes e na disseminação dos princípios e das práticas da comunidade museológica no Brasil. Feira do Livro de Gotemburgo, Suécia. 25 de setembro de 2014" (PAIXÃO; LOBATO, 2016, p. 38).

- Pontos Negros da Memória da Cidade de Santa Maria: Ação cultural educativa e a Lei 10639/03;
- 2012 – Atual: GP Estudos Culturais e Audiovisualidades;
- 2020 – Atual: Clubes Sociais Negros do Brasil: mapeamento, memória, patrimonialização e Educação das Relações Étnico-Raciais;
- 2018 – Atual: Rainhas Negras do Clube 24 de Agosto: Identidades, representações e trajetórias de mulheres de um Clube Social Negro na fronteira Brasil – Uruguai.

Projetos de Extensão:

- 2017 – Atual: Galeria Intercultural Magliani;
- 2017 – Atual: NEABI Mocinha – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas;
- 2018 – Atual: “Atinuké” Grupo de Estudos sobre o Pensamento de Mulheres Negras;
- 2021 – Atual: CINEGUIM.

Além de seus vínculos empregatícios Giane também atuou como colaboradora voluntária em outras instituições, como no Sistema Municipal de Museus de Santa Maria (SMM), em que fez parte da primeira coordenação; no Colegiado Setorial de Museus do Rio Grande do Sul (Gestão 2011/2013), ao que foi empossada pelo Secretário de Cultura do RS como representante da 5ª Região Museológica do Estado, que compreende aproximadamente sessenta municípios. A função dessas/es representantes culturais era construir coletivamente o Plano Estadual de Cultura do RS. Também atuou, nessa modalidade, no Conselho Municipal de Cultura de Santa Maria (2011/2013), sendo responsável pela área de Patrimônio Histórico-Cultural e construção do Plano Municipal de Cultura, bem como no Ponto de Cultura Espaço Escola Africanamente, como Coordenadora do grupo de mulheres negras Atinuké, função que exerce desde 2016 até a atualidade.

De toda sua produção acadêmica foram analisadas a dissertação “Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial”, a tese “Para encher os olhos”: identidades e representações culturais das rainhas e princesas do Clube Treze de Maio de Santa Maria no jornal A Razão (1960-1980”, três dos quatro artigos completos publicados em periódicos, os dois livros, seis dos dez capítulos de livros publicados e ainda um material disponibilizado direto pela

autora, que foram dois capítulos de livros, mais o memorial descritivo elaborado como requisito parcial para sua admissão na Unipampa, bem como uma tese da Universidade de Lisboa, na qual ela é uma das protagonistas.

Ao buscar elementos autobiográficos em sua escrita que remetessem a consciência de sua negritude, foi possível encontrar a sua “fala” expondo que

em primeiro lugar eu acho importante dizer desse lugar de fala, eu sou uma mulher negra, filha do Jorge e da Jumbelina, neta do Arnaldo e da Angelina e da Marcina e do Eduardo. Pessoas negras que me constituíram e fizeram aquilo que eu sou hoje. Então graças a essas pessoas e tantos outros negros e negras que me ajudaram, a me constituir e ter esta identidade, que hoje eu falo com tanto orgulho de ser uma mulher negra! E com muito orgulho, sou mãe de duas meninas negras que hoje estão pelo mundo. (ESCOBAR, 2017 *apud* SANTOS, 2021, p. 207).

O aspecto familiar se revela muito importante, pois é sempre retomado em diferentes momentos como quando diz que “Sou neta de Angelina e Arnaldo, dois negros que me ensinaram que precisamos estudar para sermos cada vez mais simples e saber repartir aquilo que aprendemos com outras pessoas” (ESCOBAR, 2011, p. 3), assim como o comprometimento com a causa da negritude, pois Escobar percebe que se trata do reflexo de tudo aquilo que outras pessoas viveram antes dela. Essa consciência se faz presente na sua dissertação, ao perceber que

fazer um curso superior faz uma diferença muito grande quando passamos a perceber como se dão os mecanismos de mobilidade social para negros e brancos em uma sociedade capitalista e desigual. Ter feito uma Especialização em Museologia (2001-2002) fez diferença expressiva em minha formação, como mulher, negra, ativista do movimento negro e mãe de duas meninas negras. Estar frequentando um Mestrado em Patrimônio Cultural em uma Universidade Pública faz uma diferença maior ainda, pois, se nos cursos superiores podemos perceber que 98% dos estudantes são brancos, imaginem o percentual de negros em cursos de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) em nossas universidades públicas (ESCOBAR, 2010, p. 18).

A mobilidade social obtida com o curso superior se reflete quando reafirma sua negritude, ao enunciar que ao longo de sua trajetória percebeu que

é necessário reafirmar cotidianamente o lugar de onde falo e insistir diariamente, pois a negação da “raça” muitas vezes traduz-se em “mulata” para elogiar ou para depreciar e se não soubermos e não dissermos de onde viemos, para onde queremos ir e como nos identificamos, alguém vai dizer, pois a identidade é autoidentificação e também identificação por outros. (ESCOBAR, 2017, p. 51)

Nesse trecho, Escobar apresenta duas palavras cheias de significado para o povo negro, a “raça”, que de acordo com ela é entendida como “construção histórica, cultural e política, [...] o conceito de raça no sentido biológico do termo não existe, aquele que preconiza a superioridade de uns em detrimento de outros, já caiu por terra” (ESCOBAR, 2017, p. 51), sentido que corrobora com Almeida (2019) que compreende que o conceito de raça só pode ser entendido em uma perspectiva relacional, que se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos e antagonismos. Tal palavra só é aventada quando nos referimos a pessoas negras, o branco é considerado uma categoria hegemônica, portanto sem carecer de classificações, no entanto, devido a visões distorcidas, que só atendiam aos interesses das classes dominantes, a raça, no sentido biológico, serviu para extermínio do povo judeu, cigano, armênio e, no caso do Brasil, do povo negro e indígena.

A segunda palavra elencada é o termo “mulata³¹”, que por muito tempo foi utilizado até mesmo como expressão elogiosa e de reconhecimento da beleza negra, um exemplo são os concursos de beleza com o uso desse termo que proliferavam pelo país nas décadas de 1980 e 1990. Na tese de Escobar há menção a uma das rainhas do Clube Treze de Maio que “se apresenta nas dependências do Clube Treze de Maio, com o troféu conquistado no Concurso Estadual de Miss Mulata 1981, em que garantiu o título de 2ª Princesa Mulata Café” (ESCOBAR, 2017, p. 324). No entanto, graças aos estudos do movimento negro e da intelectualidade negra, sabe-se que esse termo é profundamente ofensivo e não deve ser utilizado em nenhum contexto. Por isso ela afirma-se cotidianamente como mulher negra, visto que

sentir-se negra, assumir-se negra é um processo, é uma construção, é um conhecer-se profundamente, pois mesmo com a pele escura e todas as características fenotípicas negras, a negação e invisibilidade diária de suas características físicas, valores e cultura podem fazer duvidar do que se é de fato. E, de tal forma, será necessário um certo tempo para ter aquilo que o poeta e escritor Oliveira Silveira nos deixou como legado, ensinando e explicando de maneira muito simples que é preciso ter “Consciência Negra”, que segundo ele é a busca de um conhecimento a respeito de nós mesmos. (ESCOBAR, 2017, p. 51)

³¹ A palavra, de origem espanhola, vem de “mula” ou de “mulo”: aquilo que é híbrido, originário do cruzamento entre espécies. Mulas são animais nascidos da reprodução de jumentos com éguas ou de cavalos com jumentas. Em outra acepção, são resultado da cópula do animal considerado nobre (*equus caballus*) com o animal dito de segunda classe (*equus africanus asinus*) (RIBEIRO, 2018).

Assim, ela assume sua identidade, sua negritude, o lugar dela é o lugar da mulher negra, e o lugar da mulher negra é onde ela quiser estar. Lélia Gonzalez (2020) relaciona a identidade com a cidadania negra, para a autora, construir-se negra é uma conquista dura e cruel, que se desenvolve no decorrer da vida,

nesse sentido, entendemos identidades negras como um processo em constante construção, desconstrução e reconstrução, a partir do olhar e da experiência da própria mulher negra, que se descobre, se resignifica, se transforma a partir da sua capacidade criativa, sua memória e história destituída por conta de um passado de negação de sua identidade, torturas de seu corpo e aniquilação do seu patrimônio sagrado de matrizes africanas. (ESCOBAR, 2017, p.126)

Nesse processo de construção, desconstrução e reconstrução as mulheres negras passaram por processos fisicamente dolorosos — como os processos realizados para alisamento dos cabelos, com cosméticos e misturas potencialmente nocivos à saúde, bem como com os já mencionados pentes de ferro quente — para se adequarem a um padrão de beleza eurocêntrico, ditado pela sociedade dominante que pregava que as mulheres negras “só seriam belas, vistas e reconhecidas se mudassem o seu corpo, o seu cabelo, a sua maneira de vestir, quem sabe até se não existissem” (ESCOBAR, 2017, p. 303). No entanto, existimos e resistimos há mais de trezentos anos a toda sorte de desapropriação do nosso ser, fazendo uso de todos os recursos que estão ao nosso redor para nos auxiliar nesse processo de “(re)criação” de nós mesmas “e foi assim que somente aos quarenta e seis anos é que passo a conhecer melhor o meu próprio corpo, a não admitir mais nenhum controle sobre o meu cabelo volumoso e crespo” (ESCOBAR, 2017, p. 51). Não é por acaso que Escobar refere-se ao seu corpo e ao seu cabelo no seu processo de construção identitária, pois para as pessoas negras “a intervenção no cabelo e no corpo é mais do que uma questão de vaidade ou de tratamento estético. É identitária” (GOMES, 2019, p. 25). Ao não admitir intervenções em seu cabelo, ela também passa a se ver com outros olhos, sem a lente que o racismo e a branquitude colocaram diante dos nossos olhos para demarcar nossa inferioridade.

Durante o processo de descoberta da negritude, ela foi conduzindo suas pesquisas e estudos de modo a contextualizar e visibilizar histórias de mulheres apoderadas³², especialmente as mulheres negras que construíram e constroem nossa

³² Apoderar ou empoderar? Durante o 4º Encontro do Grupo de Estudos sobre o Pensamento das Mulheres Negras —Atinukéll, em Porto Alegre, em 10/10/2016, uma das coordenadoras do Projeto,

história. No contexto de estudo dos clubes negros muitos deles faziam alusão a data de treze de maio ou a Princesa Isabel — a qual a opinião popular concedeu o título de “redentora”, por ter assinado a lei que deu fim à escravidão —, a autora destaca que um

[...] aspecto singular são os nomes dos Clubes Sociais Negros. Nota-se que a maior parte deles legitimou a Princesa Isabel e prestou homenagens a ela e à data da Abolição da Escravatura, oficializada em 13 de maio de 1888, bem como à data da Lei do Ventre Livre, que deu liberdade aos filhos de escravas nascidos a partir desta data, promulgada em 28 de setembro de 1871, seguida do nome do seu proponente, o Visconde do Rio Branco. (ESCOBAR, 2010, p. 64)

Para Escobar, a assinatura da lei foi fruto de um conjunto maior de pressões exercidas pelo povo negro escravizado, como fugas, revoltas e insurreições, e não somente pela benevolência e pelo espírito caridoso da princesa. Os republicanos eram homens brancos, ricos proprietários de terras que fizeram sua fortuna graças a exploração do trabalho escravizado, que ressentiram-se com Isabel por não terem sido indenizados pela perda de suas “propriedades” humanas, e para desqualificar a futura herdeira do trono, tentavam apresentá-la como uma déspota e autoritária, incapaz de governar. Cem anos e algumas décadas depois, descendentes da mesma elite que deu fim à expectativa de um reinado feminino, fosse ele bom ou ruim, aliados a setores da imprensa, em uma trama muito bem montada, acusaram a primeira mulher legitimamente eleita presidenta do Brasil de governante autoritária (FOLHAPRESS, 2022), sujeita a “explosões nervosas” e, portanto, incapaz de governar (ISTOÉ, 2022). Sob esses argumentos e escusas acusações, Dilma Rousseff, no ano de 2016, em uma sessão de impeachment que entrou para a história do país como vergonha nacional (REDAÇÃO VEJA, 2016), foi impedida de concluir seu mandato. Pela segunda vez, na história do Brasil, o machismo e a misoginia, aliadas ao jogo de interesses e ambições, afastaram uma mulher do cargo de maior poder político do país.

Nina Fola trouxe a questão do significado da palavra “empoderamento”, apontando que: “[...] se refere ao processo de perceber criticamente o discurso da discriminação sofrida, reconhecer-se e assumir sua própria identidade como pertencente ao grupo discriminado; embasar e consolidar a autoestima necessária para tornar-se protagonista da própria vida, apesar da discriminação sofrida. Esse processo significa construir e exercer uma forma de poder em relação a si mesmo e à vida” (MAZAMA, 2009, p. 127). A partir das discussões com as integrantes do Grupo das Atinuké’s chegou-se à conclusão que a palavra mais apropriada a ser usada é “**apoderamento**”, pois empoderar significa também “conceder o poder a alguém” e nós mulheres negras não precisamos ser “empoderadas”, pois o poder está dentro de cada uma de nós, caso contrário, não teríamos sobrevivido há quase quatro séculos de escravidão e exploração (ESCOBAR, 2017).

Escobar aponta as diferenças e as desigualdades internas que podem ocorrer no interior de grupos que lutam por direitos humanos, pois mesmo com uma causa em comum, esses grupos podem ser classistas, sexistas, misóginos e/ou racistas. Na luta pelos direitos humanos o feminismo entra como um grande aliado, pois as mulheres negras estão na base da pirâmide social, abaixo dos homens negros e das mulheres brancas, carregando o acúmulo de opressões sofridas pelos grupos que as antecederam. Considerando essas implicações, o feminismo da forma como foi concedido em sua origem não dá conta das especificidades das mulheres negras, por isso, nos dizeres de Sueli Carneiro

“é preciso enegrecer o feminismo”, pois “fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas”. Para a autora: “Mulheres que não compreenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!” Nós, mulheres negras sabemos bem que “nossos passos vêm de longe” (CARNEIRO, 2008, p. 12)

e que precisamos aprender com outras mulheres os segredos que só elas sabem transmitir, pois aprenderam desde cedo a resistir à tripla discriminação, por serem mulheres, negras e pobres. (ESCOBAR, 2017, p. 53)

Dessa forma, o feminismo negro ganha destaque na obra da autora que, como mulher negra, fala de outras mulheres negras, de suas necessidades, suas histórias e as questões que lhes afetam, não mais guiadas pelo feminismo branco, burguês e racista da classe média, mas um feminismo talhado especialmente para elas. Com essa visão, traz o pensamento da filósofa Djamila Ribeiro para explicar que

o feminismo negro começou a ganhar força a partir da segunda onda do feminismo, entre 1960 e 1980, por conta da fundação da National Black Feminist, nos EUA, em 1973 e porque feministas negras passaram a escrever sobre o tema criando uma literatura feminista negra, entretanto, ela afirma que bem antes disso, mulheres negras já desafiavam o sujeito mulher determinado pelo feminismo. (ESCOBAR, 2017, p.145)

Escobar também apresenta as autoras Clenora Hudson-Weems (1993), Nah Dove (2003) e bell hooks (2005) para especificar uma diferença básica entre o feminismo europeu, no qual os homens são vistos como inimigos, e o feminismo negro, cujas relações de gênero são construídas na base da complementaridade, visto que as mulheres e os homens negros precisam se unir para combater o sexismo, o racismo e o classismo que atingem a ambos. Todavia, mulheres negras passaram e

passam por situações semelhantes de opressão que se perpetuam no decorrer do espaço tempo, como exemplo ela coloca lado a lado a estadunidense Sojourner Truth e a brasileira Carolina Maria de Jesus, duas mulheres negras que viveram em países e séculos diferentes, mas que passaram por situações semelhantes, pelo simples fato de serem mulheres negras,

tanto Sojourner Truth, no século XIX, quanto Carolina Maria de Jesus, no século XX, já anunciavam que a situação da mulher negra era radicalmente diferente da situação da mulher branca. Enquanto mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para serem consideradas pessoas e lutavam sozinhas, como chefes de família, para verem seus filhos “bradarem” de alegria diante de um prato de comida. Seria uma coincidência, ambas serem mulheres, negras, pobres, mães solteiras? (ESCOBAR, 2017, p. 145)

Não é uma coincidência que as mulheres negras sejam as mais empobrecidas, mães solo, que vivam em insegurança alimentar e tenham os piores empregos, isso é tão frequente que recebeu até um nome específico: interseccionalidade.

O feminismo negro interseccional (grifo da autora) foi cunhado por Kimberlé Crenshaw no final dos anos 1980, a qual pautou o feminismo negro e a interseccionalidade, ao abordar as diferenças dentro das diferenças e a forma como as opressões se entrecruzam e são combinadas. Segundo a teórica, “A interseccionalidade já era uma realidade vivida antes de virar um termo”. (CRENSHAW, 2015 *apud* ESCOBAR, 2017, p. 146)

A brasileira e intelectual negra Carla Akotirene (2019), se apropria do conceito de Crenshaw e apresenta a interseccionalidade como uma identidade, da qual o racismo participa interceptado por outras estruturas e, portanto, uma experiência racializada, especialmente no caso do Brasil que,

após 128 da abolição da escravatura, a sociedade brasileira ainda não reconheceu a importância do papel das mulheres negras da diáspora africana na construção do país. Muito menos pediu perdão ou pagou a dívida por quase cinco séculos de estupro colonial [...], exploração, privações, violação do corpo, das mãos, dos braços, das pernas, dos seios e do sexo das mulheres negras. (ESCOBAR, 2017, p. 170)

A dor que cercava essas mulheres nos leva à próxima categoria de análise, a dororidade (PAIXÃO, 2017), uma vez que o sofrimento e a crueldade que lhes era imposta não tinha fim, só o estupro de seu corpo não era suficiente para “quebrar-lhes o espírito”, por isso o escravizador voltava-se também às suas crianças, pois

com frequência, os escravizadores violentavam crianças para assistir ao sofrimento da mãe. Em seu relato pessoal sobre a experiência a bordo de um navio negreiro, os Weldon contaram um episódio em que uma criança de 9 meses foi açoitada continuamente por se recusar a comer. Como o espancamento não fez a criança comer, o capitão ordenou que a colocassem em pé dentro de uma panela de água fervendo. Depois de, sem sucesso, tentar outros métodos de tortura, o capitão jogou a criança ao chão, provocando sua morte. Não suficientemente satisfeito com esse ato sádico, ele mandou que a mãe jogasse a criança ao mar. A mãe se recusou, mas foi espancada até ceder. (hooks, 2020, p. 42-43)

De acordo com hooks (2020), a personalidade das/os africanas/os precisava ser alterada ainda nos navios, para que pudessem ser vendidas/os como “escravas/os dóceis”, para tanto o espírito orgulhoso, arrogante e independente das pessoas africanas precisava ser quebrado. E para que isso ocorresse era fundamental a destruição da dignidade humana, que acontecia através da eliminação de nomes e status, e a dispersão de grupos, para não haver língua em comum e para a retirada de qualquer sinal evidente de herança africana. Para tal, faziam uso de castigos, torturas, assassinatos e tudo de mais sádico ou cruel que lhes ocorressem, pois no Brasil

o comércio de escravizados, ao final do século XVIII, continuou crescendo e representava um símbolo de *status* e uma prática das elites brasileiras que precisavam daquela “máquina servil” indispensável, que com seus músculos e força, movimentavam as engrenagens na construção do Império. Sendo assim, toda e qualquer pessoa que almejasse reconhecimento deveria ter a seu serviço pelo menos um cativo ou cativa, que desempenhavam os mais variados trabalhos, de vendedoras ambulantes, carregadoras de pote³³, até mesmo prostituição compulsória, a parteiras, o trabalho que elas faziam, obrigatoriamente, deveria reverter em lucro para os exploradores da casa-grande. (ESCOBAR, 2017, p. 175)

Como já mencionei em outro momento, resquícios desse “status”, somados a uma classe média medíocre, fazem com que o Brasil seja na atualidade o maior empregador doméstico do mundo, e esse trabalho tem gênero, raça e classe. E mesmo dentro do trabalho doméstico, a mulher negra e pobre ainda é excluída, como nos coloca Gonzalez (2020), que afirma que para lidar com atividades com maior visibilidade, como babá ou copeira, a preferência recai sobre as brancas, mas se for para ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, não há “problema” se a empregada for

³³ “Pote de barro onde os escravos “tigres” carregavam os excrementos dos seus senhores e todo o tipo de dejetos, todas os dias ao anoitecer, balançando à cabeça, onde saiam numa procissão carregando este “triste fardo”, conforme relata Jean-Baptiste Debret, para depois despejá-los ao mar” (ESCOBAR, 2017, p. 176).

negra. Ou seja, até mesmo do indigno cargo da antiga “ama de leite”, a mulher negra é privada, indigno no sentido de que

a **disponibilidade do leite** de uma ama, implicava necessariamente no **afastamento de seus filhos**, os quais sob o ponto de vista dos escravocratas, seriam de pouca ou nenhuma serventia. Ao “alugarem ou adquirirem amas-de-leite”, viam as suas “crias” como um gasto adicional, além de pensarem ser inadmissível a **partilha dos seios** da cativa entre os seus **filhos brancos** e os **“negrinhos”**. As consequências inevitáveis dessas brutalidades da casa-grande traduziram-se na **negação da maternidade** de muitas escravizadas e na alta taxa de **mortalidade de suas crianças**. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007 *apud* ESCOBAR, 2017, p.178, grifo nosso)³⁴

A negação da maternidade é entendida aqui como todos os artifícios de que as escravizadas utilizavam para que sua descendência não passasse pelas mesmas agruras da escravidão, como bem ilustra a cantora negra brasileira Yzalurú (2012), em trecho da letra da música “Mulheres negras”: “Enquanto o couro do chicote cortava a carne/ A dor metabolizada fortificava o caráter/ A colônia produziu muito mais que cativos/ Fez heroínas que pra não gerar escravos matavam os filhos”. E essa morte poderia acontecer em forma de aborto ou depois da criança nascer, com abandonos, afogamentos ou até mesmo com a negação do leite do peito, quando não lhe era permitido amamentar a própria prole, um ato que certamente não acontecia sem dor, tanto física quanto mental, dor que deveria ser “escamoteada” para que essas mulheres conseguissem continuar vivendo.

O trabalho nas charqueadas gaúchas era considerado um dos piores do sistema escravista. Devido a rudicidade do trabalho os escravizados homens eram maioria nas charqueadas sulinas, no entanto, como já exposto nesta tese, a quantidade de mulheres escravizadas era quase paritária ao de homens em diversos municípios gaúchos (BAKOS, 1990). Escobar reporta a dor dessas mulheres que viam seus companheiros e filhos morrerem em pouco tempo, seja pelo sal e ou pelo chicote, mas que eram obrigadas a adoçar a vida dos “finos e cultos” “barões do charque” e suas delicadas senhoras em saraus, banquetes e encontros musicais, ao som do piano, bem ao gosto das elites pelotenses. “Eram as mãos negras que detinham as técnicas

³⁴ Creio ser pertinente destacar que, no decorrer da tese, foram utilizadas citações *apud*, tais citações são encontradas nos escritos das professoras colaboradoras e são apresentadas tal qual foram escritas por elas.

e o “saber fazer” do que se constituiu nos deliciosos doces pelotenses” (ESCOBAR, 2017, p. 172).

Pelotas³⁵ é reconhecida no senso comum por ser a cidade com maior população negra do estado, no entanto, no censo de 2010, menos de 10% de sua população se reconheceu como negra. De acordo com o militante negro César Brisolara (2015), essa porcentagem pode ser contestada até mesmo por amostragem visual. Por muito tempo a contribuição “técnica” e o “saber fazer” das mulheres negras foram solapados da história do preparo dos doces, alardeando apenas a origem e o título de “doces portugueses”. O Bàbá Hendrix Silveira (2012) contesta que na origem os doces até podem ser, mas na prática são brasileiros, um exemplo disso é o “quindim” (palavra de origem africana que em quimbundo significa “dengo”), doce feito com gema de ovos, açúcar e coco, cujo seu parente português seria um doce feito com gema de ovos, açúcar e amêndoas, este último, um ingrediente caro e raro no Brasil colonial, que foi substituído por um ingrediente abundante na colônia e inexistente em Portugal na época, o coco. Nesse processo coube às mulheres negras escravizadas, de certo as únicas cozinheiras disponíveis, e não às “delicadas senhoras” a reestruturação e adequação das receitas, dando origem a doces brasileiros, mas que o epistemicídio da cultura e autoria negra fazem questão de omitir, cabendo às mulheres negras apenas o mito de “boas cozinheiras”.

De acordo com Escobar, outro dos mitos mais recorrentes, que paira sobre o imaginário coletivo, é o da “mulher negra forte”, que reprime seus sentimentos, não ama, não sente dor; essa estratégia de sobrevivência chega a nossos dias como mais uma justificativa do racismo perverso e sádico, que “faz com que na área da saúde as mulheres negras sejam aquelas que recebem menos anestesia, menos atenção e quando ela é pobre, mais agrava essa situação, afinal, ‘elas aguentam tudo” (ESCOBAR, 2017, p. 174).

³⁵ Acontece na cidade, desde 1986, a Festa Nacional do Doce (FENADOCE), que tradicionalmente possui a “corte” formada pela “Rainha do doce” e duas princesas. Em 2006 Francine Dias foi a primeira moça negra a receber o título de Rainha, me recordo que o fato foi bem controverso, gerando discursos raivosos e preconceituosos em vários setores da mídia e nos tradicionais cafés e confeitarias de esquinas, uma vez que para desmerecer a vencedora (que passa por provas artísticas e culturais) aludiam que os organizadores estariam implantando “cotas raciais” no concurso, assunto que começava a ser discutido na época. Por “coincidência”, o certame nunca mais teve uma rainha negra, até 2019, quando duas mulheres negras, de forma inédita, compuseram a corte. No entanto, a organização da festa, alegando uma “volta as origens” aboliu os títulos de rainha e princesas, nomeando as três vencedoras com o título de “baronesas” do doce (GAUCHAZH, 2019). Toda vez que uma pessoa negra ameaça chegar em primeiro lugar, a linha de chegada é alterada.

A personagem Pauline, de “O olho mais azul”, apresenta uma dimensão do quanto pode ser dolorosa a experiência do parto para uma mulher negra em um hospital, desde a falta de atenção até a animalização. Ela começa o relato contando que chegou com dores e

me puseram num quarto grande, com um bando de mulher. As dor tava vindo, mas não muito forte. Um médico baixinho e velho veio me examinar. Ele tinha um montão de instrumento. Pôs uma luva, passou um creme na mão e enfiou a mão entre as minhas perna. Depois que ele foi embora, vieram outros médico. Um velho e outro moço. O velho tava ensinando os moço sobre bebês. Mostrando como fazer. Quando chegou a minha vez, ele disse que com essas mulher vocês não têm problema algum. Elas dão à luz logo e sem dor. Exatamente como as égua. Os moço deu um sorrisinho. Olharam a minha barriga e entre as minha perna. Não me disseram uma palavra. [...] Foram em frente. Eu vi eles conversando com as mulher branca: ‘Como está se sentindo? Vai ter gêmeos?’. Conversa à toa, claro, mas conversa boa. Conversa boa e atenciosa (...). Gemi muito. As dor não tava assim tão forte, mas eu tinha que fazer aquela gente saber que ter um bebê era mais do que ter vontade de ir no banheiro. Eu sentia tanta dor quanto as branca. Não era porque eu não tava gritando e berrando antes que eu não tava sentindo dor. O que é que eles pensava? Que só porque eu sabia como ter um bebê sem fazer espalhafato o meu traseiro não tava repuxando e doendo como o delas? E também aquele médico não sabia o que tava falando. Ele nunca deve ter visto uma égua parir. Quem disse que ela não sente dor? Só porque não grita? Só porque ela não sabe gritar, eles pensa que a dor não tá lá? Se eles olhasse no olho dela e visse os globo arregalado, visse o olhar aflito, eles ia saber. (MORRISON, 2019, p. 125-126)

Infelizmente relatos como esse não se restringem a ficção, durante a pandemia de covid-19 o Brasil foi o país com o maior índice de gestantes e puérperas mortas pela doença (CAMTRA, 2020), a taxa de letalidade brasileira é de 12,7%, significando que, entre 100 mortes no mundo, 77 delas ocorreram no Brasil, colocando o país no topo de mais um triste *ranking*, com o agravante de que as mulheres negras e pobres foram as mais atingidas.

A violência e a dor infringidas ao povo negro permanecem mesmo depois do fim da escravidão, quando suas memórias e seus espaços de resistência não são respeitados. O relato de Escobar, ao entrar pela primeira vez no clube negro Treze de Maio, destaca uma dimensão do epistemicídio cometido contra nossa gente, visto que

um rico acervo documental foi encontrado ao final de 2002 na Rua Silva Jardim, 1407, no andar térreo, pelo grupo de interessados em revitalizar o centenário Clube Afro-Ferrovário Treze de Maio, localizado no bairro do Rosário. Parecia que há muito tempo o lugar estava abandonado e de fato estava, pois a documentação encontrava-se submersa na água que se acumulou no prédio de dois andares durante os anos de abandono, em completa situação de deterioração. (ESCOBAR, 2008 *apud* ESCOBAR, 2017, p. 231)

O valor documental do acervo encontrado não foi levado em consideração pelos agentes públicos, sendo negado as pessoas negras que construíram aquela sociedade o direito de guardar e preservar suas memórias, em um processo de “deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento” (CARNEIRO, 2005, p. 97). Como comprovado por Escobar em estudos posteriores, aqueles documentos encontrados submersos em água, e outros que foram sendo assimilados no processo, serviram para auxiliar a contar a história das pessoas negras em Santa Maria, acervo esse que, se não fosse a Universidade unir pesquisadoras/es abnegadas/os para sua conservação, estaria totalmente perdido, tanto material quanto imaterialmente.

Ao me referir a abnegadas/os expresseo o sentido estrito da palavra, que é o de ação ou atitude de renunciar ou recusar algo ou alguém, sacrificando ou ignorando os seus próprios interesses (SIGNIFICADOS, 2022), pois dedicar-se a tarefa de ressignificar o Clube Treze de Maio para aquela comunidade foi muito além do que se esperaria de um trabalho acadêmico, significou

abdicar de estar ao lado dos familiares, nos finais de semana, ou durante as noites, aproveitando, inclusive, os feriados, para construir diferentes projetos para instituições de fomento que poderiam ser potenciais apoiadoras e financiadoras da recuperação do prédio; buscar outros parceiros técnicos e políticos que se aliassem àquela proposta. Esse agir foi essencial para o processo de reconstrução do antigo Clube Treze de Maio e sua revitalização como museu comunitário, que no ano de 2008 foi considerado pela comunidade local como um dos “150 orgulhos da cidade de Santa Maria”⁷, quando esta completou o seu sesquicentenário. E foi graças às ações coletivas, técnicas e políticas, vontade de fazer, persistência, em especial a luta e organização do movimento social negro, que foi possível avançar na proposta de criação do primeiro museu da cultura negra do Estado do RS, o Museu Treze de Maio. (ESCOBAR, 2010, p. 22)

Um dos primeiros passos para a realização de um trabalho coletivo é existir alguém com a capacidade de mobilizar o grupo. Para que essa pessoa consiga seu intento são necessários argumentos e estudos que comprovem que a realização do trabalho é possível. Com frequência esse tipo de estudo acontece de forma individual, pois desenvolver o trabalho que determinaria os rumos de seu perfil acadêmico de certo exigiu da autora fazer escolhas, processo esse que pode ser dolorido, visto que toda escolha implica em perda.

A dororidade que cerca as mulheres negras faz com que uma se encontre com a experiência de dor vivida pela outra, tal como se sua fosse. Essa dor que Escobar

(2011), como mulher negra, vivenciou desde sua infância no sopé do Morro do Cechela, considerada área de risco; ou ao perceber que o desafio maior não era ingressar na universidade pública, mas sim permanecer nela, arcando com os custos de materiais que o curso exigiu, ou ainda ter de optar pela universidade privada, trabalhando durante todo o dia, para arcar com os custos e mensalidades, e no caso dela ainda tendo que “correr para aprender o inglês”, sendo que colegas de maior poder aquisitivo há muito lecionavam em cursinhos ou realizado intercâmbios para praticar o idioma em países cujo inglês é língua oficial, percebendo que “ser negra no Brasil é estar inserida num ciclo de marginalização e discriminação social” (ESCOBAR; WINCH, 2012, p, 230). E nesse cenário, ainda precisar provar sua competência a todo momento e dirimir mitos e estereótipos resultantes de quase quatro séculos de violência, exploração e maus tratos, visíveis

nos bolsões de miséria das periferias, na crescente população de rua que se acumula e se abriga nos centros das grandes cidades; na ausência de políticas públicas que promovam a igualdade racial, de gênero e de oportunidades; na indiferença da sociedade para as questões que afetam o povo negro e na negligência e desinteresse do Estado para com as demandas específicas da população negra. (ESCOBAR, 2017, p. 180)

Apesar de tantas mazelas as mulheres negras intelectuais estão construindo seu percurso, dia após dia, reivindicando seu espaço, denunciando a ausência de políticas públicas, a violência e o racismo que as afetam, não só as mulheres, mas todo o povo negro, dando voz e a vez a quem foi silenciado por tanto tempo,

como argumenta Tânia Navarro-Swain (2004) “o que a história não diz, não existiu”, entretanto, bem sabemos o quanto a historiografia oficial foi negligente e excludente com os registros materiais e imateriais das populações negras, deixando de dizer e contar as histórias daqueles que tiveram seus corpos e mão-de-obra explorados de forma violenta. Sendo assim, pretendemos aqui evidenciar outras narrativas que merecem ser destacadas. (MARTINS; ESCOBAR, 2018, p. 13)

Retomo aqui a “história que a história não conta” e o quão importante tem sido o resgate de histórias negadas e ocultadas por tanto tempo, histórias que a branquitude só contou uma versão, a versão do colonizador, enquanto as pessoas negras eram silenciadas através da “máscara do silenciamento”³⁶. A máscara do

³⁶ A “Escrava Anastácia” virou símbolo do uso desse instrumento de tortura, sua imagem com a máscara e o colar de ferro no pescoço é uma imagem icônica da dominação e brutalidade colonial.

silenciamento também foi um instrumento concreto, utilizado no rosto das/os escravizadas/os para impedir que comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era a imposição do medo, da tortura e da mudez, simbolizando uma política sádica de conquista e dominação (KILOMBA, 2020). Dessa forma, a fala era emudecida, a única voz existente era a do colonizador, que assim silenciava as histórias, a manutenção da língua materna, a cultura oral e os possíveis projetos de fugas e/ou rebeliões, resultando no silenciamento da história de um povo, visto que

em uma sociedade ainda marcada por heranças da escravidão, como é o Brasil ainda hoje, conseguir fontes sobre a história da população negra não é uma tarefa fácil. Para isso, devemos ir além de livros que majoritariamente são escritos por homens brancos. Devemos, assim, procurar por lugares marcados por resistência e negritude, onde ainda permanece viva a história oral. Um exemplo são os espaços associativos negros [...]. (MARTINS; ESCOBAR, 2018, p. 12)

A autora encontrou nos clubes negros um lugar em que a voz, sempre silenciada, era ouvida, não só entre seus pares, mas que extrapolava as paredes e espaços para que “os próprios sujeitos atingidos pela violência, ou seja, homens e mulheres negras escravizadas ou até mesmo em liberdade, os quais estavam permanentemente em luta” (ESCOBAR, 2017, P.155), pudessem ter seu local de expressão e resistência, em que suas histórias, contadas e recontadas, se mantiveram vivas.

Na atualidade, de acordo com Escobar (2017), há um grande contingente de pesquisadoras/es negras/os que não se sujeitam mais a ser “objetos de estudo”, mas que se apropriam de temas que lhes afetam, especialmente intelectuais negras de diferentes áreas, pesquisadoras e ativistas, que quebram a hegemonia branca nas universidades e lutam contra a invisibilidade, o racismo, o sexismo, a pobreza e a opressão de gênero. A voz levantada por Sojourner Truth, na convenção das mulheres de 1851 ainda ecoa entre nós, levantando o viés de classe e o racismo, bem como a luta para “conseguir falar” (DAVIS, 2016) em um mundo ainda dominado pelo racismo e preconceito. Como intelectual negra, Escobar traz essas vozes silenciadas, trajetórias de vida e enfrentamento político, de uma comunidade negra que foi oprimida pela branquitude dominante, dessa forma, ela resgata e cataloga documentos, como livros de atas, carteirinhas de sócios, notícias em jornais, fotos,

registra depoimentos orais e também em vídeo, como o organizado no Museu Comunitário Treze de Maio,

neste vídeo, o Museu Comunitário é definido em “treze palavras” e os sujeitos principais são os próprios dinamizadores, idealizadores e vivenciadores do espaço que dão seus depoimentos, tornando-se visíveis dentro e fora do Museu, apropriando-se de um discurso próprio, não mais “alguém falando da/pela comunidade negra”, mas a “própria comunidade negra falando por ela mesma” e com seus próprios recursos. (ESCOBAR; MORAES, 2012, p. 279)

A autora acredita que “uma outra história dos negros e negras brasileiras deve ser contada, reescrita, e sob o ponto de vista das/dos intelectuais negros” (ESCOBAR, 2017, p. 105). Como já colocado no estado do conhecimento, as/os acadêmicas/os negras/os estão alcançando os cursos de pós-graduação à nível de mestrado e doutorado e trabalhando temas que lhes são caros, como as questões ligadas a negritude. Dentro desses estudos um tema de destaque são as mulheres negras que ocupam a base da pirâmide social e, historicamente, tiveram suas vozes silenciadas, mesmo dentro do Movimento Negro, que não vislumbram “o papel da mulher negra nos projetos políticos das correntes do Movimento Negro nem na distribuição do poder nas instâncias de decisão e na distribuição das lutas empreendidas” (CARNEIRO, 2019, p. 168). Dessa forma, Escobar acredita na importância das próprias mulheres contarem suas histórias, e as mulheres negras principalmente. É necessário que as mulheres negras, “silenciadas por séculos, apropriem-se de conhecimentos que as apoderam coletivamente e impulsionam a tomada de espaço na sociedade, já que outrora jamais foram consideradas como sujeitos na produção de ciência” (ESCOBAR, 2017, p. 109). A escrita da autora busca construir uma nova história, tendo como testemunhas aquelas que foram apagadas dos registros históricos, resgatando histórias, como a das soberanas dos clubes sociais negros, que

investigamos e tentamos entender como as rainhas e princesas daquele período “gritaram” contra o sistema opressor, ou mesmo se acomodaram, negociaram, assimilaram as regras impostas pela sociedade branca e racista de Santa Maria. E, para além disso, o que nos interessa sobremaneira são as formas criativas como foram construídas as suas trajetórias naquele contexto. (ESCOBAR, 2017, p. 106)

O contexto a que a autora se refere circula em suas pesquisas entre as décadas de 1960 a 1980, época em que uma das formas de “gritar” contra o sistema opressor

era manter seu cabelo “black” ou trançado, atitude diretamente associada à militância política, “muitos(as) jovens negros(as), quando pararam de alisar o cabelo, perceberam o valor político atribuído ao cabelo alisado como sinal de reverência e conformidade frente às expectativas da sociedade” (hooks, 2005 *apud* ESCOBAR, 2017, p. 266). Além de ser uma forma de “fala” o cabelo assume uma conotação de resistência, como apresenta Escobar, que em 1966

o jornal *A Voz do Treze* tinha como um dos patrocinadores do periódico um cabeleireiro que convocava as mulheres negras, com a seguinte propaganda “*não se encomode com o seu cabelo*”, pois o especialista “resolveria” o “problema” com o conhecido “ALIZAMENTO A FRIO”. Muitas mulheres negras ouviram o chamado de “Zizi-Zilmar”, outras, como esta pesquisadora, levaram exatamente o tempo entre essa propaganda e a elaboração da presente tese para pensar em outras possibilidades de existir, com o seu cabelo natural em total liberdade. (ESCOBAR, 2017, p. 204)

Ao “pensar em outras possibilidades de existir” ela resistiu a um padrão de beleza imposto ao corpo da mulher negra, que tem no cuidado com a aparência mais que um simples capricho ou acessório, mas uma estratégia de grupo, que quer afirmar que detém determinados atributos de classe raramente associados aos negros na sociedade brasileira (ESCOBAR, 2010). O cabelo crespo das pessoas negras é objeto constante de insatisfação, mas também visto como uma revalorização que “extrapola o indivíduo e atinge o grupo étnico/racial a que se pertence. Ao atingi-lo, acaba remetendo, às vezes de forma consciente e outras não, a uma ancestralidade africana recriada no Brasil” (GOMES, 2019, p. 26).

A resistência e o racismo caminham lado a lado, para cada ato de racismo o povo negro precisou pensar estratégias de resistência, existiu o mito de que no RS não existem negros e de que a escravização foi mais “branda” ou que haveria uma “democracia pastoril”, em que peões negros e patrões trabalhariam irmanados “em pé de igualdade” (ESCOBAR, 2010), o que nunca existiu. O que existiu foi o genocídio do povo negro nas charqueadas, e que continua existindo pela sociedade brasileira uma

total falta de culpa e vergonha de um passado escravista, que explorou e jogou para as margens homens e mulheres negras que ainda enfrentam situações de racismo, que não são velados e, sim repaginados e mais elaborados, ao excluir as mulheres negras de todo e qualquer espaço de poder político, econômico, cultural e midiático. O racismo no Brasil é uma questão difícil de ser tratada, pois ele é negado, relativizado, afinal “somos todos iguais”, como diz o senso comum, naturalizando e minimizando a

complexidade do problema e, quanto mais se lança luz sobre ele, mais ele cega as pessoas e não as deixa enxergar. Nesse sentido, o mito da democracia racial foi uma invenção perfeita, para mascarar os conflitos existentes entre brancos e negros, mesmo sabendo que eles existem. (ESCOBAR, 2017, p.170)

Como colocado no início desta tese, não se pode combater aquilo que não existe, por isso as denúncias de racismo são fundamentais para desmascarar o mito da democracia racial. Nesse sentido, falar de cidadania negada, intolerância étnico racial e desigualdades (como o acesso aos serviços básicos de saúde, habitação, e educação) é um ato de resistência, especialmente em um país como o Brasil que, no final do século XIX, se esforçou para criar uma identidade nacional fundada nas teses de “racismo científico e de inferioridade biológica dos africanos, e concretizados em políticas de atração de imigrantes europeus e em barreiras aos negros no nascente mercado de trabalho urbano” (ESCOBAR, 2010, p. 44).

A assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, uma lei com apenas dois artigos — no primeiro declara extinta a escravidão no Brasil, e no segundo revoga as disposições em contrário — não previu nenhuma forma de compensação ou reintegração da população negra ex escravizada ao mercado de trabalho remunerado, pelo contrário,

as elites nacionais pautaram-se em teorias racialistas para criar uma imagem do país sem a presença do negro. Tais teorias difundiam a inferioridade da etnia negra, apresentando-a como animalésca e incivilizada. Neste cenário preconceituoso e excludente, restaram ao negro, as posições mais subalternas da sociedade. Segundo Sodré (1999, p. 85) “as teorias raciais transformavam-se em ferramentas para a invenção de uma identidade nacional”. Diante do cenário nacional do período, se desenvolveu o processo de embranquecimento da nação brasileira. Visando promover a tal imagem “civilizada e culta” do país, as elites da época incentivaram a imigração de trabalhadores europeus para o Brasil. Os imigrantes ajudariam no processo de branqueamento da população brasileira. (ESCOBAR; WINCH, 2012, p, 229)

Do dia para a noite ex escravizadas/os foram despojadas/os de suas moradias, sem acesso ao emprego e à terra em que sempre haviam trabalhado, sendo substituídas/os por imigrantes brancos assalariados, iniciando um processo de marginalização e discriminação das/os trabalhadoras/es negras/os, “até aquela data elas e eles haviam sido considerados bons para o trabalho escravo. A partir de então passaram a ser considerados ruins, incapazes para o trabalho livre” (GONZALES, 2020, p. 218), recebendo alcunhas como burras/os, sujas/os, indolentes,

preguiçosas/os, arruaceiras/os e toda forma de tratamento pejorativo que pudesse minar a autoestima e capacidade dessa população, há tanto explorada,

Domingues (2004) afirma, ainda, que este negro alijado constituiu seu próprio mundo, ideando aí as suas próprias mitificações. Desde a margem extrema do todo social, ele se reorganiza e vai pouco a pouco reabsorvendo as camadas societárias que pareciam destinadas a destruí-lo. Nos livros de ocorrência que sobreviveram das delegacias da Primeira República, onde se praticava uma forma de genocídio contra o negro, o famoso “apanhar borracha”, pode-se verificar a enorme quantidade de conflitos dentro e fora dos locais de trabalho. Nesses lugares, rejeitava-se o negro em sua condição de ser humano. Nos relatórios dos hospícios, completam-se os dados do fichário policial. Os negros são sempre visualizados como mentirosos, paranoicos, alcoólatras e dementes, negando-se por completo a historicidade de suas próprias narrativas de vida. (ESCOBAR, 2010, p.45)

Para manter a narrativa criada pela branquitude dominante “a imagem do negro foi bestializada, associada a atraso e degradação social. O bandido, o degenerado, o vagabundo, o sujo e o bruxo foram apenas alguns dos estereótipos vinculados aos ex-escravos” (ESCOBAR; WINCH, 2012, p, 230). Desse modo a tal “identidade nacional” e a imagem das pessoas negras, foi estrategicamente planejada pelas elites brasileiras, especialmente através de uma série de estereótipos, que permeiam até hoje o imaginário nacional e mantém um sistema baseado no racismo, opressão e discriminação, uma vez que, ao pensar na palavra “estereótipo” pode-se verificar que se trata de uma expressão bastante atual, que persiste ao longo dos séculos, em especial no século XXI, podendo-se citar inúmeros exemplos na sociedade brasileira de como a mídia ainda representa homens e mulheres negras. Exemplo disso é o racismo explícito no programa televisivo “Zorra Total” da Rede Globo (2012), que utiliza um ator que pinta a cara de preto e ridiculariza as mulheres negras (feias, desdentadas, ignorantes, fazendo referências pejorativas aos cabelos dos negros), ou até mesmo de forma “cômica”, como os atores Muçum, Tião Macalé, que sempre representaram personagens associados ao alcoolismo, à preguiça, à falta de cultura e de inteligência, o que podemos chamar de “regime racializado de representação”. (HALL, 1997 *apud* ESCOBAR; MORAES, 2012, p. 279)

Estereótipos que foram mantidos e incentivados por uma mídia racista, em que, nos anos de 1980, a mulher negra era sempre a empregada doméstica, o homem negro o jardineiro da casa de pessoas brancas. E os produtos destinados a pessoas negras reforçavam preconceitos, como um anúncio da Henê³⁷, que anunciava tornar “liso e bom” o cabelo “crespo e ruim”. Mas raramente pessoas negras eram apresentadas em situação de igualdade com pessoas brancas (ESCOBAR; WINCH, 2012, p, 230). Mais de quarenta anos depois, ao assistir por algum tempo uma telenovela brasileira, iremos nos deparar com uma empregada doméstica trabalhando em uma casa de pessoas brancas, e essa empregada é uma mulher negra. A

³⁷ Produto cosmético que alisa e pinta o cabelo.

estratégia de subalternização do povo negro continua sendo sistematicamente mantida pelas elites dominantes.

Para a intelectual negra moçambicana, Paulina Chiziane (2014), a língua portuguesa, que veio com o colonialismo, também pode ser mais um instrumento de dominação, preconceito e inferiorização. De acordo com a autora, a linguagem pode descaracterizar e trazer um sentimento de superioridade sobre os povos africanos colonizados, tais como as palavras

“curandeiro”, “charlatão”, “feiticeiro”, “catinga”, etc., pois aquele que para o colonizador era a representação do “feiticeiro”, para os povos africanos representava o “mestre do saber”, o “griot”, o contador de histórias, o mais experiente, as bibliotecas vivas das comunidades tradicionais africanas. Segundo Chiziane (2014) essas representações negativas construídas historicamente pelo colonizador acerca do africano só contribuíram para reforçar os estigmas e estereótipos sobre o negro. Ela afirma que “é preciso descolonizar a língua portuguesa” e “largar língua como cobras”, ou seja, largar as palavras que inferiorizam os povos historicamente discriminados, para que essa seja de fato uma língua que dignifique os povos. E, para tanto, a pensadora africana aponta para a necessidade de “ficar independente dos velhos dicionários coloniais” que não dignificam os povos africanos [...]”. (ESCOBAR; MORAES, 2018, p. 52)

Buscar pela dignidade, também nas expressões da fala, tem sido uma constante dos movimentos negros, a própria questão do uso da palavra negra/o ou preta/o expressa a busca por essa ressignificação, pois a língua “por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade” (KILOMBA, 2020, p. 14), identidade que o colonialismo fez questão de suprimir por séculos, por isso

é fundamental lembrarmos que a discussão sobre a história dos afro-brasileiros por muitos anos foi contada a partir de uma visão eurocêntrica que a descrevia dentro de um sentido único de descendente de escravizados, como se a história das populações africanas vindas para o Brasil iniciasse com a escravidão. Nesse contexto tentaram reduzir a identidade e a memória afro-brasileira somente aos processos de escravização sem mencionar a resistência dos africanos no Brasil e seus descendentes ao sistema de dominação, por intermédio de inúmeras práticas culturais e negociações. (ESCOBAR; FELIPE; FERNANDES, 2020, p. 197)

Uma prática cultural comum às pessoas negras escravizadas e/ou livres era a criação de irmandades ou confrarias, em que as pessoas negras reuniam-se para confraternizar, prestar ajuda mútua, rezar, festejar, arrecadar fundos para alforrias e outros. Durante muitos anos as irmandades e confrarias foram vistas pelos

historiadores como lugares onde as pessoas negras eram doutrinadas pelo catolicismo, no entanto, estudos posteriores reviram a posição desses grupos, que passaram a ser identificados como locais de resistência, nos quais a convivência com pessoas brancas dificilmente se dava de forma pacífica (ARENCE, 2015). Outra agremiação negra, com objetivos semelhantes, eram os Clubes Sociais Negros que, excetuando o caráter religioso, cumpriam as mesmas tarefas das irmandades e confrarias, ainda dispondo de aulas de alfabetização, bibliotecas e espaços de lazer, cumprindo uma obrigação que deveria ser do governo, mas que foi posta à margem “de políticas públicas de educação, de saúde, de lazer e de sociabilidade, atribuindo ao povo negro a tarefa de se gerir com poucos ou quase nada de recursos e tirar do próprio bolso tudo aquilo que seria dever do próprio Estado” (ESCOBAR; MORAES, 2016, p. 31).

Como até aqui discutido, mesmo liberto as pessoas negras continuavam a não ter acesso a trabalho e locais de ascensão, como escolas e locais públicos frequentados por pessoas brancas (MARTINS; ESCOBAR, 2018), entre esses locais “proibidos” a pessoas negras estavam os clubes sociais de pessoas brancas. De acordo com Escobar (2016), a prática social e cultural de pessoas negras não poderem frequentar clubes de pessoas brancas permaneceu no Rio Grande do Sul, estado hegemonicamente branco, quase até o final da década de 1980, contrastando com a imagem de democracia racial que até hoje é vendida como principal característica do Brasil, em que o racismo e a branquitude não são assumidos nem evidenciados, mas estão submersos nas profundas desigualdades raciais e sociais existentes no país.

Em pesquisa realizada no período de 2006 a 2009, Escobar destaca que o estado do Rio Grande do Sul é a maior expressividade no segmento dos Clubes Sociais Negros, com 53 entidades mapeadas e cadastradas pelo Museu Treze de Maio de Santa Maria/RS, embora esses espaços também sejam encontrados em outros estados, como Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (ESCOBAR, 2010, p. 74). Esse dado demonstra a resistência do povo negro gaúcho, que se uniu em agremiações, buscando cidadania, direito a memória e reconhecimento, uma vez que

foi negado às populações afro-brasileiras o direito oficial de valorização de seus bens patrimoniais, pois, de acordo com as prerrogativas do Estado, seus bens não possuíam valor excepcional. De maneira que terreiros, territórios

quilombolas, clubes negros, bairros e vilas operárias, entre outros, nunca foram reconhecidos enquanto tal, embora quando do período de institucionalização dos bens patrimoniais brasileiros, nas primeiras décadas do século XX, já fossem espaços de representatividade religiosa, ação política, resistência cultural e étnica, ou seja, verdadeiros núcleos de sociabilidade. (ESCOBAR; FELIPE; FERNANDES, 2020, p. 197)

Escobar (2010; 2016) ainda aponta como fatores de resistência as ações afirmativas, como as cotas nas universidades e a criação e aplicação da Lei 10639/03, que aliadas a outras medidas significaram a possibilidade de contar uma história de resistência negra ainda não contada, ou que somente era retratada sob o ponto de vista dos opressores, que oferecem à população negra somente o lugar da escravidão, da subserviência e não a história de homens e mulheres negras que desenvolveram estratégias de resistência contra a invisibilidade, a pobreza, o sexismo e contra o racismo.

Para Escobar, a marginalização legalizada do povo negro impediu que a maioria pudesse ter acesso ao trabalho, o que fez com que homens e mulheres negras liderassem as estatísticas dos bolsões de miséria nas vilas e favelas, sem direito à saúde, à educação, à moradia digna, ao trabalho, ao lazer e que fosse proibido por lei a ter acesso à terra e aos mecanismos de mobilidade social. Como estratégia para resistir ao racismo

uma parcela de trabalhadores negros, no pós-abolição, foi incorporada às instituições públicas como a marinha, o exército, a ferrovia, e, em especial no Rio Grande do Sul, introduzidos nos quadros da Brigada Militar, criada pelo Governo Júlio de Castilhos, em 1892. Ressalta-se que, embora estes trabalhadores negros ocupassem os quadros mais subalternos, de menor remuneração, foi também através destes mecanismos que os negros vislumbraram uma melhor expectativa de vida, “negociando diariamente para poder viver, algo mais que o mero sobreviver”, por meio do trabalho assalariado, o que de certa forma permitia mobilidade social, garantindo condições para que também pudessem construir suas associações e fundar os seus clubes sociais negros, que, no Rio Grande do Sul, surgem especialmente no período pós-abolição. (ESCOBAR, 2010, p. 46)

De acordo com Carneiro (2011, p. 110) “o acesso ao emprego e ao trabalho é condição primordial para a reprodução da vida, e sua exclusão é também a primeira forma de negação desse direito básico da cidadania”, ao buscarem “viver” e não só “sobreviver” esses homens buscaram uma cidadania que lhes foi roubada no tempo da escravidão, com o serviço público conseguiram alcançar uma mobilidade social que outros negros não atingiram, propiciando o surgimento de uma “elite negra”

empoderada (ESCOBAR, 2010), que para a maioria representou a primeira geração familiar a experimentar esse grau de mobilidade social, circulando e convivendo entre pessoas de nível social mais elevado, como também, sofrendo resistências e tensionamentos decorrentes do racismo e da precariedade de laços no interior dos novos ambientes. Sobre esse assunto, a autora ressalta que “no Brasil, o silêncio a esse respeito é quase total e causa estranhamento falar que este país também avançou pelas mãos de uma classe média negra emergente” (ESCOBAR, 2017, p. 47) que construiu clubes sociais negros, reunido pela “necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio” (ESCOBAR, 2010, p. 61).

Escobar avalia que esses espaços associativos surgiram como um contraponto à ordem social vigente, além de constituírem um local de visibilidade, empoderamento, lazer para a população negra — que era impedida de frequentar os clubes sociais brancos — e para angariar fundos para o pagamento da liberdade dos trabalhadores negros escravizados, auxiliar nas despesas com funeral, defender os direitos e a educação de seus associados e atuar de forma incisiva na luta contra a escravidão e a discriminação racial. A autora acredita que

conhecer os clubes sociais negros, suas histórias, seus atores, suas dinâmicas, seus rituais de preparação para a festa, seus agentes políticos é uma das formas de superar o preconceito, promover a luta antirracista e valorizar o legado cultural afro-brasileiro, na busca permanente por uma educação que se quer plural, inclusiva e igualitária. O ano de 2014 também se revestiu de um significado importante, pois, após oito anos de lutas, pesquisas, encontros e reivindicações do movimento de clubes sociais negros do Brasil, o Governo brasileiro assumiu para si a responsabilidade de mapear os clubes sociais negros em âmbito nacional, para que esse legado não seja esquecido e que, a partir dessa ação, possa, de fato, haver uma proteção e políticas públicas de manutenção desse patrimônio tão caro à população afro-brasileira. (ESCOBAR; MORAES, 2016, p. 22-23)

De acordo com Gonzalez (2020), um povo que desconhece sua própria história, sua própria formação, é incapaz de construir o futuro para si mesmo. Em vista disso, intelectuais como Escobar

reivindicam o direito à memória e ao reconhecimento de um importante segmento da população afro-brasileira na história deste País, ou seja, os espaços de sociabilidade e solidariedade construídos pelos negros, em especial no período pós-abolição. Toda memória pressupõe registro, materializado até mesmo no próprio corpo. É necessário guardá-la em diferentes tipos de suporte (livros, áudio, vídeo, fotografias, catálogos, cds, dvs, documentários, internet etc.), deixando, assim, registradas as

experiências, os saberes, as sensações, as emoções, os sentimentos, importantes para uma determinada comunidade, num determinado tempo. (ESCOBAR; MORAES, 2016, p.41)

Escobar ressalta que a Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, ampliou o conceito de patrimônio cultural brasileiro, ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, estabelecendo assim: o registro e o inventário como instrumentos de preservação desses bens e o reconhecimento de que é preciso incluir entre o patrimônio brasileiro bens culturais que se referem aos diferentes grupos formadores da nossa sociedade, garantido que o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (ESCOBAR; MORAES, 2016). As culturas populares permanecem latentes, essencialmente nas memórias daquelas pessoas que as viveram, para a autora a memória é um direito, é uma escolha, é uma eleição, é um poder, é essencialmente seletiva e por isso pode ser utilizada como instrumento de mudança social e desenvolvimento, a favor do direito ao patrimônio individual ou coletivo ou àquilo que a sociedade elege para ser lembrado ou esquecido. Desse modo, considerando essas implicações, os Clubes Sociais Negros reivindicam o direito à memória e ao reconhecimento da população afro-brasileira na história deste país (ESCOBAR, 2010, p. 154). Para a autora a educação é um forte instrumento de resistência e luta contra o racismo, uma vez que

foi na sala de aula que eu juntamente com mais três colegas do Curso de Especialização em Museologia/UNIFRA (2001-2002), encantados com as teorias do Ecomuseu Comunitário, de Hugues de Varine e pelos nossos mestres, que a cada final de semana nos deixavam maravilhados com as possibilidades de renovação a partir da museologia, começamos a elaborar o Projeto do Museu Treze de Maio, que desde a sua origem, muito mais que valorizar o acervo material e a importância da eficiência técnica, seu objetivo foi o de valorizar a “vida”, o patrimônio imaterial, afetivo, simbólico e cultural inserido naquele prédio que precisava de medidas urgentes para sua revitalização, já que suas instalações se encontravam em estado lamentável, extremamente precárias. (ESCOBAR, 2010, p. 20-21)

Dessa maneira, foi a partir do objetivo de “valorizar a vida”, o patrimônio imaterial, afetivo, simbólico e cultural materializado no prédio do “Treze”, que estimulou Escobar e seus colegas a iniciarem o projeto de revitalização desse espaço e a implantação de um “museu diferente”, inspirado na museologia social e comunitária, constituído e organizado por pessoas que se dedicam de forma voluntária, solidária, pautadas pelo sentimento de pertencimento a esse local e que

dele se apropriam pelo seu significado histórico, político, simbólico, afetivo. O ponto que aproxima os grupos negros que fazem parte do Treze é a luta antirracista e a vontade de afirmar suas identidades, além da preservação de suas raízes. No passado, se estabeleceu como um reduto de sociabilidade negra que na prática já fazia o que o Estado deixava de fazer: aulas de reforço escolar, biblioteca negra, trabalho com autoestima da juventude negra, organização de jornais que pautavam assuntos de interesse da população negra, como “A Voz do Treze”, dentre outras ações. E foi nesse contexto que começou o interesse de Escobar em conhecer mais de perto os clubes sociais negros e a sua própria história. Inicialmente pesquisou a história do “Treze”, que culminou com sua participação no processo coletivo de construção, articulação política, elaboração do projeto e organização do 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, realizado em novembro de 2006, em Santa Maria (ESCOBAR, 2010; ESCOBAR; MORAES, 2016).

Ao se reunirem em rodas de conversa, aquela comunidade que viveu os “tempos de glória” do Treze, rememoraram um tempo de afetividades, pertencimentos e amorosidades. Para hooks (2010), viver em uma sociedade onde prevalece a supremacia dos brancos faz com que a vida das pessoas negras seja permeada por questões políticas que explicam a interiorização do racismo e de um sentimento de inferioridade, que altera nossa habilidade de querer e de amar, pois fomos e continuamos sendo tão profundamente feridos que tivemos afetada nossa capacidade de sentir e de amar. Para as pessoas negras que por tanto tempo foram obrigadas a “serem fortes” e não demonstrarem sentimentos, “se permitir” sentir é um ato de resistência e luta contra o racismo, pois

numa sociedade racista, machista, sexista e excludente, como é a sociedade brasileira, alguns grupos são escolhidos para serem amados, outros não. O amor tem cor/raça/etnia e mulheres e homens negros fazem parte de um grupo que durante séculos foi privado de poder escolher com quem gostaria de ter suas relações afetivas, que foram ensinados pelos colonizadores exploradores a cultivar o ódio de si mesmos, de suas imagens, de seus corpos e dos seus pares. Nesse sentido, quando um lugar é criado por negros e para negros, com o objetivo de celebrar o amor e de congregar famílias negras que juntas conseguiram construir e edificar um espaço para o lazer, para a festa e para darem continuidade ao grupo étnico-racial negro, é algo extraordinariamente revolucionário. (ESCOBAR, 2017, p. 314)

Em boa parte de suas pesquisas e escritos, Escobar fez a opção política de valorizar as mulheres negras, suas imagens e seus corpos uma vez que “a estética da mulher negra é política. Mesmo que não se queira, nossos sinais diacríticos como

cabelo crespo, nariz largo, lábios grossos, falam por nós!” (ESCOBAR, 2017, p. 338). Ao pesquisar sobre as rainhas dos clubes negros Treze de Maio e 24 de Agosto a autora apoderou-se de sua própria imagem e história, tirando essas mulheres do papel de objeto que “enchem os olhos”, mas colocando-as como protagonistas de suas histórias, que cuidavam/cuidam umas das outras, com afeto, com carinho e com amor, salientando uma estética que a sociedade branca hegemônica, especialmente a gaúcha, não quer ver, e ainda fez/faz questão de esconder, mas que tiveram/têm papel fundamental na sociedade brasileira: “as mulheres negras do sul do Brasil existem e, ao contrário do que paira no imaginário nacional, ‘Negras do sul. Aqui também tem!’” (ESCOBAR, 2017, p. 343). E elas não só existem, como são intelectuais ativas que participam de associações como a

a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negras/as, uma organização da sociedade civil em nível nacional, de caráter científico e cultural, que resulta de um processo de mobilização e articulação na luta contra a hegemonia do racismo no Brasil (institucional, estrutural e epistêmico) e na busca de sua superação. Portanto, um espaço institucional criado por ativistas e intelectuais negros/negras [...] uma organização destinada à defesa da pesquisa acadêmico-científica e/ou espaços afins realizada prioritariamente por pesquisadores/as negros/as, sobre temas de interesse direto das populações negras no Brasil e de todos os demais temas pertinentes à construção e à ampliação do conhecimento humano e, igualmente, ao desenvolvimento sócio político e cultural da sociedade brasileira. Sua missão é congrega e fortalecer pesquisadores/as negro/as e outro/as que trabalham com a perspectiva de superação do racismo, e com temas de interesse direto das populações negras no Brasil, na África e na Diáspora [...]. (ESCOBAR; FELIPE; FERNANDES, 2020, p. 197)

Nesse sentido “a luta pela sobrevivência do grupo exige instituições que forneçam às mulheres negras as ferramentas necessárias para lutar” (COLLINS, 2019, p. 333). Para Escobar, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) e os grupos correlatos constituíram-se em espaços de pesquisadoras/es de origem ou de ascendência negra que carregam uma ética da convicção da luta antirracismo adquirida ou incorporada do movimento negro e se posicionam em prol da igualdade racial e de políticas de promoção dessa igualdade no ambiente universitário e fora dele (ESCOBAR; FELIPE; FERNANDES, 2020, p. 197). Portanto, as discussões sobre memória e o patrimônio cultural do Brasil não podem mais desconsiderar o modo como a população afro-brasileira construiu sua resistência aos processos de marginalização e como essa população rememora a história e herança de seus ancestrais africanos, uma vez que sempre produzimos memória, mesmo que não

reconhecida na construção do estado nacional brasileiro, a nossa memória sempre esteve presente em nosso cotidiano, por meio de festas, associações, clubes negros, imprensa negra, teatro negro, terreiros e diversos outros territórios que atravessam a nossa história e as identidades da população afro-brasileira, que estão vinculadas a confraternização, troca simbólica que inclui pedras, plantas, animais, seres humanos vivos e mortos.

Certamente o espaço-tempo não está isento de conflitos e lutas, muitas lutas, porque não há como esquecer que a miséria e a pobreza atingem sistematicamente as/os negras/os brasileiras/os (ESCOBAR; FELIPE; FERNANDES, 2020), mas intelectuais como Escobar estão ativas e produtoras para nos lembrar que descendemos de reis e rainhas apoderadas e que com consciência da negritude construímos nossa identidade aliadas ao feminismo negro e buscamos nossa visibilidade nos unindo na superação da dororidade que atinge a todas; “gritando” a uma só voz nossa resistência a todas as formas de opressão, para que juntas nos unamos ao combate ao racismo que tanto tenta nos destruir.

4.4 “DE UMA CIDADANIA NEGADA A UMA CIDADANIA CONQUISTADA”: PROFESSORA DOUTORA SÁTIRA PEREIRA MACHADO

Figura 5 — Professora Dra. Sátira Pereira Machado



Fonte: Fotografia cedida do acervo pessoal de Sátira Pereira Machado

No início do seu texto de apresentação do Lattes, a professora Sátira informa que possui habilitação para o magistério, pelo Instituto de Educação General Flores

da Cunha, de Porto Alegre (1988) e que cursou graduação em Jornalismo na Escola de Comunicação, Artes e Design (FAMECOS), da PUCRS com destaque de que foi com Bolsa PUCRS. Sua graduação foi concluída em 1995 (MACHADO, 2020). Já em 1998 concluiu seu aperfeiçoamento pelo programa de pós-graduação em Letras, com bolsa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), também pela PUCRS, sob o título “A vida literária no RS”. Ainda na PUCRS, no mesmo ano, inicia seu mestrado em Letras, onde apresentou a dissertação “Os poemas animados pelo Castelo Rá-Tim-Bum: aproveitamento da poesia infantil na televisão”. Sua dissertação deu origem ao livro “Poesia Infantil na TV: a experiência do Castelo Rá-Tim-Bum”, obtendo o título de Mestre no ano 2000.

Nesse período há uma pausa em sua formação acadêmica, que só é retomada no ano de 2008, com o ingresso no doutorado em Comunicação, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), tendo como título de sua tese “Comunicação, Educação e Negritude: interações de professores/as com as mídias e a cidadania de afro-brasileiros/as em contextos escolares de Porto Alegre”, recebeu o título de Doutora no ano de 2013. Pouco tempo depois, em 2016 – 2019, inicia seu Pós-Doutorado pelo programa de pós-graduação em Comunicação (POSCOM), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Observo que a retomada dos estudos na pós-graduação *stricto sensu* sinaliza a temática negra em sua tese do Doutorado.

Quanto aos vínculos empregatícios, Machado apresenta uma variada gama de atividades, seus primeiros registros informados datam de 1990, sendo todos eles ligados a PUCRS (1990 – 2015), iniciando como assessora em Curso de Extensão e na produção de revistas. Ao ingressar na graduação em jornalismo (1992), ela passou a ser bolsista da PUCRS e bolsista CNPQ (1993 – 1995). E depois de graduada continuou prestando serviços a Universidade, agora como jornalista, trabalhando na rádio e em jornais da instituição.

Após dois anos, em 2004, Machado assume como professora efetiva na Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, para docência no ensino médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura. Mas, como na docência do estado do RS, precisamos assumir o que tem, ela ministra aulas no currículo por Atividades, Ensino Artístico, Religioso, Língua Portuguesa e Literatura, findando esse vínculo no ano de 2004.

Concomitante à docência no ensino médio, ela continuou seus estudos com a pós-graduação em Letras, novamente como bolsista de aperfeiçoamento do CNPQ

(1996 – 1998), e posteriormente como bolsista de Mestrado CNPQ (1998 – 2000), sempre desenvolvendo atividades como jornalista.

No ano 2000 acontece sua primeira experiência com docência no Ensino Superior, na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), no Curso de Pedagogia, ministrando a disciplina de “Didática da Literatura Infantil”. Depois dessa experiência ela tem um período como jornalista *freelance*³⁸ em diversas instituições, como empresas de telefonia, TV a cabo e revistas.

De 2003 a 2006 ela atua como pesquisadora da PUCRS, no projeto “Tendências Contemporâneas da Produção Cultural para a Criança”, e de 2006 a 2015 como membro do grupo de pesquisa da Educomunicação e Produção Cultural Afro-Brasileira (EDUCOM AFRO), sendo que entre 2006 e 2008 ela também atuou como jornalista colaboradora do Centro de Cultura Negra do RS (CCNRS). Inclusive, essa é a primeira vez que aparece em seu currículo a temática das africanidades, o que me leva a crer que o grupo de estudos, somado ao trabalho como jornalista no CCNRS, influenciaram sua carreira, e mais especificamente seus estudos no Doutorado e os rumos do seu pensar/fazer acadêmico, uma vez que de 2008 a 2010 ela atuou como Coordenadora Estadual das Políticas de Igualdade Racial do RS, vinculada à Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do RS e, posteriormente (2011 – 2014), como Diretora de Comunicação na Secretaria de Políticas para as Mulheres do RS.

De 2007 a 2015 ela retomou a docência no Ensino Superior, como Professora da PUCRS, nas disciplinas de “Educomunicação” e “Gênero e Raça/Etnia”, com orientação de TCCs. Atuou nesse período como pesquisadora do Núcleo de Estudos em Cultura Afro-Brasileira e Indígena do Campus Central da PUCRS, ao mesmo tempo em que coordenou o Projeto RS Negro³⁹ e realiza o seu Doutorado em Comunicação.

Em 2016 Machado assume seu cargo de Professora Adjunta no serviço público federal na UNIPAMPA, em regime de dedicação exclusiva, ministrando componentes

³⁸ Profissional que trabalha sem vínculo empregatício formal.

³⁹ O Projeto RS Negro: educando para a diversidade, foi um kit, desenvolvido pelo Governo Estadual, por meio da Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social, indo ao encontro da Lei Federal 10.639/2003. O kit continha a segunda edição do livro “RS Negro: cartografias da produção do conhecimento”, o vídeo-documentário “Sou, a revista RS Negro”, o Posterbook “RS Negro”, um CD de aulas “RS Negro” e um CD de áudios “Negro Grande” (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

ligados a Letras, Comunicação e Africanidades, em cursos de Graduação e Pós-Graduação, função que assume até a atualidade.

Linhas de pesquisa:

- Educomunicação;
- Ensino para as Relações Étnico Raciais, Culturas afro-brasileiras;
- Comunicação e Produção cultural.

Machado recebeu várias homenagens no decorrer de sua carreira, sendo elas:

- 2006: recebeu o Troféu Consciência Negra da Câmara Municipal de Vereadores de Viamão/RS e o Troféu Consciência Negra do Clube Fica Ahi. Destaque Jornalístico, Clube Social Fica Ahi, do Município de Pelotas, RS;
- 2008: recebeu o Troféu Lanceiros Negros, pela Sociedade Educativa Cultural 20 de Novembro de Bento Gonçalves, RS;
- 2009: recebeu o Troféu Oliveira Silveira, como Destaque Negro do RS, jornalismo, A.C.B. Floresta Montenegrina;
- 2017: recebeu o troféu Consciência Negra, Grupo Face do Ébano e CMPOA;
- 2016: recebeu a Comenda Floresta Montenegrina 100 anos, da Associação Cultural Beneficente Floresta Montenegrina e Troféu Carlos Santos, Destaque Negros/as do RS, Jornalismo, Câmara Municipal de Porto Alegre/RS.

Desde 2009 Machado desenvolveu vários projetos relacionados a africanidades na área de mídias, infância e cultura afro-brasileira. Nesse sentido, apresenta os seguintes projetos em andamento:

Projeto de Pesquisa:

- Atual: Helena do Sul: portal dedicado à produção da escritora pelotense Maria Helena Vargas da Silveira.

Projeto de Extensão em andamento:

- 2017 – Atual: Oliveira Silveira: o poeta da consciência negra brasileira e a produção cultural de jogos digitais educacionais (SILVEIRA, 2022);
- 2017 – Atual: Programa CriaNegra (SUL, 2022).

De toda sua produção acadêmica foram analisadas: a tese; um artigo completo; quatro livros publicados e organizados; e sete dos onze capítulos de livros publicados.

Na análise da sua dissertação, que posteriormente deu origem ao livro “Poesia infantil na TV: a experiência do Castelo Rá-Tim-Bum” (MACHADO, 2002), não foi possível encontrar nenhum elemento que se relacionasse diretamente com as categorias elencadas para análise desta presente tese. O livro é uma produção bem técnica, com análises detalhadas de poesias, programas e personagens apresentados, em que a formação da profissional jornalista e mestre em Letras se sobressai, no entanto, alguns aspectos vão perpassar sua produção, como o estudo das mídias e a capacidade da televisão para “reforçar as ações, destacar os conceitos e transmitir maior emoção” (MACHADO, 2002, p. 29). O aspecto da negritude aparece de forma muito sutil, como quando ela descreve alguns personagens, como o entregador de pizza “negro Bongô” (MACHADO, 2002) ou o menino do poema “A porta”, ao colocar: “a porta abre-se e um menino negro vai surgindo” (MACHADO, 2002, p. 113). Avalio que a sutileza esteja presente ao destacar a negritude, uma vez que na descrição de outros personagens, não há menção a cor da pele, apenas a outros aspectos, como magreza, gordura ou cor e modelo das roupas.

Ao buscar elementos autobiográficos em sua escrita que remetessem à consciência de sua negritude foi possível encontrar logo na introdução de sua tese um capítulo que buscou remontar o percurso da doutoranda como professora, jornalista, pesquisadora e “militante e gestora de projetos de valorização das culturas afro-brasileiras, que suscitaram o interesse em investigar o encontro entre a negritude, a mídia e a educação” (MACHADO, 2013, p. 16). Pois como mulher negra e intelectual, tem o desafio de tornar conscientes suas subjetividades no processo de elaboração do campo, compondo o trabalho científico sobre os usos sociais que as professoras e os professores fazem das mídias na abordagem das questões negras dentro da escola, passando desde suas experiências vividas enquanto professora, até como jornalista, pesquisadora, militante e gestora de projetos de valorização das culturas afro-brasileiras, indígenas e ciganas no RS (MACHADO, 2013).

Nesse trecho, ao se apresentar, por mais de uma vez, como militante e gestora, a autora demonstra que está em exercício ativo na defesa de uma causa, que luta e combate a favor dela, desempenhando uma atividade (MICHAELIS, 2022) — no caso a militância no movimento negro — seja como professora, jornalista ou pesquisadora,

em 2004, iniciei minha militância na Associação Cultural de Mulheres Negras do RS (ACMUN), vinculada à Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). Desde 2004, venho sendo cedida da Secretaria

Estadual de Educação do RS (Seduc) para outras secretarias. Na gestão do governador Germano Rigotto (2003-2006), fui coordenadora do Núcleo de Pesquisa das etnias africanas e assessora de imprensa do Museu Antropológico da Secretaria da Cultura do RS (Sedac). Depois, fui cedida para a Secretaria da Saúde do RS, onde integrei o programa Primeira Infância Melhor (PIM), desenvolvendo o subprojeto PIM na diversidade para crianças quilombolas e indígenas, junto ao grupo da professora Dra. Maria da Graça Paiva (UFRGS). Na gestão da governadora Yeda Crusius (2007-2010), fui cedida para a Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do RS (SJDS), onde fui titular da Coordenadoria Estadual de Políticas de Igualdade Racial responsável pelo diálogo com populações negras, indígenas, ciganas e palestinas no RS. Na gestão do governador Tarso Genro (2011-2014), fui cedida para a Secretaria de Políticas para as Mulheres do RS (SPM), sendo diretora de comunicação ao gerenciar as áreas de jornalismo, de publicidade e propaganda, de relações públicas, de políticas públicas em comunicação e de mídias na Internet. (MACHADO, 2013, p. 24)

Para a autora, ingressar no movimento de mulheres negras fez com que reavaliasse sua pesquisa de mestrado, voltada para a investigação sobre a produção cultural para crianças. De acordo com Gonzalez, o movimento negro desempenhou um papel de extrema relevância na luta antirracista no Brasil ao mobilizar as diferentes áreas da comunidade afro-brasileira para a discussão do racismo e suas práticas (GONZALEZ, 2020). E nesse processo de reavaliação da sua pesquisa, Machado percebeu

o aumento da oferta de produtos culturais de valorização da história e das manifestações africanas e afro-brasileiras como consequência da implantação da Lei Federal n. 10.639/2003. Esse novo fenômeno foi sendo absorvido por universidades que tiveram de lidar com a chegada de “outros saberes, outra forma de construir o conhecimento acadêmico e com outra trajetória de vida, bem diferentes do tipo ideal de estudante universitário idealizado em nosso país”, como bem pontua a educadora e antropóloga. (GOMES, 2011 *apud* MACHADO, 2013, p. 24)

A experiência no movimento negro, aliada ao seu percurso profissional, enriqueceu suas reflexões e a colocou em vigília constante: se por um lado ampliou sua consciência como mulher negra, por outro, passou a desconfiar de suas verdades, para não ser condescendente com as contradições dos movimentos sociais (MACHADO, 2013). Nessa via, Carneiro destaca que uma das contradições do movimento negro tem sido não redefinir o papel da mulher negra nos projetos políticos, na distribuição de poder nas instâncias de decisão e na distribuição dos resultados das lutas, o mesmo que ocorre com o movimento feminista (CARNEIRO, 2019). Em vista dessas questões, de acordo com Machado, ela procurou ter um posicionamento

intelectual aberto as mudanças no processo de elaboração da tese, que teve a negritude como tema de pesquisa:

uma negritude referendada na valorização das pessoas de cor de pele negra, marcadas pela superação das mazelas impostas pelas desigualdades socioeconômicas e culturais seculares. Negritude forjada pela incorporação de uma consciência negra, que remete à reafirmação das identidades individuais dos afrodescendentes com a intenção de uma identificação coletiva entre negros e negras. Negritude traduzida em posicionamentos políticos estratégicos para o estabelecimento de igualdades na sociedade brasileira e de respeito às diferenças. (MACHADO, 2013, p. 29)

Para Gomes, a auto valorização das pessoas negras passa pela forma como seu corpo e seu cabelo são vistos por elas mesmas e pelas outras pessoas, uma vez que a branquitude dominante impôs no imaginário nacional um ideal de beleza europeu e branco que, dependendo do lugar, pode ter imagens “distorcidas ou ressignificadas, estereótipos podem ser mantidos ou destruídos, hierarquias raciais podem ser reforçadas ou rompidas e relações sociais podem se estabelecer de maneira desigual ou democrática” (GOMES, 2019, p. 27). No Rio Grande do Sul as pessoas negras tiveram/têm de lidar com estereótipos culturais que desvalorizam ou desconsideram a contribuição de descendentes de africanas/os para a cultura gaúcha, que é seguidamente suprimida por uma cultura branca e europeia, tida como hegemônica.

De acordo com Machado, em solo brasileiro as pessoas negras foram reconstruindo suas histórias e formando suas identidades em meio a um pensamento social de intelectuais nacionais que se baseavam em ideologias racistas, em lógicas excludentes de não participação e que foram alijando estrategicamente as alteridades negras em nome do progresso do país, promovendo assim a pobreza, a limpeza étnico racial e a tentativa da destruição de valores e cosmovisões não hegemônicas (MACHADO, 2013). Em nome do “progresso do país” os governos brasileiros encorajaram uma massiva imigração europeia, buscando um embranquecimento da população brasileira (GONZALEZ, 2020), expulsaram as comunidades negras dos centros das cidades, promoveram o encarceramento em massa, o extermínio premeditado através da violência policial, a criminalização de atividades religiosas e/ou culturais de matriz africana e toda uma infinidade de práticas que objetivavam desqualificar essa população, pois

no contexto brasileiro, invariavelmente, ser negro(a) é ter sua identidade relacionada à escravidão, à mestiçagem, às teorias racistas e às desigualdades. A historiografia brasileira revela que a maior hostilidade racial no país está associada aos(às) afrodescendentes. Nessa sociedade, a cor das pessoas ainda denota o seu lugar social quando a maioria da população de cor de pele mais escura tem condições socioeconômicas inferiorizadas, em relação às pessoas que têm cor de pele clara. (MACHADO, 2013, p. 109-110)

De acordo com Gonzalez (2020), o racismo no Brasil é profundamente disfarçado devido as formas de dominação e exploração que não acabaram com a falsa abolição — que não estabeleceu medidas de reparação e inclusão social das pessoas negras —, mas simplesmente se modificaram, pois continuamos marginalizados na sociedade brasileira que nos discrimina, esmaga e empurra ao desemprego, subemprego, à marginalidade, negando-nos o direito à educação, à saúde e a moradia decente. Com crise ou sem crise as pessoas negras estão sempre em uma escala inferior, padecendo dos males maiores. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) contínua, do terceiro trimestre de 2021 (IBGE, 2021), mostram que pessoas pretas e pardas ocupam o patamar de 63,4% de desocupação⁴⁰, contra apenas 35,7% de pessoas brancas, o que denota a dificuldade das pessoas negras em conseguirem emprego, seja decorrente da crise, da falta de escolarização ou do racismo em si, que privilegia sempre as pessoas brancas, em detrimento das negras. Nesse viés, na pesquisa de Machado (2013), a negritude é entendida

a partir de posicionamentos da mídia interligados às ideias de inferioridade, de transtorno e/ou de cooperação relacionados à população negra. Tendo consciência das limitações dessas concepções, essa negritude midiática estaria ancorada nas seguintes dimensões: 1) negritude é resignação, uma vez que aos negros e às mulheres negras restaria conformar-se com sua condição; 2) negritude é perturbação, por conta dos transtornos causados pelas reivindicações de ativistas e pelo movimento social negro; e 3) negritude é participação, cuja cooperação de afrodescendentes perante o desenvolvimento mundial merece o reconhecimento da sociedade como um todo. Essas dimensões partem, então, dos seguintes princípios de cidadania: 1) cidadania negada, quando a visão é de que os negros e as mulheres negras são vítimas de sua própria história; 2) cidadania limitada, quando a visão é de que as questões negras são um problema para o Brasil; e 3) cidadania conquistada, quando a visão é de que os(as) afro-brasileiros(as) são cidadãos e cidadãs que têm direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. (MACHADO, 2013, p. 213-214)

⁴⁰ De acordo com IBGE, pessoas que procuraram e não encontraram nenhuma ocupação nos últimos 30 dias (IBGE, 2021).

Nas últimas década as problemáticas e as discussões levantadas pelo movimento negro e outras ações, impulsionadas especialmente por meio digital como *blogs* e sites dedicados a valorização da beleza, história e cultura africana e diaspórica, fizeram com que uma identidade negra positiva venha ganhando visibilidade na mídia, para que cada vez menos pessoas negras se resignem com sua condição. Que perturbem denunciando o racismo atual e as falácias inculcadas desde a colonização, e que participem de grupos organizados em busca de uma cidadania plena, em que o entendimento do que é ser negra/o, ou identificar-se como negra/o, seja ter sua história relacionada à diáspora negra, assim como também à

resistência à escravidão; às lutas quilombolas; à mestiçagem das “raças” que revelem africanidades; à superação das condições de vida oferecidas; à criação de irmandades da Nossa Senhora do Rosário ou de Comunidades Tradicionais de Terreiro; à criação de clubes sociais próprios para as comunidades negras segregadas pelos clubes sociais da elite brasileira; à imprensa “alternativa” negra; à emergência do Movimento Negro contemporâneo; às manifestações literárias e artísticas de negros; às expressões do samba, do carnaval, da capoeira, do hip-hop, do grafite; à relação desigual com as demais etnias que compõem o caleidoscópio nacional. (COGO; MACHADO, 2010, p. 4)

Para Machado, a visibilidade dos atos de resistência à escravidão, a manutenção e as descobertas nos lugares de memória negra — como Comunidades Quilombolas, Irmandades Negras e Clubes Sociais Negros —, aliada a pesquisas genéticas e científicas sobre a origem da raça humana⁴¹, tem alterado o ponto de vista e a perspectiva da história contada nas escolas e nos meios de comunicação, que eram baseados em passados específicos e forjados apenas pelo Ocidente. Nessa perspectiva, a autora aponta como a branquitude ocidental dominante teve que

“fazer engenhosas acrobacias” para esconder da historiografia oficial as “inúmeras homenagens gregas as culturas afro-asiáticas”. Como tiveram que ocultar as descrições de Homero sobre os “irrepreensíveis etíopes”, o “casamento de Moisés com a filha de Kush” e as referências aos bons e belos africanos “kalos kaghatos” na literatura clássica (SHOHAT, 2003, p. 20). Apesar do esforço de invisibilizar as culturas africanas e suas civilizações, nos 500 anos de existência do Brasil, é evidente a contribuição da África para a cultura brasileira – algo visibilizado, majoritariamente, pelo movimento social negro brasileiro que busca incansavelmente valorizar a negritude. (MACHADO, 2013, p. 29)

⁴¹ A autora toma como referência o documentário “The Real Eve”, da Discovery Channel, que está disponível de forma gratuita no site *YouTube*.

Invisibilizar a beleza, as lutas, a cultura e as conquistas dos povos africanos fez parte da estratégia de colonização, uma vez que suprimir os conhecimentos produzidos pelo grupo oprimido “facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes, pois a aparente falta de dissenso sugere que os grupos subordinados colaboram voluntariamente para sua própria vitimização” (COLLINS, 2011, p. 32). Aos povos negros escravizados foi suprimida toda e qualquer atividade ou costume que pudesse manter a cultura e a unidade, pois lhes foi negada a manutenção da língua materna, a família e a religiosidade, como já mencionado e discutido anteriormente. Aos descendentes de escravizados foi negada a educação, a terra, o trabalho digno e o direito de conhecer sua própria história, pois “determinar as etnias africanas presentes no Brasil constitui-se ainda hoje um desafio instigante, uma vez que muitos dados e documentos foram perdidos, queimados, ocultados, pelo próprio contexto da época da escravidão” (COGO; MACHADO, 2010, p. 4) e a educação que deveria ter a missão de desmistificar estereótipos,

focava a valorização de cada cultura somente na disciplina de História, ministrada nas escolas. Por outro, não exigia explicitamente essa postura também das instituições formadoras de licenciaturas nas mais variadas áreas. Essas lacunas projetaram-se na formação formal dos(as) professores(as), como podemos conferir na fala a seguir. “Entrando assim na questão da visibilidade, na presença do negro na história, eu faço parte de uma geração onde a representação do negro era só no tronco, só escravo. Não aparecia o Zumbi dos Palmares, não aparecia a Revolta dos Malés, não aparecia a resistência negra. Eu fui formada nessa perspectiva de que negro é símbolo de oprimido, de passividade, de sofrimento, de negativo” (Giraldina, negra, 39 anos, rede municipal). (MACHADO, 2013, p. 169)

A veia jornalística de Machado permeia sua produção, traz o aspecto das mídias, com grande enfoque na produção televisiva de massa. O relato de “Giraldina”, de que a representação do negro era “só no tronco, só escravo”, remete as novelas de época que foram bem difundidas, reprisadas e regravadas por diferentes canais, como “A escrava Isaura” e “Sinhá moça”, nas quais as pessoas negras em sua maioria eram retratadas como sinônimo de opressão, sofrimento e passividade, tanto que

a desvalorização das culturas negras pela mídia é vista por diversos(as) professores(as) como um elemento central para a manutenção do racismo no Brasil. Os meios de comunicação minimizam a visibilidade desse tema e supervalorizam outras culturas, principalmente as de origem europeia. Essa pouca abordagem da contribuição de afrogaúchos(as) na cultura do Rio Grande do Sul, por exemplo, é indicada no seguinte depoimento: “Quando a gente trabalha as culturas que influenciaram a formação do Rio Grande do Sul, tem muita coisa sobre italiano. A gente leva os alunos para Caxias do Sul, região da Serra. A RBS sempre coloca muita coisa da imigração italiana.

Tá cheio de novela com italiano na Globo. Seria muito bom que isso acontecesse com a cultura negra também” (Clemilda, negra, 34 anos, rede privada). (MACHADO, 2013, p. 187-188)

Um exemplo do que Clemilda expõe pode ser encontrado também em Carneiro (2019, p. 104-105), quando a autora menciona que a novela “Terra Nostra”, da Rede Globo, estaria promovendo a invisibilidade ou uma visibilidade perversa, recheada de estereótipos sobre o povo negro, como quando o barão do café pondera sobre a impossibilidade de abrigar os italianos nas senzalas vazias, pela abolição: “São brancos. Trazem no coração o espírito da liberdade. Não vão aceitar essa história de senzala”, ou quando o menino negro Tiziu reclama “Deus não quis me embranquecer”. Carneiro (2019) discute o impacto dessas frases para a comunidade negra, especialmente para as crianças negras, visto que por trás dessas frases estaria a resignação das pessoas negras à escravidão, e a bravura, o orgulho e a garra do imigrante branco, que jamais se submeteria aos tratamentos dispensados aos negros, legitimando um projeto de nação que vem sendo construído há mais de 500 anos, que ressalta a hegemonia branca e a exclusão ou subordinação de pessoas negras, indígenas ou não brancas. Para Machado, esse projeto de nação, passa pelas

grandes corporações de empresas de comunicação brasileiras, responsáveis por produzir e distribuir conteúdos, informação-entretenimento e opinião através de TV aberta, jornais, revistas, agências de notícias, rádios, gravadoras e TV a cabo. Segundo Lima (2001, p. 106) no Brasil, essa mídia tradicional é dirigida pelas famílias Marinho (Organizações Globo), Saad (Grupo Bandeirantes), Abravanel (SBT) e Macedo (Rede Record). Outras muitas concessões emitidas pelo Ministério das Comunicações dão direito a deputados(as) federais, a deputados(as) estaduais, a governadores(as), a prefeitos(as) e a vereadores(as) a serem proprietários(as) de veículos de comunicação. Muitos políticos são proprietários(as) de várias rádios e jornais, denotando o caráter subjetivo da distribuição das concessões (MACHADO, 2013, p. 192)

Na mídia brasileira, que é majoritariamente comandada por homens brancos, o modelo de ser humano branco é exaustivamente exposto como aquele “representante universal da espécie humana, mesmo que algumas obras apresentem os afro-brasileiros de forma menos estereotipada e com possibilidades de ascensão social” (MACHADO, 2012, p.220). Obras que apresentam pessoas negras de forma menos estereotipada ainda são raras. Nesse sentido, a autora traz como exemplo a novela “Da cor do pecado” (2004), primeira novela da rede Globo a ter como protagonista uma mulher negra, vivida pela atriz Taís Araújo, a “Preta”, “fazendo par romântico com

um homem branco, “rico” e “bonito”. Na trama, ela passa a sofrer perseguições por sua condição social e racial” (MACHADO, 2013, p. 114). Em consonância com o pensamento de Carneiro (2019), o estereótipo começa no nome da novela, visto que associa a cor da pele ao “pecado”, a mulher negra retratada como “exótica, sensual, provocativa. Enfim, com fogo nato; tais características chegam a aproximá-la de uma forma animalesca, destinada exclusivamente ao prazer sexual” (CARNEIRO, 2019, p. 153). O nome da personagem é outro estereótipo, pois “Preta” é uma forma genérica, tanto quanto “Negra” ou “Negrinha”, ambos “nomes” utilizados pelas pessoas brancas para nomear as mulheres negras, uma forma denominada de “carinhosa” de chamar alguém, que pode ser “qualquer uma”. Suprimir o nome também é uma forma de negar a identidade, especialmente de uma pessoa negra.

Nessa mesma novela, a personagem “Preta”, ao fazer par romântico com um homem branco e rico, personifica a interseccionalidade e dororidade que atinge as mulheres negras, em razão de seu gênero, de sua cor e de sua classe. Diante do exposto, o que poderia ser uma forma “menos estereotipada” de mostrar as mulheres negras, mostrou-se uma trama recheada de opressões, preconceito e racismo, que teria tido sua origem nas escrituras, quando

Cam tornou-se pecador e maldito ao ver seu pai Noé desnudo. Sua descendência (Canaã) foi então relacionada à escravidão. E o filho Sem tornou-se o benquisto. E seus descendentes – os semitas – destinados à redenção. Nessa lógica religiosa, que determina quem tem direito à liberdade, a praga de Noé a Canaã foi assimilada no Império Árabe. Nos livros sagrados do Islã, Cam é o kuschita Ham (núbio/etíope) – do reino africano de Kush – condenado a ser negro por causa de seu pecado. (LEWIS, 1982, p. 45). Sérgio Pena (2009, p. 6), em seu artigo “O DNA do racismo”, afirma que “os escravocratas avidamente adotaram uma identificação dos africanos com os descendentes de Cam, como uma cômoda justificativa religiosa para a escravidão, embora na própria Bíblia não haja nenhuma referência à cor de Cam ou qualquer descrição de seus descendentes. (MACHADO, 2013, p. 53)

Machado traça duas correntes que originaram o racismo, bem como os teóricos que referendaram cada teoria, como a concepção de que os brancos europeus seriam os “seres superiores” de Buffon (1707-1788), detentores da origem dos seres humanos, e a teoria de Francis Galton (1822-1911) que fundamentou seu pensamento racista na ideia de evolução, inspirado na seleção natural, em ordem decrescente os atenienses e os britânicos seriam os mais inteligentes e os aborígenes e africanos os menos inteligentes. Galton cunhou seu conceito de eugenia, e com base nele muitas decisões políticas foram tomadas, como a imigração controlada com o objetivo de

“branquear” a população e a esterilização de pessoas não aptas, que poderiam “degenerar” a raça (MACHADO, 2013). Entre as pessoas consideradas “não aptas” estavam/estão as mulheres negras. E um exemplo disso estava na situação lembrada por Carneiro (2011), em que o então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, defendia a legalização do aborto como forma de prevenção e contenção da violência, por considerar que “a fertilidade das mulheres das favelas cariocas as torna “fábricas de marginais” (CARNEIRO, 2011, p. 131). A autora salienta que concepções eugenistas embasam esse pensamento, assim como no governo de Paulo Maluf, 1982 em São Paulo, quando foi apresentada uma proposta de esterilização massiva de mulheres pretas e pardas, com base nos argumentos de que a população negra vinha aumentando e a branca diminuindo, se nada fosse feito, no ano 2000 a população negra seria 60% e eleitoralmente poderia mandar na política brasileira e dominar todos os postos-chave. As previsões contidas em tal documento não se concretizaram, ainda não chegamos a 60% da população e a participação de pessoas negras na política brasileira ou em postos-chave é bem pequena. Machado coloca que com o advento dos estudos da genética, foi postulado que existe apenas uma raça, a humana, no entanto

as práticas racistas ainda podem ser percebidas no dia a dia das sociedades, nas famílias, nas escolas, no trabalho e na mídia, por exemplo. Mesmo superado o pensamento da existência de várias raças biológicas, em detrimento de uma única raça humana com variantes genéticas, os resquícios da ideologia do racismo ainda persistem. Nesse sentido, não existem diversas raças, mas nos resta o racismo. E a cor da pele faz parte dessa história, que envolve relações de poder fomentadas por processos de inclusão e exclusão. (MACHADO, 2013, p. 69)

Para Machado, os meios de comunicação fazem construções bem específicas acerca do racismo, e para chegar nessas conclusões a autora mobiliza os pressupostos do intelectual negro Muniz Sodré (1998), que discorre sobre o racismo midiático e seu papel de produzir e/ou reproduzir preconceitos e discriminações, indicando para isso quatro fatores, sendo eles:

1) a negação, quando a mídia tenta negar a existência do racismo, apesar de noticiar casos de violações flagrantes; 2) o recalçamento, quando a História do negro no Brasil ou nas Américas não é divulgada de forma positiva na mídia; 3) a estigmatização, quando a mídia cria estereótipos que levam à discriminação; 4) a indiferença profissional, quando a desvalorização – profissional e cultural – de comunicadores(as) negros(as) atinge a mídia. (SODRÉ, 1998 *apud* MACHADO, 2013, p, 114)

Como exemplo dessa estigmatização, Sodré (1999), apresenta uma peça publicitária veiculada em Salvador, Bahia, pelo Centro de Pesquisa em Reprodução Humana, nos anos de 1986, em que aponta os

vários lugares sintomáticos da discriminação, em geral disfarçados, mas às vezes bastante explícitos. Um exemplo: em 1986, o Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana espalhou por Salvador, Bahia, cartazes publicitários com o título “defeito de fabricação” acima da imagem de um garoto negro, com correntinhas no pescoço, canivete na mão e uma tarja nos olhos. Abaixo, o texto: “Tem filho que nasce para ser artista. Tem filho que nasce para ser advogado e vai ser embaixador. Infelizmente, tem filho que já nasce marginal”. Outro cartaz mostrava uma mãe negra, grávida, coberta com um lençol branco e a legenda “também se chora de barriga cheia” (SODRÉ, 1999, p. 234-235)

Embora tenha passado muito tempo do ocorrido, a forma direta com que o preconceito e preceitos eugenistas se manifestaram são emblemáticos de uma sociedade branca elitista, que não se envergonha da forma como trata as pessoas negras: a preferência é que “não existissem” (ESCOBAR, 2017, p. 303), mas já que existem a mídia a serviço dessa sociedade faz questão de relacionar as pessoas negras ao serviço, em uma transição direta da condição de escravizadas/os a serviçais, nessa ótica

a história do trabalho dos negros e das mulheres negras brasileiros(as) continua sendo relacionada à história de exploração na perspectiva de uma sociedade que inferioriza a atividade rudimentar. Por exemplo, a telenovela infantil Sítio do pica-pau amarelo, adaptada da obra de Monteiro Lobato, está há mais de 50 anos no ar. A produção televisiva se passa numa fazenda onde a Dona Benta divide os cuidados dos netos e das netas em férias com a Tia Anastácia. Essa última é uma serviçal negra que trabalha na cozinha da família branca. Na obra, fica evidente a subordinação hierárquica nessa relação trabalhista. No entanto, é exemplar a fala de uma professora quando enfatiza que a representação vem mudando: “Antes, só tinha doméstica negra na televisão. Agora, tem um monte de doméstica branca, e quando aparece uma doméstica negra, ela é burra”. (Raimunda, negra, 44 anos, rede estadual). (MACHADO, 2013, p. 179)

Machado denota como o “Sítio do pica-pau amarelo”, programa que marcou a infância de mais de uma geração de crianças, apresenta a mulher negra, no personagem da

Tia Nastácia, negra de estimação que carregou Lúcia em pequena ganha as primeiras atenções: ela desfruta da afetividade da matriarcal família branca para a qual trabalha e, ao mesmo tempo, apesar de suas breves mas muito significativas incursões pela sala e varanda, encontra no espaço da cozinha emblema de seu confinamento e de sua desqualificação social. Ao longo da

obra infantil lobatiana, a exceção ao carinho brincalhão que a cerca, vem sempre um insulto pela boca da Emília, que em momentos de discussão e desentendimento desrespeita a velha cozinheira, como sucede em algumas passagens de Histórias de Tia Nastácia: “Pois cá comigo – disse Emília – só aturo estas histórias como estudos da ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto nenhum. Não são engraçadas, não têm humorismo. Parecem-me muito grosseiras e até bárbaras – coisa mesmo de negra beijuda, como Tia Nastácia. Não gosto, não gosto, e não gosto! [...] – Bem se vê que é preta e beijuda! Não tem a menor filosofia, esta diaba. Sina é o seu nariz, sabe?” Similares má-criações têm servido de munição para leituras que tomam o xingamento como manifestação explícita do racismo de Lobato, questão incômoda, de que os estudiosos do escritor têm de dar conta. É fora de dúvida que Lobato subscreve preconceitos etnocêntricos e mesmo racistas (LAJOLO, 1988 *apud* MACHADO; BROSE, 2009, p. 139).

Um fato que corrobora a versão estereotipada com que é apresentada a personagem tia Nastácia, foi o de que “de 1977 a 1986, uma nova versão, da TV Globo, foi exportada para vários países e censurada em Angola, pela representação estereotipada da Tia Nastácia que lhes parecia uma escrava” (MACHADO; BROSE, 2009, p. 138). Tal estereótipo permeia a coletividade branca, fazendo com que frases racistas como as que foram pichadas nos prédios da UFRGS⁴², quando da implantação das cotas, sejam normalizadas e consideradas pelas autoridades como “simples pichações”. “De forma estereotipada, a mídia vai construindo símbolos gerais que passam a ser tratados como individuais, como por exemplo, a associação da pobreza e da ignorância às pessoas negras” (MACHADO, 2013, p. 211).

Para Almeida (2019), o fato das pessoas negras possuírem menos escolaridade e serem desprivilegiadas política e economicamente omite o fato de que pessoas brancas desfrutam de privilégios que sempre foram negados às negras, que sofreram com elaborações intelectuais e que, em determinados momentos, receberam até mesmo o status de “ciência”, mesmo desmoralizadas nos círculos acadêmicos e intelectuais que as gestaram, permanecem na cultura popular e ainda “atestam” a inaptidão das pessoas negras para atividades que exigem preparo intelectual, senso de estratégia e autoconfiança, tais como medicina, advocacia ou cargos administrativos. Contudo, as pessoas negras resistem e lutam há séculos para forjar seu espaço e contar sua própria história que

⁴² A fala refere-se às frases “Negros só se for na cozinha do RU, cotas não” e “Voltem para a Senzala”. Essas frases foram estampadas nos prédios do Campus da UFRGS 223 na região central de Porto Alegre, onde milhares de pessoas circulam diariamente. A liberdade exacerbada de expressão revela o menosprezo à existência de legislação sobre o racismo no Brasil. Segundo a notícia no portal G1 (ESTUDANTES, 2007), “Estudantes denunciam racismo na UFRGS”, o caso foi entendido como um crime de pichação, sendo descartada qualquer investigação aprofundada (MACHADO, 2013, p. 180).

no Brasil, igualmente, os(as) afrodescendentes não foram passivos como o senso comum busca divulgar. Os negros e as mulheres negras resistiram à escravização. Agostinho Marques Perdigão Malheiro (1866, s/p.) divulgava que “os escravos, descendentes da raça Africana, são o vulcão que ameaça constantemente a sociedade, é a mina pronta a fazer explosão à menor centelha”. (MACHADO, 2013, p. 73)

“Explosão” essa que acontecia na forma de fugas, rebeliões e luta pela liberdade, como a empreendida pelo líder negro quilombola Zumbi dos Palmares, que foi preso e degolado em 20 de novembro de 1695, pondo fim ao Quilombo dos Palmares, mas criando um dos maiores símbolos de resistência negra ao sistema opressor do escravismo, que tem no vinte de novembro sua data maior, pois

o espírito do Vinte é negro, popular e se anima junto à família negra: homem negro, mulher negra, criança negra. Continuidade étnico-racial com identidade cultural negra e poder político. Uma fórmula, três princípios. No espírito do Vinte. Raça, cultura e poder – em três palavras. [...] Surgindo numa época em que eram internacionais as influências da negritude antilhano-africana, das independências na África, do socialismo europeu e dos movimentos negros estadunidenses, o Vinte de Novembro, com todo seu potencial aglutinador, era e continua sendo motivação bem nacional. Afro-brasileira. Negra. (SILVEIRA, 2003 *apud* MACHADO, 2013, p.81-82).

De acordo com Machado (2013), o movimento negro de resistência e mobilização também aconteceu através de grupos organizados ou promovidos por descendentes do povo africano, alguns deles centenários, como Comunidades Quilombolas, Comunidades de Terreiro, Irmandades Negras, Clubes Sociais Negros, Escolas de Samba, Centros de Capoeira, Frente Negra Brasileira. Também se deu por meio da imprensa negra, como o pasquim, que foi “O homem de côr”, de 1833, considerado o primeiro jornal da Imprensa Negra brasileira, em que o escritor Machado de Assis iniciou sua carreira (COGO; MACHADO, 2010, p. 8-9).

A partir de 2003, o governo brasileiro agiu como ator no processo de promoção de igualdade racial, abrindo o debate e adotando medidas concretas, tais como a sanção da Lei Federal 10.639/03 que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no Currículo da Educação Básica, ao instituir a Lei, criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), no âmbito da Presidência da República e, em 2010, sancionou o Estatuto da Igualdade Racial (OLIVEIRA; MACHADO; MACHADO, 2013, p. 1392). A criação da SEPPIR, aliada a outras ações, fez com que o Brasil fosse reconhecido internacionalmente pelas boas práticas de promoção da igualdade racial (MACHADO, 2013), que

envolviam o reconhecimento, catalogação e valorização das organizações e saberes das pessoas negras, através da educação positiva para as relações étnico-raciais, que tem como

objetivo fortalecer, entre os negros, e despertar, entre os brancos, a consciência negra. O fortalecimento de identidades e de direitos se efetivará com o rompimento de imagens negativas contra os negros e, do trato pedagógico das questões étnico-raciais no cotidiano da educação escolar, repercutindo em outros âmbitos e espaços não formais e informais de educação. Com isto, há uma intencionalidade: a de que todos se vejam incluídos e que lhes sejam garantidos o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao seu grupo de pertencimento e a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhes são adversos (OLIVEIRA; MACHADO; MACHADO, 2013, p. 1393).

Atualmente a situação é outra, uma vez que o Brasil tem estado em destaque pelo desmonte das políticas de igualdade racial, onde

desde meados de 2016, com o impeachment da presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff, por meio de uma articulação escusa (golpe parlamentar) entre setores conservadores e de extrema direita do Congresso Nacional, empresários, mídia hegemônica, igrejas cristãs fundamentalistas, setores do judiciário, entre outros, houve um tremendo retrocesso nas políticas de igualdade racial. A iniciar com a extinção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o esvaziamento da Fundação Palmares, a desautorização do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), o descaso com a política para povos e comunidades quilombolas e povos e comunidades de religião de matriz africana. O retrocesso ficou ainda maior após as eleições de 2018 que mantiveram o desmonte das políticas de igualdade racial e não mais lhes destinaram recursos do orçamento público. (GOMES, 2021, p. 442-443)

Nesse contexto de retrocessos e racismo escancarado, a celebração do 20 de novembro, uma data surgida no RS, como uma data de discussão e problematização da situação das pessoas negras no Brasil, é fundamental e necessária, para que as novas gerações saibam que

em 1971, as celebrações do 13 de maio (dia da abolição do sistema escravista de produção, distribuição e consumo de bens e serviços que organizava a sociedade e a economia do Brasil) foram substituídas pelas do dia 20 de novembro, em homenagem a morte do guerreiro Zumbi dos Palmares. Foi uma forma de membros do Grupo Palmares de Porto Alegre/RS, em sua maioria estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, resgatarem a história da resistência negra brasileira, conclamando a consciência das desigualdades que atingem mais as populações afrodescendentes no país. No mesmo período, a ONU instituiu 1971 como o Ano Internacional para Ações de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial dando início as reflexões sobre a vida de

afrodescendentes no mundo como um todo. O marco foi a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban/África do Sul, 2001) que teve ampla participação de afro-brasileiros/as desencadeando várias ações afirmativas na América Latina. (MARTINS; MACHADO; GUEDES, 2016, p.233-234)

Conforme avaliação de Machado (2012), o povo negro partiu de uma cidadania negada, para uma cidadania conquistada ao longo da história, com base em ações afirmativas, em que as pessoas negras foram as responsáveis por denunciar o racismo, colocar na agenda política nacional a pauta das desigualdades raciais e reivindicar sua cidadania, privilegiando as áreas da educação e comunicação como impulsionadoras dos direitos humanos.

4.5 “O QUE SERIA DE NÓS SEM NOSSAS ANCESTRAIS?”: PROFESSORA DOUTORA SIMONE SILVA ALVES

Figura 6 — Professora Dra. Simone Silva Alves



Fonte: Fotografia cedida do acervo pessoal de Simone Silva Alves

Nesta seção passo a tratar sobre a biografia acadêmica e profissional da Professora Doutora Simone Silva Alves. Alves graduou-se em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) entre os anos de 2000 e 2003, após sua graduação, ingressou no curso de especialização em Gerontologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apresentando a monografia de

título “O olhar da Pedagogia Gerontológica frente à realidade das instituições de longa permanência para idosos” (2005 – 2007). Continuou sua formação com o curso de mestrado em Educação, também pela UFRGS, com a dissertação de mestrado “A vida dos idosos nas instituições de longa permanência segundo o poder público municipal de Alvorada – RS. Um estudo de caso” (2009 – 2011). Por fim, cursou o Doutorado em Educação, também pela mesma instituição, com a apresentação da tese “Saberes das mulheres veteranas na economia solidária: Sororidade a educação!” (2011 – 2014) (ALVES, 2022).

O percurso profissional de Alves foi iniciado na Prefeitura Municipal de Alvorada (RS), na função de Secretária de Escola, onde trabalhou de 1991 a 1997. Após esse período há uma lacuna em seus vínculos empregatícios, que só foram retomados em 2005, quando atuou como Assessora Legislativa na Câmara Municipal de Alvorada e em 2008 como Pedagoga e sócia fundadora da ONG Instituto Fonte da Vida.

No ano de 2009 iniciou seu mestrado na UFRGS e passou a ser bolsista da instituição, exercendo atividades de monitoria (2012) na Universidade Aberta do Brasil e posteriormente como Professora Tutora, na Disciplina de “Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico”, do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* EAD em Coordenação Pedagógica. Colaboradora no Grupo de Pesquisa “Formação de Professores para MERCOSUL/CONE SUL, linha de pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação”. Posteriormente iniciou seu Doutorado em Educação (2011 – 2014), com bolsa do CNPQ.

Sua primeira experiência na docência acontece já no ensino superior, como professora substituta na UNIPAMPA (2013 – 2014), ministrando disciplinas pedagógicas nos cursos de Pedagogia, História e Letras Português/Espanhol. Também em 2014 Alves assume seu cargo de Professora Adjunta no serviço público federal, em regime de dedicação exclusiva, ministrando componentes como Práticas Pedagógicas, Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Movimentos Sociais e Educação e Relações Étnico-Raciais, tanto na Graduação, quanto na Pós-Graduação, função que exerce até a atualidade, concomitante com a Coordenação Acadêmica do Campus.

De prêmios e títulos Alves recebeu em 2015 (UNIPAMPA – Campus Alegrete) e 2016 (UNIPAMPA – Campus Uruguaiana) Menção Honrosa no VII e VIII Salão de Ensino Pesquisa e Extensão, com os seguintes trabalhos: “Os saberes das mulheres veteranas na economia solidária: Sororidade a outra educação”, categoria extensão,

apresentação em pôster e “A terceirização na Universidade: Possibilidades e limites da cooperação”, categoria extensão, modalidade oral.

Como linhas de pesquisa e atuação Alves aponta:

- Trabalho, movimentos sociais e educação;
- Formação de professores;
- Políticas públicas e Relações étnico raciais.

Projetos de Ensino em andamento:

- 2020 – Atual: Programa de Residência Pedagógica;
- 2021 – Atual: Superando a Retenção e a Evasão.

Projetos de Extensão em andamento:

- 2021 – Atual: Diversidade Étnico-Cultural e Inclusão Educacional: relações entre políticas públicas e formação de professores.

Projetos de Pesquisa em andamento:

- 2018 – Atual: Grupo de pesquisa em políticas públicas, relações étnico-raciais e formação de professores;
- 2020 – Atual: Educação e relações étnico-raciais.

De sua produção acadêmica foram analisadas a dissertação, a tese, doze, dos catorze artigos completos publicados em periódicos; dois, dos três livros e cinco dos dezoito capítulos de livros publicados.

Sua dissertação de mestrado versou sobre um estudo de caso, a vida dos idosos nas instituições de longa permanência de Alvorada, RS. Esse texto pouco deixa transparecer a autora, apenas que é professora e moradora do município de Alvorada, tampouco sobre as motivações que a levaram a pesquisar tal tema, no entanto, o grupo escolhido para pesquisa é reconhecido como um grupo oprimido. Kilomba (2020) nomeia esse processo de identificação como uma característica da negritude, sendo uma mulher negra, portanto vítima de opressão, ela consegue identificar a opressão que atinge pessoas idosas asiladas, pois um “oprimido sempre reconhece o outro oprimido” (GONZALEZ, 2020, p. 214), ou seja, uma mulher negra também padece de opressões, que se interseccionam em muitos pontos com as de uma pessoa idosa asilada, visto que essas são econômica e socialmente vulneráveis,

a grande maioria se aposentou, embora uma parcela não. Ao longo de sua vida geralmente atuaram em trabalho não-especializado ou semiespecializado ou não desenvolveram atividades remuneradas, ficando fora da população economicamente ativa. Nesse sentido, os motivos

atribuídos ao fato dos indivíduos estarem fora do grupo economicamente ativo são: um número considerável de mulheres, a procedência rural, a ausência de vínculos empregatícios na maior parte de suas vidas, trabalhos domésticos como ocupação predominante e baixa escolaridade. (ALVES, 2011, p. 27)

Em nenhum momento a autora faz menção a raça dessa população asilada, no entanto é possível perceber alguns indícios desse dado quando ela relata que essa população é composta por muitas mulheres, com baixa escolaridade e dedicadas ao trabalho doméstico, e como já exposto mais de uma vez nessa tese, trata-se de mulheres negras. Um dos exemplos da precariedade de vida que cerca essas pessoas se dá quando a autora relata que,

nesses lugares, a troca de dirigente é frequente. Os proprietários vendem os estabelecimentos incluindo os idosos na negociação. Muitas dessas casas clandestinas estão atuando como se fossem um comércio de objetos usados de todos os tipos, pois os órgãos responsáveis em fiscalizar esses locais, muitas vezes, não conseguem encontrar essas casas para que possam tomar ações concretas impedindo que essas práticas sigam aumentando em nosso município. (ALVES, 2011, p. 85)

Para Alves, há uma objetificação das pessoas asiladas ao serem “vendidas” junto com o mobiliário e afins. Em sua tese de doutorado, ao pesquisar sobre as mulheres veteranas na economia solidária, a autora novamente faz a opção por um grupo vulnerável, mas desta vez “se coloca” no texto como uma mulher negra. Ao buscar elementos autobiográficos em sua escrita que remetessem a consciência de sua negritude, foi possível encontrar o entusiasmo com que inicia o texto de sua tese, ao enunciar que

é com grande alegria e luta que uma mulher negra, filha de septuagenários de cidade simples da região metropolitana de Porto Alegre/RS, conseguiu chegar até aqui, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para apresentar-lhes neste momento, a tese doutoral, que recebe o título de Saberes das Mulheres Veteranas na Economia Solidária: Sororidade a Outra Educação! [...] trago minhas experiências de trabalhadora do campo da educação invadindo a área do social ao cursar o doutorado. (ALVES, 2014, p. 15)

Nessa curta apresentação a autora apresenta alguns elementos importantes, que são caros a esta pesquisa, como o fato de ser uma mulher negra, filha de septuagenários, mas também, a sua alegria e sua luta. Para as pesquisadoras Edla Eggert, Márcia Alves e Sara Campagnaro (2021) as mulheres foram privadas durante muito tempo dos espaços públicos, em que o conhecimento foi e é produzido e sistematizado, tais como bibliotecas, escolas e universidades. As mulheres só foram

ocupar esses espaços há menos de 100 anos, ressaltando que se trata de uma conquista bastante recente. E ao transpormos essa informação para as mulheres negras, essa brevidade praticamente quadriplica, visto que por muito tempo as mulheres negras escravizadas foram impedidas de receber alfabetização, e, quando tiveram acesso à escola, esse espaço não era de qualidade, o que as impedia de ocuparem posições como acadêmicas, professoras, escritoras, poetisas e críticas (COLLINS, 2019). Diante do exposto, a palavra “luta” remete as dificuldades encontradas por essa mulher negra para chegar ao nível mais alto da carreira acadêmica, uma vez que “a condição econômica das mulheres negras não mudou muito desde os dias de escravidão; ou seja, as mulheres negras têm menos educação formal e tendem a ocupar empregos que pagam menos” (ALVES, 2014, p. 52). Tais dificuldades não seriam só dela, mas de sua família também, ao situá-los no espaço tempo de septuagenários. Vale destacar que a alegria também se faz presente, para mostrar que apesar da luta o percurso vale a pena.

As questões de gênero também permeiam a escrita de Alves (2014), pois a autora enfatiza que o sexo feminino é o principal alvo das três condições fundamentais que embasam a sociedade: na primeira a mulher é discriminada por ser mulher, como se essa condição a tornasse incapaz ou imperfeita; na segunda, se ela não for branca, sofrerá mais preconceito, pois a herança histórica do escravismo ainda é dominante em uma sociedade em que a cor da pele vira sinônimo de caráter; e na terceira, se a mulher pertencer às classes mais baixas da sociedade é ainda menos valorizada como mulher, marginalizada se for negra, e igualmente excluída pelo seu baixo poder econômico (ALVES, 2014). Essa interseccionalidade de fatores que cercam as mulheres negras é mantida pelo “padrão colonial moderno, responsável pela promoção dos racismos e sexismos institucionais contra identidades produzidas durante a interação das estruturas, que seguem atravessando os expedientes do Direito” (AKOTIRENE, 2019, p. 35). A herança do escravismo, elencada por Alves, ainda faz com que, independentemente de legislações, as mulheres negras mantenham a base da pirâmide social no Brasil.

Para a autora “o paradigma atual exalta a mulher branca, jovem, bonita e traz como fundamental o novo e o belo. Desta maneira, as mulheres que não se enquadram nesse modelo estão excluídas da dinâmica social” (ALVES, 2014, p. 47). A perversidade que cerca as mulheres não as oprime apenas por seu gênero, raça e classe, soma-se ainda a carga da idade, pois para ser bela a mulher precisa ser

sempre jovem, do contrário é excluída por mais um motivo, de uma sociedade já tão excludente. Alves também trabalha com o conceito de mulheres veteranas, no entanto salienta que não está se referindo a mulheres idosas,

o conceito de veterano o qual nos remetemos esta fundamentalmente correlacionado a dois grandes eixos, o primeiro tem a ver com a idade, não pode ser veterano quem é jovem, o segundo diz respeito a experiência de trabalho. O termo veterano tem sua origem na Educação Física, mas precisamente nas forças armadas, pois é considerado Veterano o soldado experiente ou afastado das forças armadas. A Educação Física incorpora isso, porque quem institucionalizou a prática da Educação Física foi a forças armadas, principalmente para preparar corporalmente os soldados para a Guerra. Entendemos que veterano é o sujeito que tem experiência de trabalho [...]. (ALVES, 2014, p. 42)

Para Alves, na economia solidária as mulheres veteranas são construtoras de saberes que se acumulam com o tempo e que foram aprendidos com as mulheres da família, a mãe, a avó ou outras mulheres, que passam de uma para outra e se consolidam com o tempo (ALVES, 2014). Quanto a economia solidária, a autora a concebe como uma estratégia de superação e enfrentamento aos diversos problemas econômicos e sociais gerados pelo capitalismo, um espaço plural e democrático que propõe outro modo de fazer econômico, se tratando de uma corrente de pensamento e de ação que visa recuperar o sentido social e ético da economia para enfrentar a desigualdade, a pobreza e a exclusão social que é constituída por grupos, associações, formas de produzir e consumir que estão correlacionadas às práticas de solidariedade novas ou antigas (ALVES, 2014). Esses saberes acumulados pelas mulheres estão relacionados com o artesanato, com o que elas faziam em seu tempo de “folga” e sem expectativa de lucro, mas que sob esse novo ângulo de visão quebram o paradigma do capitalismo e servem para lhes dar o sustento,

se está diante de artesanato quando a mão humana trabalha a matéria-prima para produzir objetos úteis, ou seja, quando visa a produzir utilidades ou utensílios, onde a beleza é uma dimensão discreta que chega apenas, talvez, até o nível da decoração. (EGGERT, 2011, p. 6-7)

Esse ofício, que passa de mãe para filha e é compartilhado entre as mulheres, cria uma sororidade que as mantém unidas, possibilitando criarem mecanismos de defesa às agressões e a qualquer forma de violência, pois busca combater o patriarcalismo, valorizar a sexualidade feminina, além de transformar as relações de solidariedade entre as mulheres, possibilitando que tenham consciência de que são utilizadas para

reproduzir a opressão de gênero entre elas, aniquilando o valor individual e coletivo, ou seja,

a política patriarcal usa as próprias mulheres para prejudicar outras mulheres, prometendo a elas a aceitação, a valorização e a ascensão. Para combater a crueldade patriarcal o feminismo precisa fortalecer e promover a sororidade e não reproduzir formas de opressão entre mulheres como a discriminação, a violência e a exploração. As redes genealógicas de apoio entre mulheres têm se consolidado principalmente entre parentes, companheiras e amigas. Remonta-se a várias gerações de parentesco entre mulheres e também de movimentos feministas do passado. As mulheres não teriam sobrevivido em condições tão opressivas se não tivessem contado com esses apoios vitais. O que seria de nós mulheres sem nossas mães, filhas, avós? O que seria de nós sem nossas companheiras e amigas? O que seria de nós sem nossas ancestrais?. (ALVES, 2014, p. 74)

Quando essa opressão feminina é transposta para as mulheres negras é que aparece o conceito de dororidade, pois além da opressão de gênero e classe, ainda é somada a opressão de raça,

para pessoas humildes, que sempre foram estigmatizadas por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo. (ALVES, 2014, p. 86)

Essas pessoas, sobretudo as mulheres negras, sempre foram invisibilizadas por serem quem são. Alves (2014) apresenta os dados do IBGE que corroboram com o que já foi colocado nesta tese: em 2009, o trabalho doméstico era composto por 7, 2 milhões de pessoas, onde 93% eram mulheres e desse número 61,6% eram de mulheres negras. Isto é, a profissão que mais emprega mulheres no país é uma das mais desvalorizadas e precarizadas, especialmente porque esse número é subestimado, pois na maioria dos casos é um trabalho exercido de maneira invisível, informal e sem garantias trabalhistas. O antigo trabalho escravizado foi transposto para o trabalho doméstico, em que a estrutura trabalhista permaneceu praticamente a mesma: “as trabalhadoras domésticas ficavam confinadas em uma área da casa, geralmente a cozinha, e esperava-se que se tornassem invisíveis quando passassem por outras áreas da casa” (COLLINS, 2019, p. 118).

Para Alves, a história das mulheres “pode se revelar através de um duplo movimento de invisibilidade, isto é: a invisibilidade das formas de opressão da mulher e a invisibilidade das formas de resistência secular da mulher a essa opressão”

(ALVES, 2014, p. 40). As mulheres brancas sofriam com o processo de invisibilização imposto pelo sistema patriarcal, já as mulheres negras padeciam da mesma opressão das brancas, somado ao cruel sistema escravista, ambas se organizaram em movimentos de mulheres, com objetivos divergentes, mas tendo a resistência como ponto de convergência entre ambas.

Alves aponta a educação como uma forma de resistência das mulheres, que só puderam frequentar a escola formal no país a partir de 1827, sendo permitida apenas a educação a nível elementar, voltada a aprendizagem de prendas domésticas e preparação para o casamento — pois nesse momento ainda lhes era vedado o ingresso em instituições de ensino superior —, foi só na segunda metade do século XIX, que

segundo Franco (2004), a instrução tornou-se mais acessível às mulheres que tiveram a oportunidade de cursar o ensino primário e secundário. Com nível mais elevado de instrução elas podiam se dedicar ao magistério, validando a ideia de que a mulher seria por natureza uma educadora. Assim, devido a sua candura, serenidade e compreensão a mulher passou a representar o padrão ideal para o exercício do magistério. Pois o homem autoritário da época poderia gerar medo às crianças. (ALVES, 2014, p. 50)

Convém ressaltar que essa educação era voltada às mulheres brancas, porque às mulheres negras era negada qualquer forma de instrução formal, e como resultado dessa prática Carneiro (2019) registra que, de acordo com o censo de 1980, quase a metade das mulheres negras brasileiras era praticamente analfabeta e menos de 1% delas conseguiam chegar ao ensino superior. Um estudo do INEP, de 2017, mostrou que “81% dos docentes são do gênero feminino, enquanto, no que se refere à raça/cor, os pretos figuram discretamente com percentual de 4,1%” (ALVES; LIMA; STOLL, 2021, p. 88). Tal estudo não especificou a modalidade de ensino, tampouco se no percentual de pessoas pretas os homens estariam incluídos. Esses números denotam o tamanho da desigualdade em um país de maioria negra, em que um espaço de poder, como é a sala de aula, ainda era/é ocupado majoritariamente por pessoas brancas. E ao levar esse dado em consideração, é possível compreender o fato de que, em pesquisa realizada por Alves, Lima e Stoll, a

maioria dos professores ter informado que nunca presenciaram ou presenciou raramente situações de racismo, preconceito e/ou discriminação na sua escola, pode representar uma outra problemática, a falta de percepção desses profissionais. Isso porque em meio à convivência diária entre estudantes de origens, raças e realidades distintas é bem possível que haja

sim, situações relacionadas ao tema. O silenciamento dos atos racistas e discriminatórios nesses educandários é um dos aspectos que compõem a falta de formação dos docentes em lidar com essas questões. (ALVES; LIMA; STOLL, 2021, p. 90)

A branquitude é vista no país como hegemônica, em que “o privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra” (GONZALEZ, 2020, p. 46). Os privilégios usufruídos pelas pessoas brancas não são levados em conta, não são sequer pensados ou refletidos, por isso não é de se estranhar que a maioria dos professores tenha informado que nunca presenciou situações de racismo, soma-se a isso a naturalização do ato, posto que a “piada” preconceituosa ou a colocação “inocente” não são vistas como racismo por quem as pratica, pois

a resistência em observar circunstâncias preconceituosas e discriminatórias parece fazer parte dos costumes do professor brasileiro, assim como a percepção da maioria da nossa população. Pois o racismo, que causa as desigualdades em todas as conjunturas da vida, alimenta-se do silêncio e da acomodação. (ALVES, MACHADO, 2018, p. 120)

A resistência, o silenciamento e a acomodação, de acordo com Gonzalez (2020), remetem ao mito da democracia racial, que se trata de um discurso que encobre a trágica realidade vivida pelas pessoas negras no Brasil, cujo grupo social dominante justifica sua indiferença e ignorância em relação ao povo negro baseados no subterfúgio de que “somos todos iguais perante a lei” e que o negro é “um cidadão igual aos outros”, “graças à Lei Áurea nosso país é o grande complexo da harmonia inter-racial”, se o negro “não ascendeu socialmente e não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio”. E assim o mito da democracia racial encobre o racismo e as desigualdades que cercam a educação e a vida das pessoas negras brasileiras, inclusive das crianças, uma vez que

é notável que o preconceito e o racismo ainda estão presentes em nosso cotidiano, e não é diferente com as crianças pequenas, que muitas vezes, o vivenciam na escola e no âmbito familiar. Além destes ambientes, os meios de comunicação também contribuem para reprodução do racismo ao retratar o negro de maneira marginalizada ou estereotipada, fortalecendo atitudes de hostilidade e injustiças. Compreendemos que a criança não nasce racista, um dos motivos para tal comportamento é a convivência com pessoas preconceituosas. (ALVES *et al.* 2021, p. 2)

O preconceito e o racismo não são prerrogativas brasileiras, acontecem em todos os lugares que fizeram uso do cruel sistema colonial de escravização das pessoas negras. De acordo com hooks (2020), nenhum livro de história usado em escolas públicas informou sobre o imperialismo racial, em vez disso ensinaram que Colombo “descobriu” a América; que os “índios” eram assassinos de mulheres e crianças; que as pessoas negras eram escravizadas devido à maldição bíblica de Cam entre outros. Ninguém falava na África como o berço da civilização; ninguém mencionou os assassinatos em massa de nativos americanos como genocídio ou os estupros de mulheres nativas americanas ou africanas como terrorismo; ninguém discutia escravidão como o alicerce para o crescimento do capitalismo.

Apesar do exposto, Alves acredita que com todos os defeitos e falhas, “é no ambiente escolar que se apresenta o lugar fecundo para o combate contra qualquer forma de preconceito e discriminação social, especialmente a violência sexista, o racismo e a homofobia” (ALVES; STOLL; ESPÍNDOLA, 2016, p. 15). Para ela, lutar contra o racismo e para o fim da desigualdade social, também é uma tarefa da escola, que deve ter como objetivo básico “contribuir para eliminar as desigualdades étnico-raciais dos grupos discriminados ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, ações, projetos, práticas e outros desenhos curriculares” (ALVES; STOLL; ESPÍNDOLA, 2016, p. 20). Pois, não é mais aceitável que em pleno século XXI, com todas as formas de pesquisa e acesso à informação, profissionais da educação ainda aleguem desconhecimento ou falta de fontes para trabalhar as questões da negritude em sala de aula. A educação para as relações étnico-raciais é urgente, como propõe Silva, ao especificar que

a educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípuo de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público. Isto é, em que se formem homens e mulheres comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que têm formado a nação, bem como de negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propósitos, desejos, além de propor políticas que contemplem efetivamente a todos. (SILVA, 2007, p. 490)

Fica evidente que Alves acredita na educação como forma de combater a violência que atinge a população negra a nível mundial, como os assassinatos de George Perry Floyd Jr. em maio de 2020, nos Estados Unidos, e João Alberto Silveira Freitas em novembro de 2020, no Brasil, no supermercado Carrefour em Porto Alegre (RS), ambos foram brutalmente assassinados ao serem espancados por policiais e seguranças, sem que essas atitudes tenham despertado qualquer reação de ajuda pelos que presenciaram o ocorrido (ALVES; LIMA; STOLL, 2021), além da violência estrutural

percebemos que a Covid-19 aflorou ainda mais a desigualdade social e racial, pois pesquisas mostram que a doença é mais letal em negros – embora se diga que a mesma é democrática – pois o risco de morte de negros por Corona vírus é bem maior que o risco de morte em pessoas brancas. Isso não quer dizer exatamente que os negros tenham uma predisposição com relação ao Covid-19, pois se deve levar em consideração que a maioria dos trabalhadores informais do Brasil é formada por negros – são eles que, majoritariamente, precisam ir às ruas, arriscando-se a contrair a doença, para garantir a sobrevivência. Destaca-se que as pessoas com menores condições socioeconômicas, negras e negros são os mais vulneráveis e mais atingidos nessa pandemia, pois muitos já trabalhavam de maneira informal, e com o isolamento social tiveram piora na sua condição financeira, levando-os à miséria e à marginalização. É lamentável que, nos dias atuais, a melanina ainda seja um fator para classificar, distinguir e discriminar os homens e mulheres na sociedade, visto que o número de estudantes negras e negros no Ensino Superior ainda é inexpressivo e alunos negros reprovam mais que alunos brancos. (ALVES; VIEIRA; STOLL; LIMA, 2021, p.2)

A pandemia de Covid-19 só veio a agravar um quadro que já era difícil, e escancarar as desigualdades que as pessoas brancas da classe dominante fazem questão de suprimir das estatísticas e dos dados oficiais, não só as pessoas negras economicamente ativas padeceram com o vírus, mas mesmo o critério etário, adotado para a vacinação, favoreceu as pessoas brancas (APÚBLICA, 2021), uma vez que a população negra, mesmo sendo maioria no país, dificilmente atinge idades avançadas, devido a diversos fatores, tanto pela morte da juventude negra quanto pela dificuldade de acesso aos serviços de saúde, moradia e saneamento. Na escrita de Alves é possível identificar a dor e as alegrias de ser uma mulher negra, que se identifica com as discussões de gênero, de raça, de classe e ao combate ao racismo.

5 ARREMATANDO OS PONTOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao fim desta tese arremato os pontos dessa grande colcha que foi este escrito, repleto de conhecimento, descobertas e redescobertas, apreensão, perdas, dores, e muitas alegrias, assim como ilustra a Figura 7, com o projeto da colcha concluído:

Figura 7 — Projeto da colcha concluído (Projeto Olívia está em andamento)



Fonte: Acervo de Elida Rodrigues, 2021.

A aspirante a doutora de 2018, chega em 2022 com o coração repleto de gratidão, primeiro pela vida, quando tantos sucumbiram por essa pandemia que assolou o mundo; depois pelos conhecimentos adquiridos, isso que ninguém pode nos tirar; e por fim pelas amizades feitas, que remetem a parcerias, auxílio e cuidado com as peculiaridades da vida humana.

A questão que guiou esta tese foi: “como a produção acadêmica de professoras doutoras negras é afetada pela consciência de sua negritude?”

Agora, munida de todo processo de análise e aproximação com o tema, posso responder que ela é afetada no sentido da identificação e da consciência da sua negritude, não separando o ser negra de sua produção intelectual. Entre as mulheres negras analisadas, Escobar (2010) deixa essa identificação bem latente, tanto em sua

dissertação, que foi identificada na ficha catalográfica pela bibliotecária Maria Alice de Brito Nagel, como um “Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro”, tendo sua tese seguido o mesmo princípio de identificação. Já nas dissertações de mestrado de Machado (2000) e de Alves (2011) é possível perceber que as professoras não usaram de sua identificação de forma direta, uma vez que somente pelo escrito em si não é possível saber que se trata de mulheres negras. Nesses dois casos somente pude encontrar a identificação devido aos estudos e analogias para além do texto. Esse cenário é alterado quando analisado os textos das teses de doutorado, pois há uma mudança perceptível, as professoras se identificam como mulheres negras logo no início de seus escritos, como se, por serem mulheres negras, terem o compromisso de trabalhar questões relativas à negritude, uma vez que ainda somos poucas a alcançar esse nível de escolaridade. Nesse sentido, como bem coloca Silva (2005, p. 74): “somos poucos, mas temos educação de qualidade, porque não meramente técnica nem restrita a benefícios individuais. Nossa educação, nos faz responsáveis pela felicidade e progresso das nossas famílias e da comunidade negra”. Nosso comprometimento faz com que cedo ou tarde sejamos “chamadas” a discutir as questões que nos são caras, por nosso compromisso com a família ou comunidade em que vivemos. É evidente que nem todas as mulheres são comprometidas com a luta, vários são os fatores que podem influir nessa tomada de decisão.

Acredito que os objetivos específicos fizeram com que eu conseguisse chegar até meu objetivo geral. Meu primeiro objetivo específico foi “tecer um panorama do acesso ao trabalho e estudo pelas mulheres negras no RS” e para tanto parti da situação das mulheres negras escravizadas, passando pelas ocupações que elas poderiam exercer, os entraves do acesso à educação, o protagonismo de outras mulheres negras do país e o fechamento com o nome da gaúcha Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, como uma das mulheres negras educadoras de maior expressão, tanto a nível estadual quanto nacional. Os objetivos seguintes foram localizar essas professoras doutoras, autodeclaradas negras, docentes em universidades públicas federais no extremo sul do RS, selecionar o material acadêmico produzido por elas, identificar a consciência da negritude através de elementos autobiográficos e, por fim, analisar se esses elementos contribuem para a eliminação do racismo. As respostas obtidas com esses objetivos auxiliaram a chegar ao objetivo geral da pesquisa e, conseqüentemente, responder ao problema de pesquisa já mencionado.

O objetivo geral da pesquisa foi “analisar como a produção científica das Professoras Doutoras negras, atuantes em cursos das áreas humanas, é afetada academicamente pela consciência da negritude por meio de elementos autobiográficos nos seus escritos”. Ao final desta tese foi possível analisar como essa produção as afetou, pois todas elas, em maior ou menor grau, cada uma ao seu estilo, apresentaram elementos comuns em seus escritos. A consciência da negritude foi o primeiro elemento verificável: Escobar menciona que essa consciência chega somente aos quarenta e seis anos, quando ela passou a conhecer melhor seu corpo e a não admitir mais nenhum tipo de controle sobre seu cabelo (ESCOBAR, 2017); Machado deixou transparecer sua negritude ao se definir como militante e gestora das culturas afro-brasileiras (MACHADO, 2013); enquanto Alves se definiu como mulher negra, filha de septuagenários (ALVES, 2014) deixando transparecer também que sua opção de pesquisar pessoas idosas e mulheres veteranas teria uma relação com seus pais septuagenários. Esse apontamento de Alves também aproxima e antecipa a questão do gênero, que também se fez presente em Escobar, que destaca a importância de “enegrecer o feminismo” e em Machado, quando a autora vincula seu ingresso no movimento de mulheres negras com a reavaliação de sua pesquisa do mestrado.

Quanto ao aspecto da dororidade, destaco que embora diferentes elementos estivessem presentes nos escritos das três, foi o que não estava escrito que me pareceu mais significativo, pois, de acordo com as informações presentes no Currículo Lattes, todas elas durante seu período de formação desenvolveram atividades remuneradas, as vezes até mais de uma, em concomitância com suas pesquisas. Nesse aspecto também me incluo, pois tive que desenvolver várias estratégias para conseguir conciliar os estudos com o trabalho. As intelectuais negras, somada a opressão de gênero e de raça, padecem com a situação da classe, pois precisam se manter ao mesmo tempo em que desenvolvem suas atividades acadêmicas. Das três professoras somente Escobar conseguiu conciliar seus estudos com um período na Europa como bolsista, no entanto, há que se destacar que para realizar essa formação ela precisou se exonerar do seu emprego público efetivo, ato esse que não deve ter ocorrido sem dor. Reivindicar esse espaço de complementação de estudos no exterior foi chamar para si uma visibilidade que a sociedade e a academia insistem em negar. Machado (2013) também apresenta a questão da invisibilidade midiática, quando novelas e programas de TV supervalorizam a contribuição da imigração europeia,

minimizando ou até mesmo ocultando a contribuição do povo africano. Alves relaciona a invisibilização que atinge as mulheres de forma dupla, visto que há a invisibilização das diversas formas de opressão que as atinge, bem como a invisibilização das formas de resistência a opressão desenvolvidas por essas mulheres, especialmente as mulheres negras, cuja voz foi silenciada por tanto tempo.

Escobar encontrou nos clubes negros um lugar de resistência e educação, em que as vozes por tanto tempo silenciadas eram/são ouvidas, e Machado expôs o quanto a mídia pode ser racista e preconceituosa com as mulheres negras, que são mostradas como “burras” ou que “falam errado”, sem direito a fala. Alves, Machado e Escobar compartilham o mesmo pensar ao colocarem que a educação, aliada a ações afirmativas, é a principal forma de resistir a essa e outras formas de estereótipos e preconceitos, bem como a principal aliada no combate ao racismo. Para Alves a educação, com todos os defeitos e falhas é “o lugar fecundo para o combate contra qualquer forma de preconceito e discriminação social, especialmente a violência sexista, o racismo e a homofobia” (ALVES; STOLL; ESPÍNDOLA, 2016, p. 15). Por fim, acredito que diante do exposto no corpo desta tese e com base nas análises feitas, foi possível perceber que as autoras não só combatem o racismo em seus escritos, como também o machismo, o sexismo e outras formas de preconceito e opressão.

Seguindo todo o rigor científico, procurei contar histórias, histórias de bravas mulheres do continente africano que foram trazidas a força para um país desconhecido, criando sua própria história, mas que por muito tempo nos foi negada de saber. Mulheres escravizadas que tiveram de aprender, sobretudo, a RESISTIR. Resistir ao frio gaúcho, ao estupro, aos castigos físicos, mesmo que essa resistência se desse ao extremo de tirar a vida de suas crianças e a sua própria, resistiram cultivando a família que lhes era possível, resistiram para poder carregar sua cultura em seus cabelos trançados, enrolados ou enfeitados, mesmo que a violência colonial cortasse seus cabelos, eles voltariam a crescer, resistiram aprendendo a cozinhar com os ingredientes que o local lhes apresentava.

Resistiram, como minha bisavó Lucinda, contando à sua descendência sobre as cicatrizes que esse passado cruel lhe impôs, para que soubessem de onde vieram e para que nunca mais deixassem isso acontecer. Resistiram como minha avó Dorothea, que tecia suas costuras e colchas de retalhos enquanto nos ensinava que devíamos ser “negras de respeito”, o que para ela significava termos cuidado com

nossa aparência, educação e comportamento, o que foi aprendido “ao pé da letra” por minha mãe e minhas tias, que resistiram mantendo a união e os costumes de nossa gente, e, mesmo que o trabalho doméstico mal remunerado em casas de famílias brancas fosse sua única fonte de renda, faziam “render” seu dinheiro confeccionando seus próprios vestidos de festa, inspirados nas vitrines das boutiques inacessíveis para elas, para que depois de arrumarem os cabelos (fosse com pente de ferro em brasa, ferro de passar roupas, cremes alisantes ou rolos) e capricharem na maquiagem, pudessem chegar soberanas nos bailes do 24 ou do Suburbanos.

Resistiram, como a Professora Doutora Giane da Silva Vargas, que fez dos clubes negros o trabalho de uma vida, mapeando e registrando esses espaços de resistência negra pelo país inteiro, assim como visibilizando as mulheres que representaram a beleza e alegria dessas instituições em bailes e carnavais. Como a Professora Doutora Sátira Pereira Machado, que fez da comunicação e da tecnologia o seu mote de pesquisa, organizando e mantendo espaços virtuais que objetivam preservar a memória e divulgar o pensamento da intelectualidade negra, como o site dedicado à produção da escritora pelotense Maria Helena Vargas da Silveira, e do portal dedicado ao Poeta da Consciência Negra Oliveira Silveira. Como a Professora Doutora Simone Silva Alves, que além do seu trabalho dedicado a educação e a economia solidária, aceitou o desafio de assumir um cargo gestor em um ambiente carregado de racismo estrutural e misoginia.

Durante todo o tempo do doutorado na PUCRS, ao expor meu tema de tese a cada nova turma de colegas e professoras/es ou nos eventos em que participei, ouvia sempre a mesma indagação: “Professoras negras no ensino superior?! Elas existem?!” e, como na época, eu respondo agora, após todo o conhecimento delas compartilhado comigo: “sim, elas existem e resistem!” Ainda são poucas, mas graças a essas mulheres, que tem nome, sobrenome e título, mas que nesta tese podemos chamar de Giane, Sátira, Simone, Leunice e Lucimar, é que a história da educação neste país está sendo reescrita, essas mulheres teorizam, questionam, criam e recriam o espaço acadêmico em que atuam, felizes as/os estudantes que tiverem o privilégio de aprenderem com elas.

Nesse processo de descoberta das intelectuais negras descobri que escrever sobre minhas vivências tem um nome: escrevivência, que foi cunhado por Evaristo. Escrita de mulheres negras que, cansadas de serem alguém de quem se fala, decidiram assumir a própria escrita. Percebi que as vivências não eram só minhas, ou

de minha família, mas de muitas mulheres e famílias negras que foram silenciadas por séculos de colonialismo e exploração, uma história de um coletivo que, mesclada aos resquícios autobiográficos das doutoras negras, mostraram que nossas vozes ainda são silenciadas, nossas imagens ainda são invisibilizadas, mas nós resistimos e lutamos contra o racismo, mas dessa vez temos a escrita.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **A aventura (auto)biográfica: teoria e empiria**. Porto Alegre: EDIPUC, 2004.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AGÊNCIA ESTADO. O material jornalístico produzido pelo Estadão é protegido por lei. As regras têm como objetivo proteger o investimento feito pelo Estadão na qualidade constante de seu jornalismo. **Estadão**, São Paulo, 8 maio 2022. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,novos-dados-do-censo-2000-mostram-um-brasil-mudado,20020508p29618>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVES, Simone Silva *et al.* Economia popular solidária: ações extensionistas no extremo sul do Brasil. **Revista Conexão UEPG**, [s.l.], v. 15, p. 324-329, 2019.
- ALVES, Simone Silva *et al.* Educação para as Relações Étnico-Raciais: concepções e práticas dos/as docentes da Educação Infantil. **Research, society and development**, [s.l.], v. 10, p. e12810313141, 2021a.
- ALVES, Simone Silva *et al.* EJA: pedagogias que emergem. **Revista Querubim (Online)**, [s.l.], v. 7, p. 21-27, 2019.
- ALVES, Simone Silva *et al.* Legislação, políticas públicas educacionais e o ensino remoto emergencial no Município de Jaguarão/RS. **Research, society and development**, [s.l.], v. 10, p. e350101220676, 2021b.
- ALVES, Simone Silva. Currículo Lattes. **Plataforma Lattes**, [s.l.], 16 maio, 2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8832898581140645>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- ALVES, Simone Silva; ALBUQUERQUE, P. P. Racismo e Preconceito: Currículo como Contraponto!. *In*: ALVES Simone Silva Alves; ALBUQUERQUE Paulo Peixoto. (Org.). **Racismo e Preconceito: Currículo como Contraponto??!**. 2. ed. Vitória: Oyá, 2019. p. 48-70.
- ALVES, Simone Silva; LIMA, Q. C. E.; STOLL, V. G. Os atuais desafios da práxis docente para as relações étnicoraciais na educação básica. *In*: ORTH, Miguel Alfredo; CARRARA, Rosângela Martins. (Org.). **Formação de professores na América Latina: democracia e diversidade**. 1. ed. Porto Alegre, RS: ASSERS, 2021. p. 85-98.
- ALVES, Simone Silva; MACEDO, Y. M. **Universalização Transversal: currículo, gênero e raça**. 1. ed. Vitória: OYá, 2019.
- ALVES, Simone Silva; MACHADO, A. P. Desafios da Educação para as Relações Étnico-Raciais. *In*: ALVES, Simone Silva; MACEDO, Yuri Miguel. (Org.). **Universalização transversal: múltiplos olhares educativos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2018. p. 15-34.

ALVES, Simone Silva; MACHADO, A. P. Relevância da cultura afro-brasileira para formação cidadã nos anos iniciais. **Revista Querubim**, [s.l.], v. 4, p. 145-157, 2018.

ALVES, Simone Silva; MARTINS, J. C. V. Estágio Supervisionado: a percepção dos educandos da EJA. *In*: ALVES, Simone Silva; MACEDO, Yuri Miguel. (Org.). **Universalização transversal: múltiplos olhares educativos**. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2018, p. 51-72.

ALVES, Simone Silva; NASCIMENTO, L. S. F. Cultura e Currículo: na escola contemporânea. *In*: TORRES, Donatila Ferrada; GARCÉS, Rodrigo Ruay. (Org.). **Prática Educativa y Social en la Universidad, Escuela y Comunidad**. Concepción: Nicole Annelisse Aedo Barnet, 2013. p. 283-290.

ALVES, Simone Silva; OLIVEIRA, E. F.; SANTOS, J. S. Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Educação Para as Relações Étnico-Raciais e Movimentos Sociais. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [s.l.], v. 2, p. 897, 2016.

ALVES, Simone Silva; STOLL, V. G.; ALVES, S. S. (Re) Educação das Relações Étnico-raciais: Ação-reflexão na formação de professores na Educação Básica. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [s.l.], v. 2, p. 13, 2016.

ALVES, Simone Silva; STOLL, V. G.; OSÓRIO, T. R.; LIMA, Q. C. E. Economia popular solidária: ações extensionistas no extremo sul do Brasil. **Revista conexão UEPP**, [s.l.], v. 15, p. 324-329, 2019.

ALVES, Simone Silva; TOMASINI, S. L. V. Envelhecimento bem-sucedido e o ambiente das instituições de longa permanência. RBCEH. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, [s.l.], v. 4, p. 88-102, 2007.

APÚBLICA. O recorte racial também na fila de vacinação. **Outras Mídias**, [s.l.], 22 mar. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-recorte-racial-tambem-na-fila-de-vacinacao/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

ARENCE, Maria Túlia Duarte Mendes. **Práticas de Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na Escola Municipal Dr. Fernando Corrêa Ribas/ Jaguarão/ RS**. 2015. 115f. Relato crítico reflexivo (Mestrado em educação) - Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa, Jaguarão 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). **39º encontro da Anped**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://39.reuniao.anped.org.br/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). Depressão na pós-graduação: é preciso falar sobre isso. **ANPED**, São Paulo, 14 set. 2018. Disponível em: <http://www.anpg.org.br/14/09/2018/depressao-na-pos-graduacao-e-preciso-falar-sobre-isso/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

AVENDÃO, Tom. Casamentos homossexuais como resistência a Bolsonaro. **El país**, Brasil, São Paulo, 18 nov. 2018. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/14/politica/1542216213_918450.html. Acesso em: 17 jun. 2022.

BAKOS, Margaret. Sobre a mulher escrava no Rio Grande do Sul. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-16, 1990.

BAPTISTA, Rodrigo. Dez anos após sanção, norma passa por avaliação e reacende o debate sobre reserva de vagas para negros e indígenas em universidade. **Agência Senado**, Brasília, DF, 11 fev. 2022. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso#:~:text=A%20Lei%20de%20Cotas%20\(%20Lei,5%20sal%C3%A1rio%20m%C3%ADnimo%20per%20capita](https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso#:~:text=A%20Lei%20de%20Cotas%20(%20Lei,5%20sal%C3%A1rio%20m%C3%ADnimo%20per%20capita). Acesso em: 20 jun. 2022.

BBCNEWS. Caso George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA. **BBCnews**, São Paulo, 27 maio. 2020c. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joeilhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2022.

BBCNEWS. Dois momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega. **BBCnews**, São Paulo, 27 nov. 2020b. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 17 jun. 2022.

BBCNEWS. Novo vírus que causa doença pulmonar misteriosa gera temor na China, mas há motivo para preocupação? **BBCnews**, São Paulo, 13 jan. 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/13/novo-virus-que-causa-doenca-pulmonar-misteriosa-gera-temor-na-china-mas-ha-motivo-para-preocupacao.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF: Presidência da república, 2007.

BRASIL. **Lei de 7 de novembro de 1831**. Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Brasil, Rio de Janeiro, Império do Brasil, 1831.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da república, 2003.

BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Considerando livre todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir de então. Brasil, Rio de Janeiro, 1871.

BRASIL. **Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970**. Cria o Instituto Nacional da Propriedade Industrial e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1970.

BRASIL. Serviços e informações sobre o Brasil. **Notícias.gov**, Brasília, DF, 2016. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/trabalho-domestico-e-a-ocupacao-de-5-9-milhoes-de-brasileiras>. Acesso em: 18 fev. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de direitos humanos e minorias. Os oitenta tiros do exército que mataram um pai de família negro; CDHM pede ao governo do Rio de Janeiro os fundamentos jurídicos da ação. Notícias. **Câmara dos Deputados.leg**, Brasília, DF, 9 abr. 2019a. Disponível em:

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Entidades da educação superior criticam bloqueio de recursos para universidades. **Câmara dos Deputados.leg**, Brasília, DF, 11 jun. 2019b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/559815-entidades-da-educacao-superior-criticam-bloqueio-de-recursos-para-universidades/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

CAMTRA. Brasil lidera ranking mundial de grávidas e puérperas mortas por Covid-19: Basta de negligência com a saúde das mulheres! **Camtra**, [s.l.], 28 jul. 2020. Disponível em: <https://camtra.org.br/gestantes-e-a-covid-19-basta-negligencia/>. Acesso em: 24 maio 2021.

CAPES. Plataforma sucupira. **Capes.gov**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação da Usp, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CNNBRASIL. Gaiola com passarinho foi causa da morte de meninos de Belford Roxo, diz polícia. **CNN Brasil**, São Paulo, 9 set. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/meninos-desaparecidos-em-belford-roxo-foram-mortos-pelo-traffic-a-firma-policia/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

CNNBRASIL. Quais países já começaram a vacinação contra a Covid-19 e quais são os próximos. **CNN Brasil**, São Paulo, 13 dez. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/quais-paises-ja-comecaram-a-vacinacao-contra-a-covid-19-e-quais-sao-os-proximos/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Fernanda. Morte de trabalhadora doméstica por Corona vírus escancara falta de políticas para proteger a classe. **Jornal da Universidade**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/morte-de-trabalhadora-domestica-por-coronavirus-escancara-falta-de-politicas-para-protger-a-classe/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. *In*: LOPES, Eliane M.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Lucimar da Rosa. Babu tem razão? Preto ou negro. **Brasil de Fato**, Curitiba, Paraná, abr. 2020. Disponível em <https://www.brasildefatopr.com.br/2020/04/03/babu-tem-razao-preto-ou-negro>. Acesso em: 20 nov. 2020.

EGGERT, Edla. **O amor tudo crê, tudo suporta?: conversas (in)docentes**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021.

EGGERT, Edla. **Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

EL PAÍS. Mangueira, levantando a bandeira de Marielle, é a grande campeã do Carnaval Rio 2019. **El país**, Brasil, São Paulo, 7 mar. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/06/politica/1551902790_097820.html#:~:text=A%20Esta%C3%A7%C3%A3o%20Primeira%20de%20Mangueira,na%20madrugada%20de%20ter%C3%A7a%20feira. Acesso em: 17 jun. 2022.

ESCOBAR, Giane Vargas *et al.* Rainhas Negras do Clube 24 de Agosto: identidades, representações e trajetórias de mulheres de um clube social negro na fronteira Brasil-Uruguai. *In*: ESCOBAR, Giane Vargas; AL-ALAN, Caiuá Cardoso; MUNARETTO, Sara Teixeira. (Org.). **Clube 24 de Agosto: 100 anos de resistência de um clube social negro na fronteira Brasil-Uruguai**. Porto Alegre: Ilu Editora, 2018. p. 121-146.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: lugares de memória**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural). Santa Maria: UFSM, 2010

ESCOBAR, Giane Vargas. História, Cultura e Educação. *In*: SILVA, Denise Almeida; EVARISTO, Conceição. (Org.). **Literatura, história, etnicidade e educação: estudos nos contextos afro-brasileiro, aficano e da diáspora africana**. Frederico Westphalen: Editora URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2011. p. 55-68.

ESCOBAR, Giane Vargas. Museu Treze de Maio: lugar de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. *In*: QUEVEDO, Júlio; DUTRA, Maria Rita Py. (Org.). **Nas trilhas da negritude: consciência e afirmação**. 1 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2007.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Perfil no Currículo Lattes**. Currículo Lattes, [s.l.], 16 ago. 2021. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9076251806577555>. Acesso em: 17 jun. 2022.

ESCOBAR, Giane Vargas.; MORAES, A. L. C. A representação e as representações distorcidas no jornalismo: relações conceituais de racismo e sexismo. *In*: LISBOA FILHO, Flavi Ferreira; SILVA, Thomas Josue. (Org.). **Cultura e identidade: subjetividades e minorias sociais**. Santa Maria: Facos-UFSM, 2018. p. 42-58.

ESCOBAR, Giane Vargas.; SILVA, F. O. Os clubes sociais negros do Rio Grande do Sul: das recentes lutas por permanência às antigas lutas por existência. *In*: ESCOBAR, Giane Vargas; AL-ALAN, Caiuá Cardoso; MUNARETTO, Sara Teixeira. (Org.). **Clube 24 de Agosto: 100 anos de resistência de um clube social negro na fronteira Brasil-Uruguai**. Porto Alegre: Ilu Editora, 2018. p. 55-72.

ESCOBAR, Giane Vargas; AL-ALAM, C. C.; MUNARETTO, S. T. **Clube 24 de Agosto (1918-2018): 100 anos de resistência de um clube social negro na fronteira Brasil-Uruguai**. Porto Alegre: Ilu Editora, 2018.

ESCOBAR, Giane Vargas; COIRO-MORAES, Ana Luiza. Negras e negros em evidência: os dispositivos comunicacionais do Museu Comunitário Treze de Maio de Santa Maria. *In*: MELLO, Paulo Cezar Barbosa; FONSECA, Reinaldo. (Org.). **As imbricações da cultura contemporânea à popular**. 5. ed. Brumadinho; Inhotim: PMStudium Com. E Design, 2012. p. 276-285.

ESCOBAR, Giane Vargas; FELIPE, D. A.; OLIVEIRA, O. F. **Coleções Especiais do X Copene: Patrimônio e Cultura Afro-Brasileira: memória, identidade e reconhecimento**. [s.l.s.n.], 2018.

ESCOBAR, Giane Vargas; LAMEIRA, L. V.; LIMBERGER, L. R. L. Museu Treze de Maio: memória e identidade negra em Santa Maria - RS. **Musas (IPHAN)**, [s.l.], v. 2, p. 58-68, 2004.

ESCOBAR, Giane Vargas; MARTINS, L. P. Clube social negro 24 de agosto: ressignificando um acervo fotográfico centenário na cidade de Jaguarão/RS. **Sillogés**, [s.l.], v. 1, p. 11-27, 2018.

ESCOBAR, Giane Vargas; WINCH, R. R. Os Lugares de Mulher Negra na Publicidade Brasileira. **Cadernos de Comunicação (UFSM)**, Santa Maria, v. 16, p. 227-244, 2012.

ESPÍNDOLA, Quelen Colman; ALVES, Simone Silva; STOLL, Vitor Garcia. Desafios da formação docente em Química: a concepção dos acadêmicos de um Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [s.l.], v. 4, p. 1-8, 2018.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de saúde. Saúde da População Negra. **RS.gov.br**, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/saude-da-populacao-negra>. Acesso em: 5 jan. 2020.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. (Org.). **Literatura, história, etnicidade e educação: estudos nos contextos afro-brasileiro, aficano e da diáspora africana**. Frederico Westphalen: Editora URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2011.

EVARISTO, Conceição. Negro ou preto? Lideranças negras refletem sobre o uso dos termos ao longo da história. **Estado de Minas**, Minas Gerais, 20 nov. 2020. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/20/interna_gerais,1208016/negro-

ou-preto-liderancas-negras-refletem-sobre-o-uso-dos-termos-ao-l.shtml. Acesso em: 20 dez. 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Aparecida de Jesus Ferreira. **Fala proferida durante o Minicurso Letramento Racial Crítico Através de Narrativas Autobiográficas**. [s.l.]: XI COPENE, 2020.

FOLHAPRESS. Aécio classifica a gestão da presidente Dilma Rousseff como 'autoritária'. **Folha press**, [s.l.], 27 maio 2022. Disponível em <https://www.hojeemdia.com.br/politica/aecio-classifica-a-gest-o-da-presidente-dilma-rousseff-como-autoritaria-1.270522>. Acesso em: 24 jun. 2022.

G1 RIO. Entenda como foi a morte da menina Ágatha no Complexo do Alemão, segundo a família e a PM. **G1 Rio**, Rio de Janeiro, 23 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/entenda-como-foi-a-morte-da-menina-agatha-no-complexo-do-alemao-zona-norte-do-rio.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2022.

G1 RIO; TV GLOBO. Atletas da base do Flamengo morrem em incêndio no CT Ninho do Urubu. **Globo.com**, Rio de Janeiro, 8 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/02/08/incendio-deixa-mortos-e-feridos-no-centro-de-treinamento-do-flamengo.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2022.

G1. Apuração para presidente. Jair Bolsonaro é eleito presidente com 57,8 milhões de votos. **G1**, São Paulo, 29 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/presidente.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2022.

G1. Caso Miguel: a queda de menino do 9º andar que levou à condenação da patroa da mãe dele por abandono de incapaz. **G1**, São Paulo, 1 jun. 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/06/01/caso-miguel-a-queda-de-menino-do-9o-andar-que-levou-a-condenacao-da-patroa-da-mae-dele-por-por-abandono-de-incapaz.ghtml#7>. Acesso em: 17 jun. 2022.

G1. Homem negro é espancado até a morte em supermercado do grupo Carrefour em Porto Alegre. **G1**, São Paulo, 20 nov. 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/homem-negro-e-espancado-ate-a-morte-em-supermercado-do-grupo-carrefour-em-porto-alegre.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2022.

G1. ONU: Bolsonaro defende tratamento sem eficácia contra Covid-19. **G1**, São Paulo, 21 set. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/09/21/onu-bolsonaro-defende-tratamento-sem-eficacia-contr-covid-19-veja-frases-do-discurso-e-o-que-se-sabe.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2022.

GAUCHAZH. Pela primeira vez na história da fenadoce terá duas mulheres negras na corte. **ClicRBS**, Porto Alegre, nov. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2019/11/pela-primeira-vez->

na-historia-fenadoce-tera-duas-mulheres-negras-na-corte-ck3aapkbx02ii01mqc9eaax9j.html. Acesso em: 24 maio 2022.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Enciclopédia Negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, Nilma Lino Gomes. **Nilma Lino Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 3. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 435-454, mai./ago. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOOGLE ACADÊMICO. Pesquisa “mulher negra cabelos”. **Google**, [s.l.], 2019. Disponível em https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=1%2C5&as_ylo=2015&as_vis=1&q=mulher+negra+cabelos&btnG=. Acesso em: 23 jun. 2019.

GREVE DOS CAMINHONEIROS: a cronologia dos 10 dias que pararam o Brasil. **Uol Brasil**, São Paulo, 30 maio 2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/05/30/greve-dos-caminhoneiros-a-cronologia-dos-10-dias-que-pararam-o-brasil.htm>. Acesso em: 17 jun. 2022.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

HALLAL, Mariana. Menos de 2% dos professores da UFPEL são negros. **Jornal Diário Popular**, ano 128, p. 9, Pelotas, RS, 2018.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **Vivendo de Amor**. Geledes, [s.l.], 2010. Disponível em <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 13 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Terceiro Trimestre de 2021**. Brasília, DF: IBGE, jul.-set. 2021.

ISTOÉ. As explosões nervosas da presidente”. **Isto é**, São Paulo, 2022. Disponível em: https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/. Acesso em: 24 maio 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: Diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

JOSSO, Marie-Christine. O Corpo Biográfico: corpo falado e corpo que fala. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 19-31, jan./abr. 2012.

JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **[S.n.]**, Porto Alegre, RS, ano 20, v. 63, n. 3, p. 413-438, set./dez. 2007.

JOSSO, Marie-Christine. **Caminhar para si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

LEIAJÁ. Morte de nove jovens em Paraisópolis completa um ano. **Leia Já**, tópicos tags, Rio de Janeiro, dez. 2019. Disponível em: <http://vestibular.leiaja.com/tags/paraisopolis>. Acesso em: 17 jun. 2022.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio (Orgs). **Dicionário de História de Pelotas**. [S.l.]: Fundação de Apoio Universitário, 2017.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive. (Org). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOS RIOS, Marcela Lagarde y de. **Pacto entre mujeres sororidad (*)**. EsPANHA: Coordinadora Española para el lobby europeo de mujeres, 2019. Disponível em: <https://www.asociacionag.org.ar/pdfaportes/25/09.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

MACHADO, Sátira Pereira *et al.* (Org.). **Educomunicação e Diversidade**: múltiplas abordagens. São Paulo: ABPEducom, 2016.

MACHADO, Sátira Pereira. A Cor da Cultura: crianças, televisão e negritude na escola. *In*: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. (Org.). **RS Negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 322-332.

MACHADO, Sátira Pereira. Diversidade e Educomunicação: gênero e raça/etnia. *In*: MACHADO, Sátira Pereira; SOARES, Ismar de Oliveira; ROSA, Rosane. (Org.). **Educomunicação e Diversidade**: múltiplas abordagens. São Paulo: ABPEducom, 2016. p. 139-154.

MACHADO, Sátira Pereira. Mídia, Infância e Negritude: cidadania de afrodescendentes no Brasil. *In*: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane Borges. (Org.). **Mídia e Racismo**. Rio de Janeiro:depetrus.com.br, 2012.

MACHADO, Sátira Pereira. **Perfil no Currículo Lattes**. Currículo Lattes, [s.l.], 16 mar. 2020. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2940552424054556>. Acesso em: 24 maio 2021.

MACHADO, Sátira Pereira. **Poesia Infantil na TV**: a experiência do Castelo Rá-Tim-Bum. Porto Alegre: Coleção Comunicação da EDIPUCRS, 2002.

MACHADO, Sátira Pereira; BROSE, E. Ifá, o adivinho: literatura afro-brasileira no Canal Futura. **Conexão** (UCS), Caxias do Sul, v. 8, p. 137-157, 2010.

MACHADO, Sátira Pereira; CHAVES, Leslie S. Comunicação alternativa em rede e busca de visibilidade no ativismo pela igualdade racial: estudo de caso da Agência Afropress. *In*: DORNELLES, Beatriz; GERBASE, Carlos. (Org.). **Papel e película queimam depressa**: Como o cinema e o jornalismo impresso tentam escapar da fogueira midiática do novo século. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MACHADO, Sátira Pereira; OLIVEIRA, L. M.; GUEDES, C. S. EDUCOMAFRO: a educomunicação e a produção cultural afrobrasileira em diálogos com a escola. *In*: MACHADO, Sátira Pereira. SOARES, Ismar de Oliveira. e ROSA, Rosane. (Org.). **Educomunicação e Diversidade**: múltiplas abordagens. São Paulo: ABPEducom, 2016. p. 232-249.

MARINS, Humberto; CRUZ, Márcia Maria. Negro ou preto? Lideranças negras refletem sobre o uso dos termos ao longo da história. **Estado de Minas**, Minas Gerais, 20 nov. 2020. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/20/interna_gerais,1208016/negro-ou-preto-liderancas-negras-refletem-sobre-o-uso-dos-termos-ao-l.shtml. Acesso em: 20 dez. 2020.

MAZUI, Guilherme. Retrospectiva 2019: relembre o que marcou o primeiro ano do governo Bolsonaro. **Globo.com**, Brasília, 27 dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/retrospectiva/2019/noticia/2019/12/27/retrospectiva-2019-relembre-o-que-marcou-o-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MERCADO LIVRE. Busca por pente de ferro. **Mercado Livre**, [s.l.], 2019. Disponível em https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-713339209-pente-de-ferro-pente-quente-_JM?quantity=1. Acesso em: 23 jun. 2019.

MICHAELIS. Definição da palavra militante. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, [s.l.], 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/militante/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

MIRIANI, Daniel *et al.* Censo de 1872: o retrato do Brasil da escravidão. **Nexo jornal**, [s.l.], 27 jul. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2017/07/07/Censo-de-1872-o-retrato-do-Brasil-da-escravid%C3%A3o>. Acesso em: 7 jan. 2019.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça. *In*: 4º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL., Curitiba, 2009. **Anais [...]**, Curitiba, 2019. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/paulomoreira.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2020.

MORENO, Carolina. Negros representam apenas 16% dos professores universitários. **G1**, São Paulo, 20 nov. 2018. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/guia-de->

carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apenas-16-dos-professores-universitarios.ghtml. Acesso em: 16 maio 2020.

MORRISON, Toni. **O olho mais azul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Brasil é um dos países com maior taxa de gravidez adolescente da América Latina**. ONU Brasil, Brasília, DF, 2019. Disponível em <https://nacoesunidas.org/taxa-de-gravidez-adolescente-no-brasil-esta-acima-da-media-latino-americana-e-caribenha/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

OLIVEIRA, Silveira. [página principal]. **Oliveira Silveira**, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/oliveirasilveira/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

PAIXÃO, Cassiane de Freitas; LOBATO, Anderson O. C. (Org.). **Os clubes sociais negros no Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2016.

PENNAFORT, Roberta. A polícia vai mirar na cabecinha e fogo', afirma Wilson Witzel. **Uol notícias**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 17 jun. 2022.

PERUSSATO, Melina Kleinert. AURORA DA LIBERDADE: o pós-abolição nos escritos de Sophia Ferreira Chaves na imprensa negra (Porto Alegre, 1904-1905). **Currículo sem Fronteiras**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 431-452, maio/ago. 2019.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PLATAFORMA BRASIL. [Página principal]. **Conselho Nacional de pesquisa**, Brasília, DF, 2022. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/plataforma-brasil-conep?view=default>. Acesso em: 18 fev. 2022.

PREFEITURA DE JAGUARÃO. História da cidade. **Jaguarão.gov**, Jaguarão, 2022. Disponível em: https://www.jaguarao.rs.gov.br/?page_id=364. Acesso em: 18 fev. 2022.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Mulheres no ensino superior no Brasil**. ANPED. GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos. ANPED, [s.l.], 2000. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_03_01.pdf. Acesso em: 18 fev. 2019.

REDAÇÃO VEJA. 'É de chorar de vergonha', diz Joaquim Barbosa sobre votação do impeachment na Câmara. **Revista Veja**, São Paulo, 16 abr. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/e-de-chorar-de-vergonha-diz-joaquim-barbosa-sobre-votacao-do-impeachment-na-camara/>. Acesso em: 24 maio 2019.

REDAÇÃO VEJA. Mortes triplicam em Manaus e corpos são enterrados em vala comum. **Veja**, São Paulo, 21 abr. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/mortes-triplicam-em-manaus-e-corpos-sao-enterrados-em-vala-comum/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

REIS, Maria Firmino dos. Conto “A escrava”. **Literafro**, Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, jul. 2021. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/977-maria-firminados-reis-a-escrava>. Acesso em: 8 jan. 2022.

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. Normas de publicação. [Página principal]. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, Brasil, 2021. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/about/submissions>. Acesso em: 20 dez. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Cherini elogia contribuição do Kit RS Negro na difusão da história afro. **Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://al-rs.jusbrasil.com.br/noticias/2507265/cherini-elogia-contribuicao-do-kit-rs-negro-na-difusao-da-historia-afro>. Acesso em: 17 jun. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Demografia - 1872 a 1980. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, jul. 2020. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980>. Acesso em: 17 fev. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.

SANTOS, Deborah Silva. **Museologia e Africanidades**: Experiências museológicas de mulheres negras em museus afro-brasileiros. 2021. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Departamento de Museologia, Lisboa, 2021.

SARAIVA, Adriana. Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres. **Agência IBGE**, Brasília, DF, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>. Acesso em: 12 fev. 2022.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Conte-me um conto, mas que seja lindo e feio como a vida**. Porto Alegre: Ardotempo, 2019.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Contos de sempre**. Porto Alegre: Ardotempo, 2013.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio-Grandense**. Pelotas: Fructos do Paiz, 2019.

SIGNIFICADOS. Significado de Abnegação. **Significados.com**, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://www.significados.com.br/abnegacao/>. Acesso em: 24 maio 2021.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Educação dos negros e das negras. In: SANTOS, Irene. **Negro em Preto e Branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre**. Porto Alegre: Do Autor, 2005

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no Acesso ao Ensino Superior Brasileiro in MARCONDES, Mariana M. *et al.* (Org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

SOWA, A; ROSA, R.; MACHADO, Sátira P. Cidadania Cultural Programa Mais Cultura nas Escolas Públicas de Santa Maria. In: ROSA, Rosane.; SOARES, Ismar de Oliveira.; MACHADO, Sátira Pereira. (Org.). **Educomunicação e Diversidade: tecendo saberes**. São Paulo: ABPEducom, 2016. p. 46-70.

STOLL, V. G. *et al.* Educação Popular e Economia Solidária; A Formação de Empreendedores Sociais em Dom Pedrito, Rio Grande do Sul. **REVISTA GUARÁ**, [s.l.], v. 1, p. 29-38, 2016.

STOLL, V. G. *et al.* Reflexões e perspectivas da constituição da identidade discente da Educação de Jovens e Adultos. **Research, society and development**, [s.l.], v. 9, p. e46791211348, 2020.

STOLL, V. G.; ALVES, S. S. Os saberes das Redes de Economia Popular Solidária do Extremo Sul do Brasil: análise do município de Jaguarão, RS. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [s.l.], v. 5, p. 1-8, 2019.

SUL, Helena. [página principal]. **Helena Sul**, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/helenadosul/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

TEIXEIRA, Fládiane Nunes. **O Vencato a partir da memória de seus moradores: do loteamento a construção do bairro**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Unipampa, Jaguarão, 2015.

THE INTERCEPT BRASIL. Marielle Franco virou um símbolo internacional após seu assassinato. **The intercept Brasil**, [s.l.], 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/series/caso-marielle-franco/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

UNASUS. Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus. **UNASUS.gov**, Brasília, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 17 jun. 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ). A pátria acolhedora que mata imigrantes negros: o caso do congolês Moïse Kabagambe. **Diretoria de Comunicação da UERJ**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em:

<https://www.uerj.br/noticia/a-patria-acolhedora-que-mata-imigrantes-negros-o-caso-do-congoles-moise-kabagambe/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva recebe o título de Doutora Honoris Causa. **UFABC.gov**, São Paulo, 3 jan. 2022. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/noticias/professora-petronilha-beatriz-goncalves-e-silva-recebe-o-titulo-de-doutora-honoris-causa#>. Acesso em: 17 jun. 2022.

WENTZEL, Marina. O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo. **Uol**, Basiléia, Suíça, 26 fev. 2018. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/02/26/o-que-faz-o-brasil-ter-a-maior-populacao-de-domesticas-do-mundo.htm>. Acesso em: 18 fev. 2019.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2019.

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, Elida Regina Nobre Rodrigues e minha orientadora Professora Dr^a Edla Eggert, responsáveis pelo Projeto de Tese intitulado **PROFESSORAS NEGRAS E SUAS AUTORIAS: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE DOUTORAS NEGRAS ATUANTES EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO SUL DO RIO GRANDE DO SUL** estamos lhe fazendo um convite para participar como voluntária nesse estudo.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como a produção científica das Professoras Doutoras negras, atuantes em cursos das áreas humanas, é afetada academicamente pela consciência da negritude por meio de indícios autobiográficos na sua produção científica.

Acreditamos que essa pesquisa seja importante porque dará visibilidade acadêmica às professoras negras, que, por questões históricas e culturais, ainda são minoria em nossas universidades.

Para a realização dessa pesquisa utilizaremos a metodologia autobiográfica, com uso da pesquisa documental de acesso de textos, livros ou outros materiais impressos ou digitais publicados com acesso livre, e/ou materiais do acervo pessoal disponibilizados pela voluntária, se assim julgar pertinente à pesquisa.

Sua participação se dará a partir da anuência em ter sua produção acadêmica analisada, bem como a possível participação em questionário enviado por e-mail/entrevista ou roda de conversa, se possuir disponibilidade para tanto. Conforme a Resolução 510, do Conselho Nacional de Saúde, Cap. III &9 inciso V, a voluntária pode decidir se sua identidade será divulgada, bem como, dentre as possíveis informações que fornecerá, as que podem ser tratadas de forma pública.

Com este estudo esperamos oferecer à sociedade como um todo e à comunidade científica, maior visibilidade e análise da produção de mulheres negras no meio acadêmico, bem como contribuir no combate ao racismo através de seus escritos.

Durante todo o período da pesquisa terá o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com as

responsáveis da pesquisa através dos meios disponibilizados ao final deste documento.

Também terá garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação pela sua decisão.

Esta pesquisa tem a peculiaridade de analisar aspectos autobiográficos de produções científicas publicadas e possui como um de seus objetivos dar visibilidade à produção acadêmica das pesquisadas, no entanto é seu direito decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública.

Caso tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante da pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Ao assinar este termo de consentimento, não estará abrindo mão de nenhum direito legal que teria de outra forma.

Não assine este termo de consentimento a menos que tenha tido a oportunidade de fazer perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas.

Se concordar em participar deste estudo, rubricará todas as páginas e assinará e datará duas vias originais deste termo de consentimento. Receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pelas responsáveis pelo estudo.

Eu, _____ após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com as pesquisadoras responsáveis, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informada, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetida e que poderei pedir esclarecimentos sempre que desejar.

Diante do exposto expressei minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

Assinatura da participante da pesquisa,
autorizando o uso do nome e imagem.

Elida Regina Nobre Rodrigues
Responsável pela pesquisa
elida.rodrigues@edu.pucrs.br
(53)999598949

Profª Drª Edla Eggert
Responsável pela pesquisa
edla.eggert@pucrs.br
(51)998060771



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br